

História Medieval

SERGIO ALBERTO FELDMAN



Universidade Federal do Espírito Santo
Secretaria de Ensino a Distância

História
Licenciatura



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ensino a Distância

História Medieval

SERGIO ALBERTO FELDMAN

Vitória
2015

Presidente da República

Dilma Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Diretoria de Educação a Distância**DED/CAPES/MEC**

Jean Marc Georges Mutzig

UNIVERSIDADE FEDERAL**DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

Secretária de Ensino a Distância – SEAD

Maria José Campos Rodrigues

Diretor Acadêmico – SEAD

Júlio Francelino Ferreira Filho

Coordenadora UAB da UFES

Teresa Cristina Janes Carneiro

Coordenadora Adjunta UAB da UFES

Maria José Campos Rodrigues

**Diretor do Centro de Ciências
Humanas e Naturais (CCHN)**

Renato Rodrigues Neto

**Coordenador do Curso de Graduação
Licenciatura em História – EAD/UFES**

Geraldo Antônio Soares

Revisora de Conteúdo

Adriana Pereira Campos

Revisora de Linguagem

Fernanda Scopel

Design Gráfico

Laboratório de Design Instrucional – SEAD

SEAD

Av. Fernando Ferrari, nº 514

CEP 29075-910, Goiabeiras

Vitória – ES

(27) 4009-2208

Laboratório de Design Instrucional (LDI)**Gerência**

Coordenação:

Letícia Pedruzzi Fonseca

Equipe:

Giulliano Kenzo Costa Pereira

Patrícia Campos Lima

Diagramação

Coordenação:

Geyza Dalmásio Muniz

Equipe:

Antônio Víctor Simões

Ilustração

Coordenação:

Priscilla Garone

Equipe:

Paulo Caldas

Impressão

Tavares&Tavares

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F312h Feldman, Sérgio Alberto.
 História medieval / Sergio Alberto Feldman. - Vitória :
 Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2015.

138 p. : il. ; 23 cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-63765-09-3

1. Idade Média - História. 2. Feudalismo. I. Título.

CDU: 94(100)04/14"



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito pela criação original.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.



Sumário

INTRODUÇÃO: IDADE MÉDIA? ERA DE TREVAS?	6
TEMA 1	
A TRANSIÇÃO DO MUNDO ANTIGO PARA O MEDIEVO	10
1.1 Breves reflexões sobre a queda do Império Romano do Ocidente	12
1.2 Os visigodos e o Império Romano (primeira fase das invasões)	13
1.3 Vândalos, suevos e alanos (segunda fase das invasões)	14
1.4 Estudo de caso I – O Reino Visigótico de Toledo: origens do modelo social ibérico	17
1.5 Estudo de caso II – Os francos: da dinastia merovíngia sob Clóvis até os carolíngios	25
TEMA 2	
O FEUDALISMO	32
2.1 Uma breve periodização e contextualização	33
2.2 As origens do feudalismo e o contexto de sua criação	34
2.3 Economia agrária e autossuficiente	36
2.4 O modelo social	39
2.5 Classes? Castas? Uma sociedade estratificada	42
2.6 Transformação do sistema	47
TEMA 3	
IGREJA MEDIEVAL	48
3.1 Introdução	49
3.2 A liderança espiritual da Igreja	51
3.3 As relações entre o papado e os imperadores	52
3.4 A construção da doutrina hierocrática	54
3.5 A ordem de Cluny e a reforma da Igreja no Ocidente medieval	57
3.6 O controle da sociedade, o controle do corpo e o controle das armas	59
3.7 A oposição: os imperadores, os cismas, a crítica, a hierocracia e as heresias	61
3.8 O papado entre o Cativoiro de Avignon e o Grande Cisma	66

TEMA 4**IMPÉRIO BIZANTINO E ISLÃ MEDIEVAL 70**

- 4.1** O Império Bizantino entre a Roma Imperial e a cultura grega 71
- 4.2** As polêmicas religiosas no Império Bizantino 76
- 4.3** A luta entre bizantinos e persas: Heráclio x Cosroes 77
- 4.4** A Arábia e seu isolamento: o período pré-islâmico 78
- 4.5** Maomé e sua trajetória: de caravaneiro a profeta 81
- 4.6** Doutrinas do Islã: cinco pilares 81
- 4.7** A expansão do Islã: reflexões e análises 84
- 4.8** O califado de Damasco e o califado de Bagdá 87
- 4.9** O Islã no Ocidente: a presença muçulmana na Hispânia 91

TEMA 5**CULTURA ARTE E RELIGIÃO 92**

- 5.1** A era das trevas? 93
- 5.2** O monarquismo: a manutenção dos saberes e da cultura 94
- 5.3** O Renascimento carolíngio 98
- 5.4** A Idade Média central (séc. XI a XIII) 99
- 5.5** A universidade medieval 104
- 5.6** A literatura medieval 106
- 5.7** Reflexões finais 108

TEMA 6**O OCIDENTE MEDIEVAL
ENTRE A EXPANSÃO, A RETRAÇÃO E A RENOVAÇÃO 110**

- 6.1** Os saberes e os poderes 111
- 6.2** As Cruzadas 111
- 6.3** A reconquista cristã na Península Ibérica 118
- 6.4** O renascimento urbano e comercial 125
- 6.5** A Peste Negra e a crise do sistema 132
- 6.6** Guerra dos Cem Anos 134
- 6.7** A expansão marítima e colonial portuguesa 135

CONSIDERAÇÕES FINAIS 136**REFERÊNCIAS 138**

Idade Média? Era de trevas?



Caros alunos, apresento este livro sobre a Idade Média como um esforço de reflexão sobre um período da História que é clássico, importante e controverso. Neste curso de História EAD, inicialmente, gostaria de chamar sua atenção sobre a própria denominação do período. Por que uma Idade “média”? Seria um período entre dois outros? Haveria um sentido valorativo ou depreciativo nessa designação?

Para responder a essas questões, em primeiro lugar, devemos considerar que os historiadores e os pensadores responsáveis por alcunhar o período como Idade Média já não viviam mais nele e o depreciavam. Alguns, vivendo nos séculos XV e XVI; já outros, nos séculos XVIII e XIX. A maior parte desses estudiosos, com notáveis exceções, consideraram a época como uma Era das Trevas. Em segundo lugar, chamo atenção para o fato de que se deve considerar a alteridade como característica fundamental das sociedades. O olhar do historiador sobre o “outro” e o “diferente” não pode comportar noções preconceituosas sob o risco de transformar nosso ofício num tribunal injusto e opressor.

Entretanto, para identificar a razão de a Idade Média ter sido objeto de tanta depreciação, tentaremos identificar em linhas gerais seus principais detratores. Os primeiros, como dito, viviam nos séculos XV e XVI. Eram pensadores que se identificavam com a civilização clássica, a saber, o período



greco-romano, e a comparavam de maneira pejorativa com o período que denominaram de “medieval”. Ansiavam restaurar a beleza da arte greco-romana, que enfatizava os corpos atléticos e a beleza física; trazer às artes temas da mitologia grega/romana e a exaltação do belo, pelo belo e sem relação com o religioso; ampliar e libertar o pensamento sob o signo da filosofia que já renascera no período medieval, mas atrelada à teologia, fato que os humanistas do Renascimento queriam separar; restaurar o direito romano e fortalecer através deste os estados nacionais que ora renasciam e reduzir a inserção do clero na legislação do cotidiano, da cidade e do reino diminuindo o controle social da Igreja e repassando-o para os estados e governantes. Podemos afirmar que os responsáveis por titular esse tempo de Idade “Média” foram, principalmente, os humanistas, os artistas e os pensadores do Renascimento. Mas o que foi o Renascimento? Entre uma diversidade de interpretações e explicações, pode-se dizer que foi o período de retorno aos padrões e valores da cultura clássica da Antiguidade e de condenação do período medieval. Assim denegriam o medieval, considerando-o uma era de Trevas, dominada pela Igreja, irrelevante e obscura e que não legara nada ao Ocidente europeu. O segundo agrupamento a dar um sentido aviltante ao Medieval vivia nos séculos XVIII e XIX. Eram pensadores também críticos ao clero e às instituições surgidas na Idade Média. Um historiador do período, Jacob Burckhardt (1860), na obra *A civilização do Renascimento na Itália*, ao





exaltar os avanços da Renascença, destacava os defeitos do pensamento medieval por meio da condenação dos controles sociais nele vigentes. Dessa forma, em dois períodos subsequentes, o Medievo foi representado como uma era de trevas. Isso não é uma verdade absoluta e merece sua atenção e reflexão. Trata-se de uma avaliação que demonstra ter um fundo ideológico.

A polarização e o hábito de exaltar um grupo, um partido ou uma ideia fazendo o uso da estigmatização do oposto ou diferente é uma atitude comum em todos os setores da vida, em todos os lugares e tempos. Bem X Mal; Deus X Diabo; espiritual X material; Eu x Outro. Essa maneira de definir uma identidade positiva e alocada no campo do bem através do uso de uma alteridade (alter = outro) definida de maneira negativa e associada à malignidade é perigosa e tendenciosa. Há aspectos positivos e negativos em todos os períodos. O período medieval, ao contrário do proposto pelos pensadores acima elencados, foi bastante importante na construção do Ocidente e do mundo moderno, legando saberes e técnicas, e não apenas um período de obscuridade.

O mundo greco-romano se baseava no trabalho escravo e os homens livres podiam se dedicar à política, ao culto da mente e do corpo. Este conjunto definia um conceito denominado *otium* (ócio), que era um privilégio dos homens livres e cidadãos. A escassez de escravos no final do período imperial foi um dos motivos da queda do Império Romano do Ocidente.

No Medievo também houve exploração de mão de obra servil e até mesmo resíduos de escravidão, mas havia prolongados vazios demográficos que geravam falta de recursos humanos. Por isso verificaram-se importantes avanços, por exemplo, na busca de novas formas de aproveitamento do solo, por meio da implementação de técnicas agrícolas e artesanais. Os grandes desenvolvimentos dos últimos séculos da Idade Média possibilitaram, contraditoriamente, sua própria superação, a transformação e o rompimento do sistema. Sem o Medievo não haveria Renascimento, que herdou do período anterior os progressos técnicos e suas descobertas. Neste livro tentaremos abordar exatamente o legado da Idade Média, cuja contribuição vai muito além do fato de ser o intermediário entre a Antiguidade e o Renascimento. Alertamos, porém, que não deixaremos de apresentar suas idiossincrasias e contradições de modo que possamos construir um conhecimento crítico, mas de modo algum preconceituoso.





1

A transição do mundo
antigo para o medievo



historiografia tradicional convencionou que a Idade Média começou em 476 com a deposição do último imperador do Império Romano do Ocidente, Rômulo Augústulo, e se encerrou com a tomada da cidade de Constantinopla, a Roma do Oriente, pelos turcos otomanos em 1453. Há quem prefira a data de 1492, que é considerada o marco da descoberta da América por Colombo. Isso tudo são convenções e demarcações temporais para facilitar a compreensão e a escrita da História.

Em nossos dias, há duas escolas que refletem sobre o período inicial do que se convencionou chamar Idade Média. Uma afirma que após o ano de 476 ocorreu a *Primeira Idade Média*, cuja característica mais importante é ter sido uma era de transição entre a Antiguidade e o Medievo. Já a outra escola denominou o período como *Antiguidade Tardia*, pois a transição teria sido mais lenta e demorada, na qual sobreviveram elementos do período clássico, mas fortemente influenciados pelo cristianismo, e elementos de origem germânica, que lentamente foram agregados. Há permanências e continuidades (da Antiguidade), há transformações e também novos elementos que aparecem. Entre os seguidores desta linha há divergências internas: alguns consideram que o período começa com Diocleciano (virada do século III para o IV); outros advogam que se inicia com Teodósio quando ele dividiu o Império Romano em duas partes (oriente e ocidente) em 395. Alguns apontam a data tradicional de 476. E outros ainda, as conquistas de Justiniano na primeira metade do século VI. Também em relação ao final divergem – tópico que será discutido mais adiante. Interessa, contudo, que ambas as escolas historiográficas concordam com a importância da tradição greco-romana, as contribuições dos povos germânicos e o cristianismo como elemento de união dessas culturas. O aporte cultural grego e romano não cessará de ser considerado um elemento-chave. O mundo ocidental sempre terá aspectos dos saberes clássicos influenciando nas suas percepções de mundo. A filosofia grega e o direito romano são dois fortes exemplos, entre muitos saberes que nunca perderam certa influência através do tempo, nos espaços do mundo ocidental.



Os germânicos eram menos desenvolvidos em alguns campos do saber, mas seu legado para o medievo será notável. A Igreja será o cimento que moldará as estruturas sociais, culturais e até políticas. Sua pujança e seu crescimento são notáveis. A Igreja assimila tanto saberes clássicos quanto germânicos em prol de manter o seu avanço e evangelização dos pagãos.

Breves reflexões sobre a queda do Império Romano do Ocidente

Invasões bárbaras? O que seriam os bárbaros? Trata-se de conceito utilizado pelos gregos para denominar “os não gregos”, aqueles que não conheciam a língua e a cultura gregas. Heródoto, considerado o pai da História, denominava os persas de bárbaros. Essa desvalorização não é correta e nem justa, pois tende a desvalorizar a cultura do outro e a desconsiderar a alteridade. Alguns povos denominados bárbaros poderiam ser menos refinados culturalmente e desenvolvidos tecnologicamente. O uso de um conceito que “etiqueta” os outros é sempre digno de reflexão e de dúvida. Os germânicos eram menos desenvolvidos que a maior parte dos romanos, geralmente mais refinados. Mas de fato houve invasões ditas “bárbaras”?

É preciso considerar que uma parte dos germânicos adentrara o Império décadas ou até séculos antes de sua queda. Esses povos se juntaram aos romanos na condição de colonos para cultivar e defender terras nos limites (*limes*) imperiais. Aprenderam a língua latina e parte deles se alfabetizou e romanizou. Já muitos outros eram aceitos como aliados dos romanos, ingressando no exército em divisões compostas por germânicos. Esses acordos se denominavam *foedus* (federados) e obrigavam as partes a se proteger mutuamente. Os imigrantes acolhidos, todavia, foram lentamente se romanizando. Não era uma profunda aculturação, mas o processo os aproximava continuamente da cultura romana.

As “invasões” não se efetuaram apenas por meio de enfrentamentos armados e, muitas vezes, os germânicos iniciaram sua aproximação com o Império Romano sem maiores conflitos. Enquanto os exércitos imperiais

eram fortes, tratava-se apenas de uma ameaça pontual. Quando o Império do Ocidente se enfraqueceu, tais invasões se tornaram um forte abalo, cujo clímax foi o aparecimento dos hunos, povo asiático, no Ocidente.

I.2 Os visigodos e o Império Romano (primeira fase das invasões)

Os hunos eram exímios cavaleiros que ocuparam a região da atual Rússia e Ucrânia, por volta de 375. Os ostrogodos se submeteram e os visigodos hostilizados optaram por pedir asilo ao Império Romano. Os imperadores eram Valente e seu jovem sobrinho Valentiniano II. O primeiro optou por aceitar os visigodos na condição de aliados fazendo um *foedus*, tratado pelo qual entravam no Império na condição de colonos e soldados. Estabeleceram-se inicialmente no norte da Península Balcânica, e revoltaram-se, principalmente porque foram vítimas de maus tratos. O imperador Valente organizou um exército para conter os revoltosos, mas, quando esperava reforços, optou por atacá-los. Roma foi derrotada de maneira fragorosa na batalha de Andrinopla ou Adrianópolis (378) e, após ser ferido, Valente foi morto num incêndio.

Tratava-se da maior derrota infringida a um exército romano dentro do território imperial. No *front* oriental alguns imperadores já haviam sido derrotados pelos persas, mas fora dos espaços imperiais. A derrota abalou a moral imperial e, com a ascensão de Teodósio, o Grande, estabeleceu-se um novo acordo entre os romanos e os visigodos, que voltaram a subscrever um *foedus*. Com a morte de Teodósio e sua sucessão por seus dois filhos, Arcádio e Honório, o Império foi dividido em duas partes: ocidente e oriente. A parte ocidental era a mais fraca e pobre, pois arrecadava menos impostos e, portanto, possuía exércitos mais fracos para se defender.

Os visigodos não tardaram a marchar contra os romanos, mas foram detidos pelo exército romano. Curiosamente, estes foram liderados por um general vândalo, Estilicão, cuja qualidade militar convence os visigodos a recuar. Estilicão, porém, foi afastado do exército e morto pelo imperador Arcádio, temeroso de seu poder. Essa manobra deu novo ímpeto aos

visigodos, que resolvem avançar novamente. Entraram na península itálica, onde ficava Ravena, que abrigava a maior parte da família imperial por ser um lugar fortificado, elevado e para fugir dos visigodos. Os germânicos liderados por Alarico avançaram sobre Roma e a invadiram em 410, saqueando e queimando muitos edifícios públicos. Transitaram pelo sul da Itália e acabaram chegando no sul da Gália (França atual). Depois dessa jornada, obtiveram novamente um acordo de *foedus* e participam da batalha de Chalons (451) em que o exército romano, com contribuição de diversos povos germânicos, derrotou Átila, o rei dos hunos. Depois disso, os visigodos finalmente consolidaram a ocupação da região sudoeste da Gália, tendo a cidade de Toulouse como sua capital e fundando, após 476, um reino independente na região.

I.3 Vândalos, suevos e alanos (segunda fase das invasões)

Ainda durante o movimento dos visigodos de leste para oeste, ocorreu nova onda invasora. Em meio a um inverno muito intenso em 406, uma coalizão de tribos cruzou o rio Reno, que era o limite (*limes* imperial). Eram vândalos, suevos e alanos famintos e desesperados por terras menos frias e mais produtivas. Cruzaram a Gália imperial (atual França) e avançaram na direção da Península Ibérica (atual Espanha). Cruzaram os Pirineus e invadiram a Hispânia (nome que usaremos para a região da península Ibérica).

O governo imperial, percebendo o risco dos acontecimentos, convocou os visigodos na condição de aliados (federados) e conclamou-os a expulsar os invasores. Essa reação, embora tardia, foi efetiva. O exército visigodo penetrou na Península Ibérica, acuou os suevos no noroeste da região (atual Galícia) e derrotou os vândalos, que optaram por fugir para a África do norte (429).

Na África, os vândalos tomaram a cidade de Hipona (430), a diocese de Agostinho, célebre bispo, e, mais tarde, Cartago (439). Nesta região, os vândalos assinaram um *foedus* (435), mas ocuparam as melhores terras com franca posição hostil em relação à população romana. Não tardou para os

vândalos ocuparem não só a região no entorno de Cartago (atual Tunísia) como também, graças à criação de uma marinha sob a liderança de seu rei Genseric, as ilhas do mar Tirreno: Córsega, Sardenha e Sicília. Em 455, esse povo promoveu o segundo saque de Roma. Além disso, a presença vândala na África e nas ilhas foi letal para o Império do Ocidente. O trigo da África e da Sicília deixou de aprovisionar a Itália e as dificuldades de o produto chegar à Hispânia acentuaram a escassez de trigo e facilitaram a queda do Império do Ocidente.

Os vândalos penetraram no território imperial já convertidos ao Cristianismo, mas na versão ariana, que não era aceita pela Igreja oficial. E nunca se converteram ao Cristianismo trinitário (o qual aceita a doutrina da Trindade), que a partir de agora denominaremos católico. E, além disso, promoveram perseguições aos católicos. Essa é uma das razões pelas quais não se aproximaram da população local. A outra razão foi o confisco pleno das terras da nobreza senatorial romana. Esse distanciamento fez com que houvesse resistências a seu domínio. Quando o imperador do oriente, Justiniano, empreendeu uma tentativa de reconquista do Império ocidental, dirigiu ao reino vândalo a sua primeira invasão, que foi bem sucedida, e, em 534, os bizantinos conquistaram a África do norte. Os vândalos, depois desse cataclisma, desapareceram e não mais foram citados nos documentos do período tardo antigo. O nome deles virou adjetivo. Por que a expressão vândalo é utilizada com sinônimo de destruidor, agressivo e depredador? Vamos debater sobre esse tema?

No final do século VI, a Itália já havia sido invadida algumas vezes e Roma fora tomada por visigodos (410) e vândalos (455). O golpe fatal foi a derrubada do último imperador ocidental, Rômulo Augústulo, em 476, por um pequeno povo germânico, os hérulos. Convencionou-se estabelecer essa data como o marco histórico da queda do Império Romano do Ocidente. A partir de então não houve mais imperadores romanos em Roma, Milão ou Ravena, ou seja, no ocidente.

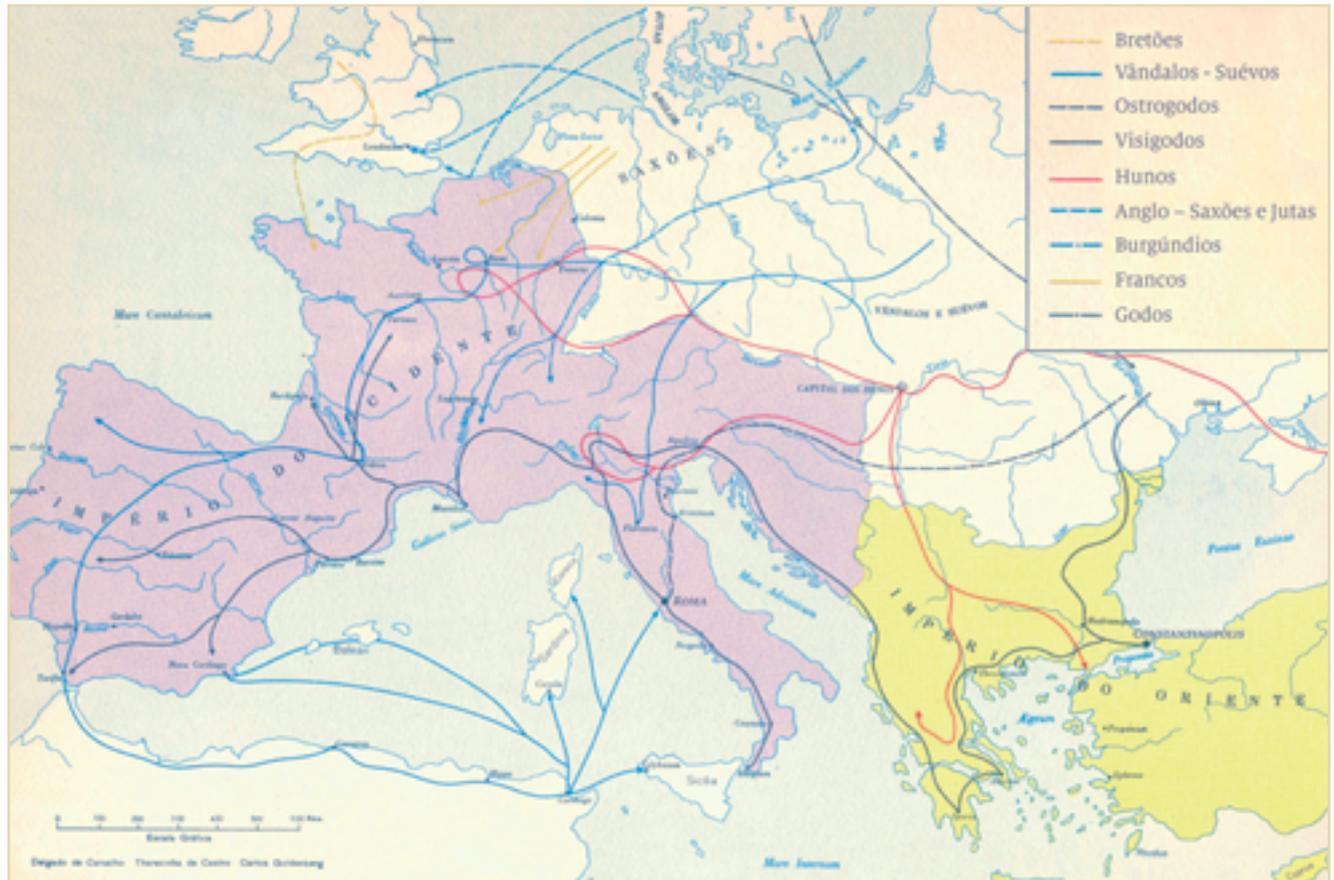
Os imperadores do oriente, que a partir de agora chamaremos bizantinos – pois a capital destes era Constantinopla, também conhecida como Bizâncio (nome antigo da cidade), passam a ser os únicos imperadores, e os

reinos germânicos compreendiam que haveria uma espécie de hierarquia e, mesmo sendo reinos autônomos, simbolicamente o imperador precedia, ou seja, era superior aos reis germânicos.

O mesmo ocorreu com os ostrogodos. Após a derrubada de Rômulo (476), o imperador do Oriente, Anastásio, convocou seus aliados ostrogodos a restaurar a ordem romana na Itália (483). O rei Teodorico, o Grande, reuniu seu exército e derrubou os hérulos e seus aliados. Coletou as bandeiras e os estandartes romanos e os enviou ao imperador bizantino em Constantinopla. Fez uma simulação de submissão, mas de fato estabeleceu um reino ostrogodo na Itália. Manteve a lei romana e os tribunais romanos para seus súditos romanos, leis e tribunais separados para os germânicos. Não demitiu os funcionários públicos, pois isso acabaria com a administração. Não interveio em questões religiosas, pois os ostrogodos eram arianos e a maioria dos romanos era católica. As igrejas e o clero não foram perturbados e não houve confisco de bens eclesiásticos. Os ostrogodos, depois do ocorrido, realizaram o confisco de um terço das terras dos nobres romanos. Esta era a pequena cota de guerra ou saque. Os vândalos, por sua vez, confiscaram todas as terras e as repartiram com seus guerreiros. Os visigodos, finalmente, tomaram dois terços e deixaram aos senhores romanos um terço.

Os ostrogodos souberam manter uma relação cordial com a Igreja e com os homens poderosos e/ou cultos das regiões conquistadas. Boécio e Cassiodoro são dois sábios cristãos, do século VI, de fina estirpe senatorial e amplos saberes. Ambos auxiliavam Teodorico a administrar seu reino, mas a relação se deteriorou no final de seu reinado, que deu ensejo, no século VII, à reconquista de Justiniano, que analisaremos adiante.

Mapa 1 – Migrações de povos e invasões



Fonte: p. 70 – Atlas Histórico Escolar – MEC

I.4 Estudo de caso I – O Reino Visigótico de Toledo: origens do modelo social ibérico

Os visigodos, depois do saque de Roma, em 410, voltaram a realizar um pacto com o Império e se tornaram aliados por meio, novamente, de um tratado do tipo *foedus*. Depois de perambular, como já descrevemos, estabeleceram-se no sul da Gália, região da atual cidade de Toulouse. Com a invasão dos vândalos e suevos à Península Ibérica (atuais Espanha e Portugal, que aqui denominamos Hispânia), os visigodos foram chamados como aliados para retomar a soberania romana na região, cuja vitória já havíamos descrito na seção anterior.

A sequência da história dos visigodos é muito importante para a história dos reinos ibéricos e, por consequência, para a América Latina, pois fomos colonizados por esses reinos a partir do século XVI. Os visigodos enfrentaram os francos merovíngios em uma batalha decisiva em Vouillé (508) e foram amplamente derrotados. Teriam sido dispersados e aniquilados, se não fosse a intervenção do rei ostrogodo Teodorico, que tinha ligações dinásticas com a família real visigoda. O resultado de tudo isso foi o reagrupamento dos visigodos que perderam a maior parte do reino visigótico de Toulouse, mas migraram para o sul, cruzando os Pirineus e se estabelecendo na Hispânia. Aos poucos consolidaram sua ocupação, submeteram a região e criaram um novo reino, que passou a ser denominado Reino Visigótico de Toledo.

Os reis visigodos eram eleitos, inicialmente, por assembleias de guerreiros e posteriormente pela nobreza. Isso criava brigas entre clãs tribais, candidatos, e dificultava a criação de dinastias reais. Numa dessas lutas entre candidatos, um deles conclamou os bizantinos a ajudá-lo. Este postulante ao trono venceu, mas permitiu a criação de uma ocupação bizantina no sul da Hispânia, que perdurou por quase um século. Nesse clima de instabilidade e sob a ameaça dos bizantinos ocuparem o restante da península, ascendeu ao poder Liuva I, que se associou a seu irmão Leovigildo, que acabou ficando sozinho no trono.

Leovigildo tinha alguns problemas internos e outros externos. Internamente, a sociedade estava dividida em: a) visigodos que eram germânicos, cristãos arianos e invasores; b) hispano-romanos católicos e submetidos ao invasor. Havia duas religiões nas partes mais densamente habitadas da Hispânia. E havia leis e tribunais diferentes para visigodos e para hispano-romanos. Faltava certa *unidade* que aproximasse os dois grupos, mesmo se mantidas as diferenças socioeconômicas.

Externamente havia algumas ameaças: a) os bizantinos, no sul da Hispânia, eram um risco estratégico; b) os francos, no nordeste da região, haviam derrotado anteriormente os visigodos e almejavam ocupar novos espaços; c) os suevos haviam chegado à região na invasão de 408/409 e ocupavam a parte noroeste da península; d) os povos autóctones, que já habitavam há muito tempo na região ou eram originários dela. Todos esses grupos

ofereciam algum tipo de ameaça ou de resistência a uma unificação territorial e criação de uma monarquia forte e organizada.

Leovigildo venceu todos os adversários e só não expulsou definitivamente os bizantinos. Seu filho primogênito, Hermenegildo, era cristão ariano, mas, ao se casar com uma princesa franca católica, se converteu à mesma religião da esposa. Ele se uniu aos bizantinos, suevos e francos no intuito de derrubar seu pai. Leovigildo subornou um dos reis francos que se opôs ao rei franco coligado com seu filho. Derrotou duas vezes os suevos e anexou seu reino ao reino visigótico. Venceu seu filho e retomou as terras revoltosas. Venceu também povos autóctones, como os cântabros e os vascones (ancestrais dos atuais bascos). Os bizantinos não atacaram, mas conseguiram manter a região sudeste sob sua ocupação. Isolado, Hermenegildo foi derrotado por seu pai, Leovigildo, que manteve seu poder, mas pouco depois morreu de maneira natural.

Vencedor nas batalhas, o rei Leovigildo alternou vários sucessos e apenas um fracasso nas políticas internas. Fundou cidades: Victoriacum e Recópolis. Isso era algo que nenhum monarca germânico havia feito, pois era um direito e uma prerrogativa dos imperadores. E criou um cerimonial de corte, assim como trono, manto real, cetro e outros símbolos que demarcavam sua condição superior diante da nobreza. E ainda no intuito de fortalecer o poder simbólico da monarquia mandou cunhar moedas com a efígie (imagem em perfil) real. Isso também era um direito atribuído aos imperadores romanos e nenhum rei germânico havia realizado tais ações. Trata-se da consolidação da: a) separação do reino em relação ao Império; b) tentativa de legitimação do poder monárquico; c) propaganda da nova situação de poder através, por exemplo, das moedas que circulavam e difundiam a nova condição. A monarquia almejava, portanto, reconhecimento social de seu poder e hegemonia territorial em solo ibérico.

Começou-se a unificar juridicamente a Hispânia visigótica, criando o *Codex Revisus*, que seria uma legislação que servia a toda a população, fossem hispano-romanos, fossem visigodos. Já no âmbito das relações entre as duas religiões principais, ambas cristãs, mas de diferentes versões, não houve convergência. Leovigildo tentou criar uma mistura entre o catolicismo

e o arianismo, fundindo-as numa só doutrina. O episcopado católico, todavia, não aceitou essa aproximação e manteve-se distante do monarca. Este foi o seu “calcanhar de Aquiles”, pois motivou a revolta de Hermenegildo, seu filho, que no exílio foi assassinado. O único fracasso importante, com efeito, foi a incapacidade de unificar religiosamente a população.

Mapa 2 – Estados bárbaros no século V



Fonte: p. 71 – Atlas Histórico Escolar – MEC

Leovigildo, apesar de suas vitórias, não consolidou a monarquia como elemento agregador de uma unidade social e política. Com a sua morte e também a de seu filho Hermenegildo, assumiu o trono o segundo filho,

Recaredo. Este aprendeu com os erros do pai e do irmão e optou por novo caminho. Abriu importante diálogo com o episcopado. Primeiro, buscou entendimento com o bispo Leandro de Sevilha, que era uma liderança católica e convenceu as lideranças eclesiásticas da necessidade da união. Depois, estabeleceu conversações com o episcopado ariano e convenceu a maioria da necessidade de unificar as igrejas. O êxito da estratégia de Recaredo se concretizou num acordo que integrou os bispos arianos à Igreja católica e, sem dúvida, as concessões do lado ariano foram amplamente maiores. Grande parte desses bispos se integrou no catolicismo trinitário e as reações e resistências foram sufocadas.

O rei Recaredo e o bispo Leandro de Sevilha convocaram um concílio em Toledo (terceiro nesse local e com esse nome) em 587 no qual o acordo foi selado. Foram sacramentados as decisões e os cânones dos concílios ecumênicos orientais de Niceia (325), Constantinopla (381), além das decisões dos concílios de Éfeso e Calcedônia (século V). O catolicismo se tornou a religião oficial e o rei Recaredo foi comparado aos imperadores orientais: o novo Constantino. Ele passou a ser exaltado pela Igreja hispânica como um santo. A união da coroa e da Igreja sugeria uma unidade plena e augurava longa duração à monarquia e à religião no território ibérico. Este é um marco identitário importante que delimita a fundação de uma Hispânia cristã (posteriormente Espanha).

O prognóstico de estabilidade não se consolidou em médio prazo. Vejamos alguns dos problemas a partir de três aspectos: a) questões religiosas, b) ameaças externas de outros países ou coalizões e c) a divisão interna somada às tensões monarquia *versus* nobreza.

As resistências religiosas dos arianos foram facilmente sufocadas e o catolicismo se tornou a religião majoritária e associada ao poder, sem maiores dificuldades. Persistiram no norte e no nordeste da Península Ibérica amplos bolsões de paganismo, principalmente na Lusitânia, na Galícia e nas Astúrias. Eram regiões pouco romanizadas, urbanizadas e, principalmente, pouco cristianizadas. Amplamente rurais, essas localidades eram povoadas escassamente por populações animistas (que adoravam elementos da natureza: Sol, Lua, chuva e planetas), com baixos padrões de urbanização bem diferentes das cidades do sul e do sudeste (região do Mediterrâneo).

Finalmente, precisamos ressaltar os judeus, minoria resistente às conversões e a evangelização. Estes eram bastante numerosos nas cidades, ainda que fossem percentualmente poucos em relação ao total da população. Recaredo, de maneira parcial, e mais tarde Sisebuto envidaram esforços em convertê-los. Este último decretou a conversão forçada ou a opção de exílio. Muitos se batizaram, mas há polêmicas sobre essa conversão. Haveria um judaísmo às escondidas? Durante todo o século VII, pairava a acusação de criptojudaísmo, que seria manter uma fachada de cristãos (católicos) sinceros, mas não agir de maneira correta, pois se dizia que professavam o judaísmo às escondidas. Muitos concílios toledanos emitiram cânones que pressionavam os convertidos.

As ameaças *externas* não foram difíceis de contornar até o início do século VIII. Os francos seguidamente ameaçavam o reino visigótico, mas nunca mais o derrotaram da maneira como o fizeram em 409 (Vouillé). Continuamente houve confrontos de fronteira na Aquitânia (região no sul da Gália) que não alteraram o panorama. Já os bizantinos foram lentamente acudados na região sudeste e finalmente expulsos no reinado de Suintila em 625. A última ameaça, porém, foi fatal: os árabes aliados aos norte-africanos, conhecidos como berberes e recém-convertidos ao Islã, irromperam na Hispânia em 711 e derrubaram o reino visigótico. Como isso foi possível? Uma das razões desse sucesso dos exércitos norte-africanos foi a falta de coesão da monarquia e da nobreza visigótica, apesar dos esforços de Recaredo e de muitos de seus sucessores.

Vejamos as dificuldades *internas* para compreender a fraqueza da monarquia. Um dos elementos mais desagregadores era a tradição visigótica de eleger seus reis. Originalmente a coroa ficava com um guerreiro competente e líder militar de alguma das famílias tradicionais visigóticas. Isso outorgava à assembleia de guerreiros certo poder. Não havia dinastias que se sucediam. Filhos poderiam suceder seus pais, mas não por direito e nem de forma automática. A assembleia de guerreiros foi, através do tempo, filtrada e apenas um grupo seletivo de nobres passou a eleger o rei. Dentro deste grupo, que chamaremos de assembleia de nobres, havia famílias poderosas,

ora coligadas, ora em conflito, pois cada uma delas pretendia eleger, como rei, um membro de seu grupo ou subgrupo.

Isso gerou conflitos entre membros da nobreza, ora entre si, ora contra o rei no poder. Os reis muitas vezes quiseram fortalecer seu poder e nomear seus filhos como herdeiros do trono, criando uma dinastia. Quando o poder real era suficiente para conter a oposição, isso ocorria; quando o monarca era menos poderoso, ocorriam revoltas e regicídios (assassinatos ou mutilações de reis ou herdeiros do trono). O bispo franco Gregório de Tours escreveu no final do século VI que os visigodos eram regicidas, pois matavam seus monarcas.

Isidoro de Sevilha, irmão e herdeiro de Leandro, que o sucedeu como bispo na mesma cidade, foi um grande líder espiritual e articulador das relações entre a Igreja e a monarquia. Tentou atenuar o conflito entre monarcas e setores da nobreza, afirmando que os reis eram sagrados e que deveriam ser “intocáveis”. Fez uso do Antigo Testamento (Bíblia hebraica) na qual há afirmações que enfatizam a unção dos reis hebreus e sua sacralidade. Instituiu a unção dos reis, fato que deve ter sido consumado alguns anos mais tarde.

A atuação de Isidoro de Sevilha não bastou. Os reis eram depostos sem serem assassinados a partir de agora. Eram tonsurados, tornando-se monges e enviados a mosteiros, mas efetivamente seguiam sendo depostos. As lutas intestinas entre grupos de nobres contra a monarquia e a disputa pelo cargo de rei enfraqueceram a coroa.

Em meio a disputas entre uma facção liderada pelo rei Rodrigo, recém-empossado, e os filhos do rei anterior, ocorreu a invasão do exército norte-africano. O grupo opositor fez um acordo com o invasor e, junto com este, derrotou com facilidade o rei visigodo. Na sequência, gradualmente, tomaram-se praças, fortes e cidades, geralmente por meio de pactos, mantendo-se o conde local como líder da cidade e preservando-se os bispos e os direitos da população cristã. Alguns cristãos migraram para as regiões norte e nordeste da península e encetaram certa resistência ao poder do califado de Damasco, que a partir de então se tornou a entidade política dominante na maior parte da região.

Ser godo é ser nobre. Por quê? Então devemos nos perguntar as razões pelas quais o godo é visto positivamente e *vândalo* é visto como *pejorativo*. Godo virou substantivo e serviu para designar um estilo de construção de prédios religiosos. Vândalo se tornou adjetivo. Os dois povos saquearam a capital imperial, a cidade de Roma: os visigodos em 410 e os vândalos em 455. Reflita sobre isso.

O legado visigótico pode ser considerado como um padrão identitário para os cristãos ibéricos no período em que começaram a reconquistar lentamente espaços tomados pelos muçulmanos. Isso ocorreu nos séculos seguintes. O modelo jurídico e a religiosidade visigótica serviram como uma referência das novas monarquias medievais ibéricas. As influências e os padrões da monarquia visigótica formaram a base da legitimação da monarquia castelhana. A nobreza medieval em todos os reinos ibéricos almejou encontrar nas suas origens, geralmente de maneira imaginária ou “criada”, seu vínculo com casas nobres e personagens semilendários, que seriam parte da nobreza goda. Ser godo significava ser nobre. Isso aparece até no romance de Miguel de Cervantes, *Dom Quixote de La Mancha*, que ironiza a nobreza do século XVI, enfatizando que o sangue nobre teria embasamento em origens godas.

Este mito gótico fundamentou as crenças na superioridade da nobreza diante de outros estamentos ou grupos sociais. Demarcou longa duração na qual alguns elementos da sociedade se consideravam superiores a outros. O sangue era um marco separador e de contenção da ascensão social e integração de estamentos intermediários, tais como comerciantes ou artesãos enriquecidos. A Igreja ajudou na construção e na manutenção dessa separação.

As monarquias ibéricas, em especial a castelhana, trataram de se relacionar com os visigodos e passaram a se considerar seus herdeiros, o que gerava uma legitimidade e uma continuidade mítica. As monarquias católicas, assim, se imbuíram de valores e sacralidade por defenderem a fé “verdadeira” e por objetivarem expandi-la na qualidade de defensores da Cristandade e do direito legítimo de retomar espaços ocupados por infiéis.

Isso se conecta no final da reconquista (veja tema seis), já no fim do período medieval, com interesses mercantis, sobretudo na aquisição de especiarias e metais nobres, na obtenção de colônias para impulsionar a expansão marítima portuguesa e a ocupação da América Latina. Assim, a história ibérica, e seu anseio de retomada das terras perdidas ao Islã, transpassa os limites da Península Ibérica e se expande para o norte da África, para as costas africanas, para as Índias e para as Américas, estas últimas descobertas no final do período medieval. A história medieval ibérica permite, como visto, conhecer melhor nossas próprias raízes e a história de nosso continente americano.

Esperamos que essa abordagem demonstre a improcedência da afirmação da Idade “Média” como uma Era das Trevas e mesmo como um período obscuro o suficiente para ser caracterizada apenas como um momento (muito longo) de passagem do mundo Antigo à época Moderna. Mas voltamos aos reinos germânicos.



Estudo de caso II – Os francos: da dinastia merovíngia sob Clóvis até os carolíngios

Os francos são um dos povos germânicos que mais demoraram a irromper nos espaços imperiais cruzando as fronteiras (*limes*). Seus contatos com o Império eram escassos e sua aculturação bastante superficial. Trata-se de um povo germânico que ocupava a região dos Países Baixos (atuais Holanda e Bélgica) e que não conseguiu se unificar antes do final do século V. O personagem que se sobressai era um descendente (neto, talvez?) do legendário rei Meroveu, nome emprestado a uma dinastia inteira – os merovíngios, e que governou os francos e expandiu habilmente os domínios. Trata-se do rei Clóvis.

Antes dele os francos já haviam tomado alguns espaços na Gália romana. Seu legado demarca a vitória sobre quase todos os seus inimigos e criou um poderoso reino na região da Gália que abarcava praticamente toda a França atual e algumas regiões limítrofes. Clóvis era pagão e nunca se convertera a nenhuma vertente cristã, seja a ariana seja a católica. Sua esposa Clotilde, que era católica, envidou todos os esforços para convertê-lo.

Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476, o vazio político foi preenchido por povos germânicos diversos. Um general romano denominado Siagrius conseguiu reter a região noroeste da Gália e criar um reino independente. Clóvis enfrentou-o e derrotou-o em 486, em Soissons, anexando seu reino. Em seguida enfrentou os alamanos em Tolbiac (496) e os sobrepujou. Naquele momento de sucesso, Clóvis foi convencido por sua esposa Clotilde a se converter ao Cristianismo, na vertente católica. Conta-se um relato, possivelmente lendário, que antes da batalha ele fez uma promessa de se converter ao “deus” de Clotilde. Obtida a vitória, ele se deixou batizar, mas é evidente a superficialidade da conversão dele e de todo seu exército.

A aproximação de Clóvis com o episcopado católico pode ter sido sincera ou oportunista, algo impossível de se deduzir. Poderia, na realidade, haver ambas as razões, pois a documentação que chegou até nós foi escrita por clérigos, os únicos letrados nas terras do norte. A maior parte foi coletada e escrita cerca de meio século depois da morte de Clóvis, pelo bispo Gregório, da cidade de Tours, que na sua História dos Francos enaltece a memória desse rei e a sua aproximação com a Igreja. Gregório de Tours exalta um modelo a ser seguido pelos reis de sua época, portanto elogia a imagem de Clóvis, ressaltando seus valores e minimizando seus defeitos, na medida do possível.

Depois de se converter ao Cristianismo e se aliar ao episcopado católico, o sucesso militar de Clóvis segue inalterado, o que foi interpretado como resultado de sua adesão à fé “verdadeira”, mesmo se suas vitórias antecessessem a conversão. Em coalizão com os visigodos, os francos venceram os burgúndios em Dijon em c. de 500. Após a vitória, os dois aliados discordaram e se enfrentaram. A vitória de Clóvis em Vouillé (c. 507) lhe permitiu consolidar seu domínio na maior parte da Gália. Já os visigodos, derrotados, quase desapareceram, mas com ajuda de Teodorico, o rei ostrogodo da Itália, se reergueram e se dirigiram à Hispânia, como já observamos no tópico anterior. Os visigodos mantiveram apenas um pequeno trecho da Aquitânia (sul da Gália) sob seu controle.

O poder de Clóvis foi imenso e até o imperador do oriente, Anástasio, o homenageou enviando as tábuas consulares, ou seja, considerando-o um magistrado imperial. Clóvis utilizou, por escolha sua, o diadema e a túnica púrpura dos imperadores, repetindo a atitude de Leovigildo, que descrevemos no tópico sobre os visigodos.

A ascensão e os sucessos militares de Clóvis, somados à sua conversão e à de seus guerreiros, foram um trunfo na aproximação entre os francos e os galo-romanos. Essa aproximação foi seguramente lenta, mas a religião comum ajudou a consolidar o processo de aliança. Ao se colocar como o defensor da Igreja e do Cristianismo, Clóvis obteve o reconhecimento público. As cerimônias de sagração e coroação dos reis francos se tornaram um modelo que sobreviveu até o século XVIII. A monarquia francesa se

considerava sucessora de Clóvis e, dessa maneira, adquiria legitimidade e sensação de continuidade de longa tradição.

Com sua morte em 511, seu espólio foi dividido entre seus quatro herdeiros, deixando seu reino esfacelado em quatro porções menores. A atitude reflete a percepção dos povos germânicos que associavam os territórios conquistados como bens privados. Não tinham a concepção de estado, nem mesmo de reino, como coisa pública. A expressão em latim *res pública* derivada da concepção romana de república, era remotamente conhecida dos francos. Os visigodos, ao contrário dos francos, possuíam essa compreensão. Como dito antes, esse povo germânico foi lenta e parcialmente romanizado; enquanto os francos se mantiveram por longo tempo apartados do Império Romano, os visigodos se estabeleceram e transitaram pelos espaços próximos do mar Mediterrâneo: Balcãs, Itália, a região de Toulouse e finalmente a Hispânia. Foram lenta e gradualmente romanizados e parcialmente aculturados às concepções políticas de *res pública*.

A divisão do reino franco, depois da morte de Clóvis, não impediu que, em algum momento, os francos reunificassem momentaneamente os seus territórios. Isso ocorreu com Clotário II. A tendência à fragmentação, porém, prosseguiu depois deste monarca e permitiu também o enfraquecimento da monarquia diante dos grandes senhores de terras. Os reis que se sucederam perderam o ímpeto guerreiro e se desinteressaram da administração, repassando-a a seu chefe de gabinete ou prefeito do palácio, que tinha o título de *major domus*, ou seja, mordomo. *Domus* seria a casa ou palácio real e *major* equivale a maior. Constituiu-se, assim, numa figura que fazia as vezes do rei, seja na administração, seja nas batalhas.

Os reis desse período são descritos como reis indolentes ou preguiçosos. Curiosamente, surge uma dinastia de *major domus* ou prefeitos do palácio quando assumiu esta função Pepino de Heristal (c. 679-714), o prefeito do reino da Austrásia. Ele se estabeleceu como governante de fato após vencer diversas guerras. Seu filho bastardo, Carlos Martel, é seu sucessor e elevado à condição de herói, pois confrontou uma tropa de invasores muçulmanos que saqueavam a região sul da Gália franca e derrotou-os em Poitiers no ano de 732. Sua condição se fortaleceu com essa vitória.

Muitos historiadores tradicionais enfatizam essa batalha como a salvação da Cristandade ocidental do perigo muçulmano, e a batalha se tornou um paradigma historiográfico, religioso e “nacionalista” francês. Um mito? Uma construção? Com efeito, a descrição da trajetória de Carlos Martel se constituiu em símbolo da reação do Cristianismo contra o inimigo muçulmano e da condição francesa de monarquia sagrada.

A morte de Carlos Martel legou a seus filhos o poder de fato. Carlomano e Pepino foram seus sucessores. Ambos se aproximaram da Igreja e a protegeram. Carlomano abdicou em 747, e Pepino obteve o apoio do papa Zacarias que o proclamou rei, acabando com a dinastia merovíngia. O último rei merovíngio foi internado num convento e desapareceu da história. O pregador Bonifácio ungiu Pepino rei e, na sequência, o papa Estevão II o sagrou novo monarca. Surgia, assim, nova dinastia, posteriormente denominada carolíngia. E se consolidou definitivamente a aproximação entre os francos e o papado.

As boas relações já existentes entre o rei Clóvis e o episcopado galo-romano se acentuaram nesse momento. A falta de legitimidade da dinastia carolíngia, que efetivamente tinha destituído os merovíngios, fez com que se aproximassem do papado que também estava enfraquecido e hostilizado pela presença dos lombardos na Itália. Tanto Pepino quanto seu filho e efetivo sucessor, Carlos Magno, intervieram na Itália e apoiaram a causa papal. Ambos reconheceram os direitos do papado sobre as terras da Itália central, no entorno de Roma, desde 754.

Esse deve ter sido o período da elaboração do documento denominado *Donatio Constantini* ou doação de Constantino. Sua autoria é desconhecida, mas é atribuída ao imperador Constantino, o Grande, que reinou no início do século IV e fundou a Roma do oriente, capital do Império Bizantino, Constantinopla. O documento associa Constantino a uma pretensa doação de amplos territórios imperiais na parte ocidental, especialmente a Itália, para a Igreja católica. Embasada nesse documento, a Igreja reteve a soberania parcial ou total da Itália central até a unificação italiana no século XIX. Cria-se o espólio que viria a ser denominado Patrimônio de São Pedro.

Também para enaltecer a grandeza do império e não diminuir a supremacia pontifícia, mas antes adornar a sua dignidade que é

mais elevada do que a de um império terreal e a força da sua glória, concedemos e entregamos ao já mencionado santíssimo pontífice, o nosso [padre] Silvestre, o papa universal, e ao poder e jurisdição dos pontífices seus sucessores, não apenas o nosso palácio (¹), como foi anteriormente citado, mas também a cidade de Roma e todas as províncias, praças e cidades de toda a Itália e das regiões do Ocidente [...] como uma possessão legal e permanente da Igreja Romana. [...]
[*Edictum Constantini ad Silvestrum Papam*, in J.P. Migne, *Patrologiae Cursus Completus*, Series Latina, t. VIII, Paris, 1844, col. 577].

As mútuas relações e dependências entre o papado e o reino franco se acentuaram sob os governos de Pepino e de seu filho Carlos Magno. Depois da campanha de Pepino em 754, seu filho penetrou na Itália, derrotou sucessivamente os lombardos e realizou doações de terras do “domínio” papal. Já o papa Leão III, no Natal do ano 800, consagrou Carlos Magno imperador dos romanos.

As vitórias militares de Carlos Magno foram expressivas. Venceu adversários diversos e ampliou as posses. Colocou-se em marcha um trabalho diplomático para tornar a nomeação e sagração do rei efetivas, de modo que não permanecesse apenas no plano do simbólico. O imperador bizantino acabou concordando em receber alguns territórios e reconheceu como imperador o soberano germânico. Começava a ser moldado um modelo imperial que alternou formatações diversas, mas que perdurou até o século XIX. O governo de Carlos Magno representou um período de auge político, militar e cultural dos monarcas germânicos.

As mais expressivas vitórias de Carlos Magno se deram contra os lombardos na Itália (774), em seguida os bávaros, os saxões e frísios (iniciada em 782) numa difícilíssima campanha que durou vinte anos, e sobre os ávaros em direção aos seus territórios ao leste. As campanhas contra os muçulmanos na Península Ibérica foram apenas parcialmente vitoriosas, tendo em vista a derrota de Roncesvalles, na qual morreu Rolando, seu aparentado, cujo desenlace é objeto da mais antiga canção de gesta conhecida. As canções de gesta eram poemas escritos para serem cantados com acompanhamento musical. A canção de Rolando consiste no manuscrito de Oxford em francês antigo. No capítulo cinco dedicaremos maiores considerações ao tema.

Batalha de Roncesvalles (778): a morte de Rolando – ww



Fonte: Paris, Biblioteca Nacional da França, Departamento de manuscritos franceses 6465.

Um vasto Império permitiu ao imperador a ordenação de seus territórios. Organizou a administração através de seus emissários – os *missi dominici*. Legislou e cunhou moedas e, respeitando as leis e costumes locais, almejou implantar alguns princípios jurídicos comuns.

Isso foi feito com a ajuda da Igreja que pretendia homogeneizar as posturas diante da fé. O imperador se colocou como o vigário de Deus e defensor da fé “verdadeira”. Era seu dever propagar o credo cristão e impedir que houvesse desrespeito à Igreja. Na capital carolíngia, em *Aix la Chapelle*, fez construir um palácio que recordava o palácio imperial de Constantinopla e uma capela palatina que se assemelhava ao Santo Sepulcro. O império carolíngio se constituiu como a base de um império germânico medieval que se manteve, mesmo que enfraquecido, até a modernidade.

Mapa 3 – O império de Carlos Magno



Fonte: p. 72 – Atlas Histórico Escolar



2

O Feudalismo



Feudalismo é uma terminologia complexa que gera dificuldades de compreensão e, por outro lado, proporciona uma diversidade de explicações. Tentaremos dividi-la em elementos para compreendê-la em partes e poder então obter uma visão de conjunto. Busquemos inicialmente suas raízes, que provêm de várias influências, mas tentaremos condensá-las.

2.1 Uma breve periodização e contextualização

Podemos definir essa ampla periodização para facilitar o entendimento. Três grandes períodos podem ser considerados: o primeiro, que denominaremos **formação**, começa ainda sob o Império Romano e se estende até o período dos francos carolíngios, ou seja, do século III até o século VIII; o segundo, que alcunharemos de **crystalização**, se inicia sob os primeiros monarcas franco-carolíngios e se estende até o século XII, no período das Cruzadas; o terceiro, que optamos por chamar de **transformação**, é um período de intensas mudanças sociais e econômicas, que vai de meados do século XII até o final do século XV, que a historiografia tradicional considera o marco do encerramento do período medieval. Consideramos, ainda, a existência de um quarto período que excede a nossa cronologia, e que denominamos **pulverização**, no qual subsistem algumas instituições e costumes, mas em que o sistema já está superado e sobreposto por um novo modelo social e econômico.

A par dessa periodização, é necessário salientar que o feudalismo se tornou um termo de múltiplos usos e analogias. Muitos escritores e jornalistas fazem uso do termo feudalismo para descrever algum tipo de exploração de mão de obra de uma maneira que se assemelhe a servidão feudal. Isso é **anacronismo**. Persistimos no uso dele apenas no contexto medieval do Ocidente europeu. Trata-se originalmente de um sistema que se construiu e foi utilizado na região do centro e do norte da França atual, que no período romano era denominada Gália. A Gália romana será conquistada por alguns povos bárbaros: visigodos na região da Aquitânia (sul e sudoeste); burgúndios no vale do Ródano (sudeste) e francos (noroeste). A partir do rei franco Clóvis, membro da dinastia merovíngia e que reinou entre o final do século V



e início do século VI, a região foi unificada sob os francos, alternando-se inicialmente os descendentes de Clóvis (merovíngios) e depois uma nova dinastia franca denominada carolíngia, por causa do seu monarca mais famoso, o rei e depois Imperador Carlos Magno. Voltemos agora nossas atenções à montagem do sistema que é um fenômeno de média duração, ou seja, durou alguns séculos. Começa ainda sob o Império Romano e continua sob os reis germânicos.

As origens do feudalismo e o contexto de sua criação

Uma das características mais marcantes do feudalismo seriam os vínculos feudo-vassálicos que ligavam homem a homem, guerreiro a guerreiro, e nesse tópico há duas influências mais marcantes: a da Antiguidade clássica e a da sociedade germânica anterior às invasões. Assim as origens são anteriores ao período medieval, mas ainda existiam de certa maneira no mesmo. Vejamos ambas.

No baixo Império Romano nos períodos de anarquia e guerra civil (século III e depois), surgem guerreiros livres e ligados a senhores de terras que os contratavam para segurança privada. Um dos nomes mais comuns desses guerreiros era *bucelários*. Já entre os povos germânicos, havia uma tradição já descrita no final do século I d.C. pelo cronista romano Tácito, em sua obra *Germânia*, pela qual guerreiros livres se associavam a um chefe militar ao qual serviam e com o qual compartilhavam os saques, tendo em conta certa hierarquia interna. Essas duas formas de organização se mesclaram e criaram uma espécie de clientela em torno de grandes senhores, numa época em que o estado centralizado perdeu paulatinamente sua capacidade de gerar segurança e estabilidade para a sociedade.

Os vínculos entre o senhor e seus guerreiros eram definidos através da *commendatio* (que traduzimos como recomendação), uma espécie de contrato verbal e repleto de símbolos e rituais, que uniam dois homens livres: o chefe ou senhor recebia os *vassi* sob sua proteção e autoridade, e os guerreiros juravam fidelidade e se comprometiam com a prestação de serviço

militar ao senhor. O ponto central da relação era militar, mas gerava implicações sociais e econômicas.

Uma das responsabilidades do chefe era sustentar seus comandados, oferecendo-lhes comida, vestimentas e abrigo. Como estamos falando de um período conturbado em que ocorreram invasões e instabilidade, essa tarefa não era fácil. Aos poucos se definiram meios de sustento ao *vassus* através da concessão dos benefícios, que seriam geralmente pequenos lotes de terra, nos quais havia alguns camponeses estabelecidos. O homem livre e ao mesmo tempo guerreiro não exercia trabalho braçal, ou seja, não trabalhava na agricultura ou no artesanato, dedicando seu tempo livre para treinar e exercitar-se nas artes marciais. Sendo assim, definiram-se duas hierarquias: senhores e vassalos, no âmbito da sociedade guerreira; e senhores e trabalhadores que os sustentavam, no âmbito socioeconômico.

A necessidade de preencher de maneira regional o vazio gerado pelo enfraquecimento do estado centralizado fez com que, através de uma diversidade de pequenas versões, surgissem organizações sociais e militares que ordenassem os espaços e gerassem algum tipo de estabilidade e segurança. Outro dos motivos para essa montagem social era a escassez de moeda em geral e de metais preciosos em específico, que impedia a circulação monetária. Os pagamentos eram em espécie e as trocas prevaleciam nas relações de mercado. Isso aconteceu especificamente no Ocidente tardo-antigo e medieval, e não vale para o Oriente, onde existia moeda circulante. O comércio era escasso e muito limitado a produtos de muita necessidade e que não podiam ser produzidos numa determinada região. Era o caso de metais ou sal, por exemplo, que nem sempre se podia obter em todas as localidades. A tendência do período era a autossuficiência. O benefício era uma maneira simples e adequada de sustentar o *vassus* e assim obter sua lealdade e serviços.

Esse sistema que era parcialmente existente desde o Baixo Império se desenvolveu no reino franco no período merovíngio e se manteve nos séculos seguintes, com alterações e adaptações regionais e temporais. Nas próximas páginas, analisaremos aspectos do sistema definindo temáticas, não de maneira hierárquica, mas no intuito de tornar mais didática sua compreensão.

Os povos germânicos tinham concepções diferentes de governo e de estado daquelas existentes no Império Romano. Os romanos eram acostumados a separar os bens públicos dos bens privados, evitando, assim, misturar estes dois elementos. As terras conquistadas pelos romanos geralmente pertenciam ao Estado; no caso das exceções a essa regra, poderiam ser entregues ao titular de um cargo ou função, mas não se tornavam bens pessoais ou familiares e não passavam por herança a seus descendentes. O direito romano tem bastante clareza ao diferenciar e definir direito público do privado. Alguns povos germânicos que invadiram o império a partir do século IV foram influenciados, em maior ou menor grau, pelo direito romano, ainda assim, confundiam o público com o privado. Os visigodos tiveram muito contato com as instituições romanas e certa influência do direito romano e da concepção de estado imperial.

Já os francos permaneceram mais tempo do lado externo da fronteira (*limes imperial*) e, portanto, foram menos impregnados com as concepções políticas, jurídicas e institucionais dos romanos. Para os francos, o direito do conquistador prevalecia e gerava a aquisição do território como bem pessoal e familiar, permitindo sua partilha e herança.

2.3 Economia agrária e autossuficiente

As cidades do Baixo Império na parte ocidental tiveram um lento, mas profundo esvaziamento. O empobrecimento de certos setores e a diminuição do comércio a níveis elementares e residuais fizeram com que não houvesse sustento para os setores sociais, menos favorecidos. Faltavam trabalho, alimentos e perspectivas de revitalização das cidades. Isso gerou um lento processo de migração da cidade para o campo.

Os grandes senhores estavam necessitados de mão de obra para suas propriedades, pois escasseavam escravos, desde o século III. Homens livres e sem trabalho se ofereciam para tanto e de diversas maneiras são aceitos através de acordos de arrendamento de terras, em troca da prestação de serviços, parcela de sua produção e outras obrigações. Não são escravos e tampouco permanecem livres, pois, pelo estímulo do governo central romano,

são criadas fórmulas de vinculação desses migrantes ao trabalho da terra. Criam-se jurisdições e termos legais para impedir que os homens livres que optassem, por falta de escolha, por se vincular à agricultura, ali permanecessem de maneira contínua e permanente, e seus descendentes também ali trabalhassem. Isso por que a escassez de alimentos era aguda, já no final do século III.

Muitos autores denominam esse sistema como colonato. Os colonos não eram escravos, mas ficaram vinculados ao trabalho agrícola. O sistema se manteve e se ajustou às condições locais e permitiu que, nos últimos séculos do Império do Ocidente, ocorresse uma transição de uma sociedade urbana e sofisticada nos hábitos e costumes (Alto Império) para uma sociedade cada vez mais ruralizada, autossuficiente, pouco refinada e com menos dependência do comércio.

No período das invasões germânicas o sistema foi mesclado e transformado com a junção de costumes e formas de organização social e militar dos invasores. O resultado não é uniforme em todas as regiões, mas se assemelha de uma maneira geral. O modelo feudal se consolida apenas alguns séculos depois, nas suas diversas variantes, mas centrado no campo, na produção agrícola e pastoril, com pouco comércio e no sentido da autossuficiência.

O comércio nunca desaparecerá de maneira completa, pois sempre havia produtos que não podiam ser produzidos na região: sal, certos metais, alguns tipos de artesanato. Alguns artesãos perambulavam pela Europa e exerciam trabalhos temporários para os senhores. Comerciantes judeus, sírios ou lombardos continuaram a cruzar terras e mares, de maneira moderada, mas o comércio, mesmo sendo escasso, não desapareceu.

O feudalismo não se diferencia de outras sociedades pré-industriais, por ter sido essencialmente agrário. O ponto-chave está no tipo de mão de obra e na forma de vinculação entre o senhor da terra e o trabalhador desta.

A estrutura da propriedade rural que optamos por chamar de senhorio era simples. Variava de tamanho, mas tinha na média cerca de duzentos até trezentos hectares, conforme a riqueza do senhor e as características da



As tarefas dos enólogos (produtores de vinho), afresco da Normandia, La Haye.

região. Geralmente era dividido em três setores, nos quais os servos executavam os trabalhos: a reserva senhorial, os lotes dos servos (denominados *mansi*; sing. *mansus*) e as terras comunais.

A reserva senhorial era cerca de trinta por cento do senhorio. Os servos trabalhavam nela alguns dias da semana, num regime de trabalho obrigatório denominado corveia. O produto desse trabalho era integralmente entregue ao senhor. A corveia era uma parte central do contrato de trabalho.

Os lotes dos servos eram uma área de cerca de quarenta a cinquenta por cento do total do senhorio. Os lotes de cada família de servos deveriam sustentá-los ainda que não superassem o tamanho de dois a três hectares. E o senhor lhes cobrava uma diversidade de taxas. Citemos algumas delas: a talha, que era um percentual de sua produção anual; a *chevage*, outra taxa anual que demarcava sua condição servil; as banalidades, que eram taxas de uso do moinho, do forno e do lagar. Caso o servo ou seu filho fosse se casar com alguém de outra condição social ou ligada a outro senhor, deveria pagar a *formariage*; já se o senhor fosse transmitir a propriedade a seu herdeiro, o servo deveria pagar a “mão morta”.

A terceira parte do senhorio eram as terras comunais. Tratavam-se de campos de pastagens, bosques, lagos e espaços não cultivados. Neles poder-se-ia obter lenha, fundamental para o frio inverno europeu, pastos para o gado e produtos silvestres, como o mel. O senhor e seus serviçais domésticos usufruíam desse espaço sem ônus, já os servos deveriam arcar com pagamentos para tal usufruto. A caça era um direito exclusivo do senhor e de sua família e agregados.

Havia sempre o risco de os servos ficarem sem alimentos em épocas de crise, mas o senhor os protegia e provia, visto serem a garantia de sua mão de obra. Esse aspecto é muito importante, pois consolida a estrutura social. Representações associam ao senhor características de bondade e caridade. O senhor tem uma função múltipla: é o defensor da sociedade, é justo e benigno. Além disso, sua condição de cavaleiro cristão o torna um elemento sagrado e gerador de fertilidade nas colheitas.

2.4 O modelo social

A escravidão do período imperial romano se tornara incapaz de solucionar a crise de mão de obra. O colono do final do período imperial se transformará no servo do feudalismo. O vínculo do trabalhador com o senhor e com a propriedade rural se consolida através de um contrato de trabalho. Este é sacramentado por meio de uma cerimônia em que o juramento de servidão é sacramentado por um ritual de caráter jurídico-religioso. Feito sob a custódia da Igreja e em nome de Deus, agrega uma relação de trabalho e serviços à fé estabelecida.

Ao nível dos guerreiros se dá o mesmo. No assim denominado feudalismo clássico o vínculo que unia o senhor/suserano e o guerreiro/vassalo era determinado por um contrato, nem sempre escrito. Em regiões nas quais a cultura letrada não se esvaía se fazia um diploma ou contrato escrito. Isso era obrigatório num acordo entre homens livres quando os dois componentes eram de nível social importante. O contrato era realizado de maneira ritualizada e constava de quatro momentos: a homenagem, a fidelidade, o *osculum* e a investidura. Expliquemos um pouco cada uma delas.

A homenagem era, simbolicamente, a entrega de si mesmo ao seu senhor, tornando-se “seu homem” e devendo servi-lo. Havia dois momentos que se complementavam: a) *in manu missio*, na qual o vassalo desarmado ajoelhava-se diante do seu suserano e depositava suas mãos entre as dele; b) *volo* ou declaração de intenção ou vontade, pela qual o vassalo declarava publicamente seu desejo de entrar na clientela do senhor.

A fidelidade (*fides* ou *fidelitas*) era um compromisso realizado através de um juramento do guerreiro vassalo de ser fiel ao suserano. Poderia ser feito sob a cruz, os Evangelhos ou relíquias com ossos de santos.

Já o *osculum* não era utilizado em todos os rituais de juramento de vassalagem, sendo mais comum no reino de França, e consistia de um beijo, como um símbolo de amizade e de lealdade. O beijo não tem simbolismo carnal e é apenas um gesto ritual.

A investidura era o último momento da cerimônia, na qual o senhor investia o seu vassalo de um bem, geralmente um senhorio. Na cerimônia

era simbolizado por um objeto: anel, bastão, estandarte ou outro símbolo. Em alguns períodos posteriores o bem poderia ser um rendimento, um direito portuário ou alfandegário, mas nos primórdios do feudalismo era uma propriedade rural.

O contrato feudo-vassálico propõe uma mutualidade, ou seja, obrigações bilaterais. O senhor/suserano e o vassalo têm compromissos bilaterais: não trair, proteger e não conspirar um contra o outro. O vassalo deve sempre ajudar o senhor, na paz e na guerra. Tem duas obrigações fundamentais: o *auxilium* ou ajuda e o *consilium* ou conselho, pois, além de ajudar, deveria participar de certo tipo de corte do senhor na qual se decidia seja pela paz, seja pela guerra e se realizavam julgamentos. A lei vigente era o costume local e era moldada pelos suseranos para reger suas propriedades.

O *auxilium* era fundamentalmente a prestação de serviço militar junto ao senhor, mas em certas ocasiões poderia ser ajuda em espécie ou em dinheiro. Uma ampla variedade de tipos de *auxilium* poderia ser feita, dependendo do contrato e do tamanho do feudo. O vassalo poderia lutar desacompanhado e apenas armado e equipado, ou vir com uma hoste (*hostis*) ou tropa, que seria um grupo de cavaleiros e/ou infantes armados e equipados. Por vezes se tratava de uma expedição guerreira longa e ampla, ou apenas uma escolta ou serviço de guarda a seu senhor. Muitas vezes o senhor se dirigia à propriedade do vassalo e lá se hospedava, com seu séquito.

Batista Neto (1989, p. 22) frisa que,

no início, o aspecto mais importante da relação entre os guerreiros era o chamado elemento pessoal, o vínculo que unia um homem a outro; depois, com a multiplicação das concessões dos benefícios, o elemento real (o benefício, o feudo, a terra, em suma) tornou-se preponderante e alterou o esquema de relações.

Explicamos: os vassallos começaram a obter mais de um benefício ou feudo e se fortaleceram, passando a impor a seus supostos senhores condições mais brandas de retribuição. Limitaram os dias de serviço a cada ano; as distâncias a serem percorridas nas campanhas militares. Alguns

obtiveram a concessão de pagar em dinheiro os valores para serem liberados dos serviços militares e poderem contratar mercenários. Esta fórmula se denominava escudágio e foi usada principalmente quando as campanhas eram além mar, tal como os reis ingleses da dinastia Plantageneta na França.

Outra forma de *auxilium* era efetivamente através de ajuda pecuniária. Seriam as mais comuns as seguintes: resgatar o senhor se caísse em cativeiro; quando o filho primogênito do senhor era sagrado cavaleiro; quando a filha mais velha do senhor se casava; e quando o suserano partia para uma cruzada.

O suserano também tinha deveres em relação ao vassalo, no que tange a sua vida, sua honra e seus bens. O senhor não podia ferir nem a pessoa do vassalo, nem sua família e não podia confiscar seus bens sem uma razão grave. Deveria ajudá-lo a se defender, de maneira mútua, tal como o vassalo deveria defender seu senhor.

O rompimento do contrato era comum, com o desaparecimento dos mútuos compromissos. Bastava o vassalo se negar a cumprir seus compromissos militares ou se revoltar contra o senhor. Essa situação justificava o confisco do feudo ou benefício, mas isso nem sempre era fácil. Era preciso uma campanha militar que retomasse a propriedade. Outras possibilidades existiam: o suserano não cumpria sua parte e o vassalo renunciava ao feudo ou se revoltava e tentava conservar o benefício, à revelia de seu senhor que não mantivera o contrato.

O feudo não era hereditário, pois o herdeiro nem sempre era confiável e leal, mas a partir do século IX, há uma tendência que lentamente enfatiza a herança, no sentido do elemento pessoal do contrato feudo-vassálico. E a conflituosa condição de ter múltiplos suseranos gerava contradições graves quando dois deles entravam em conflito. A quem o vassalo deveria servir? Lutar a favor de um seria traição ao outro. A saída parcial foi definir um critério hierárquico ao primeiro dos suseranos, ou seja, o que lhe concedera o benefício antes.

A questão da hereditariedade foi gradualmente definida entre 850 e 900, quando filhos de vassalos pretenderam substituir seu pai falecido. Os suseranos criaram uma taxa de transmissão, denominada *relief* (traduzida de

maneira simples, um resgate), que seria um valor variável de acordo com o lugar e o tamanho do benefício, mas geralmente um valor elevado. Na França poderia equivaler ao rendimento anual da terra. Além do valor pecuniário também era importante a consolidação de que o feudo pertencia ao suserano e era concedido à família em troca de serviços, devendo, portanto, ser resgatado a cada geração, que poderia voltar a usufruir do mesmo, mas seguindo vinculado ao suserano e a seus herdeiros legais.

O feudo não seria propriedade plena do vassalo. Era uma concessão jurídica imbricada num contrato de prestação bilateral de serviços e de fidelidade mútua. Caso fosse rompido o contrato, o feudo deveria ser devolvido ao proprietário *de jure*, ou seja, legal. O rei teria a condição de suserano superior. Em teoria, tratava-se do topo da pirâmide social e simbolicamente era o suserano de todo o reino. A partir dele para baixo apareciam seus vassalos diretos, os grandes senhores. Estes, por sua vez, sendo vassalos do rei, distribuíam as suas terras entre novos vassalos seus. Tornavam-se suseranos de uma larga linha de vassalos de nível intermediário.

No entanto, a hierarquia interna na sociedade guerreira era complexa e não se organizava de maneira vertical. Assim, a pirâmide social não era ordenada de cima para baixo, pois, muitas vezes, havia formas diversas de ligação. Por exemplo, com a conquista das Ilhas Britânicas pelo duque Guilherme da Normandia, este se tornou o rei inglês. Assim sendo, o rei inglês era vassalo do rei francês, mas com mais terras e poder que este. Essa situação se tornou deveras complexa e gerou conflitos e guerras. Muitos outros casos de relações de vassalagem não eram verticais.

Classes? Castas? **Uma sociedade estratificada**

O uso de uma hierarquia social em nossa sociedade contemporânea é definido através de um critério denominado **classe**. Classificamos o poder socioeconômico dos componentes da nossa sociedade: classe baixa, média, alta e subclasses, tal como média baixa, média alta.

Em sociedades mais tradicionais temos uma divisão em **castas**. Na Índia a sociedade é definida através de castas: *brâmanes*, *xátrias*, *vashyias* e *sudras*, além dos intocáveis, um grupo violentamente segregado. Os *brâmanes* seriam uma casta sacerdotal e são representados pela cabeça; os *xátrias* seriam uma casta guerreira e de líderes políticos e são representados pelos braços; os *vashyias* são os comerciantes e agricultores e são representados pelas pernas; os *sudras*, que no passado remoto eram escravos, são os pés. Os *sudras* seriam os trabalhadores de baixo nível, mas ainda acima dos intocáveis. No caso hindu há severas proibições para a realização de casamento entre membros de duas castas diferentes. Os herdeiros dessas relações seriam os intocáveis, uma espécie de párias sociais, segregados e maltratados.

O feudalismo não se encaixa nessas categorizações. Tratava-se de uma sociedade estratificada com relativa rigidez. Não tinha a flexibilidade e a mobilidade social de uma sociedade de classes e tampouco a extrema rigidez das castas. Escolhemos denominar o feudalismo como uma sociedade estamental ou de ordens. De maneira geral costuma-se dizer que havia três categorias sociais: *laboratores*, ou trabalhadores; *bellatores*, ou guerreiros; *oratores*, ou clérigos. Os primeiros produziam bens de consumo e, especialmente, alimentos; os segundos protegiam a sociedade, defendendo-a e mantendo a justiça; e os últimos realizavam a conexão entre os humanos e Deus, protegendo espiritualmente a sociedade. Essa explicação é consolidada e estabelecida desde os primórdios do feudalismo, mas é uma idealização de uma sociedade hierarquizada. Repare que há certa relação com a divisão utilizada na sociedade hindu: sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. A semelhança para nesse ponto, pois a estratificação social não é tão rígida.

Essa divisão constrói uma representação social para justificar a condição servil dos que trabalhavam e justificar o domínio das outras duas ordens ou estamentos. A ordem clerical é quem elabora essa concepção de mundo. O ponto de partida não é novo, mas ele é elaborado de uma perspectiva cristã. Havia uma narrativa de origem greco-romana que contava de uma revolta dos membros do corpo (pernas e braços) contra a cabeça e o tronco, que não trabalhavam, mas comandavam e usufruíam dos resultados. Uma revolta

dos membros imobiliza o corpo, mas se continuasse a ser mantida geraria a morte de todo o corpo. Uma sociedade seria um corpo e cada parte teria uma função e todas usufruiriam dos benefícios, mas cada qual na sua atividade.

Essa concepção orgânica da sociedade será devidamente cristianizada através de algumas alegorias. Fazendo uso de Paulo de Tarso e do bispo Agostinho de Hipona, elaborava-se uma espécie de teologia social. O mundo criado por Deus nele se inspiraria. Sendo Deus uno e trino, o mundo seria um apenas, mas composto pelas três ordens que constituiriam um único corpo social. Embasado na obra *Cidade de Deus*, de Agostinho, definia-se uma hierarquia de méritos. A desigualdade entre os humanos era inerente às suas ações, mas também devido à Graça divina, que não era explicável de maneira racional. Uns nasciam para obedecer e trabalhar, outros para dirigir e defender a sociedade. Os fiéis deveriam se conformar e executar sua função mantendo o corpo social cristão incólume.

Paulo de Tarso, em Romanos 12, 4-5, concebe que a sociedade cristã é um corpo coeso e funcional, mas que divide os componentes desta em categorias e funções. “Pois assim como em um corpo temos muitos membros, e todos os membros não têm a mesma função, assim também nós, embora muitos somos um só corpo em Cristo, e cada membro está ligado a todos os outros”. Adiante explicita que cada um teria diferentes dons, de acordo com a Graça que nos foi dada. Havia uma hierarquia, mas ao mesmo tempo, a concórdia cristã; a diversidade de funções não geraria conflito, pois se propunha a coesão social, numa unidade através da fé.

Dividida em três ordens (*ordo* – termo que induz a reflexão de ser uma ordem ou ordenação social emanada da vontade divina), a sociedade estatal pretendia gerar estabilidade e continuidade no intuito de manter a Cristandade unida em torno de seus ideais e direcionada para o seu objetivo maior: a segunda vinda de Cristo, a Parusia e o Juízo Final. Juntam-se aqui os interesses da nobreza que almeja dirigir a sociedade no campo social, econômico e militar, com a ordem clerical que quer ordenar de uma forma cristã a sociedade e manter o monopólio dos bens de salvação. A ordenação social almeja criar uma Cristandade coesa para enfrentar as forças do mal e direcionar a maioria da sociedade para a salvação.

A função religiosa era combater as forças do mal, o Diabo e seus aliados através das orações, rituais de passagem e celebrações religiosas. A função da nobreza guerreira era proteger a sociedade das invasões de grupos armados – pagãos, como os normandos, os eslavos e húngaros, ou infiéis, como os muçulmanos. A necessidade de haver essas duas ordens era evidente, pois sem estas a sociedade se desmoronaria. Os trabalhadores se conformavam em exercer sua função tendo em vista a segurança relativa que o sistema propunha gerar.

Os clérigos tinham múltiplas funções além de rezar. Definiam os parâmetros comportamentais dos leigos definindo a moral e os valores sociais. O que era permitido e o que era proibido se fazer. Uma parte do baixo clero secular (padres, por exemplo) era iletrada, mas a maior parte do clero regular (monges) era pelo menos letrada. A cultura literária se tornara quase um monopólio de alguns setores clericais. O controle dos “saberes” permitia a consolidação de um poder efetivo sobre a sociedade.

Controlar as relações com o mundo superior e sobrenatural permitia à Igreja oferecer cura física e espiritual, consolo às dificuldades da vida e um diálogo simbólico com Deus e com seus intermediários, os santos. Essa condição permitiu à Igreja receber muitas doações e pagamentos que enriqueceram seu patrimônio. Uma parcela grande das terras cultiváveis do Ocidente medieval europeu pertencia à Igreja. Estima-se que se aproximou de um terço do total.

As relações entre os *oratores* e os *bellatores* eram muito próximas. A Igreja definirá entre os séculos X e XI a obrigatoriedade do celibato clerical. Isso fortalecerá a manutenção dos bens e do patrimônio da Igreja, mas gerará a necessidade de buscar novos quadros nas outras ordens. O baixo clero poderia ser preenchido por excedentes populacionais da ordem dos *laboratores*, ou seja, filhos dos camponeses. No nível do alto clero ocorre a entrada de filhos não herdeiros da nobreza, geralmente os secundogênitos. Isso não significava que houvesse vocação em todos os casos, mas sim a necessidade de colocar esses membros da nobreza em cargos de poder e fortalecer as alianças familiares.

Já os *laboratores* também não eram um segmento social uniforme. Uma parcela bem pequena seguia na condição de escravos, sejam traficados, sejam obtidos em guerra. Mantiveram alguma importância até o século VIII, sendo depois na maioria incorporados ao trabalho servil.

A maioria se dividia em duas condições sociais mais comuns: servos e vilões. Os vilões eram remanescentes de camponeses livres que não se colocaram sob a tutela de um senhor guerreiro. Até o século XI mantiveram pequenas glebas e, a partir daí, as perderam, mas trabalhavam em condições melhores e sem vínculo com a terra, ou seja, podiam romper o contrato de trabalho e sair da propriedade do senhor.



Colheita de cerejas na Itália, missal romano atribuído à Bonifácio VIII, Bolonha.

O grupo maior e mais determinante eram os servos. A gestação dessa forma de exploração de trabalho humano foi lenta e gradual, com variações regionais e cronológicas. A escassez de mão de obra escrava era crônica e vinha desde o Baixo Império. Generalizaremos para facilitar a compreensão. A servidão era um contrato de trabalho perpétuo e hereditário que colocava o trabalhador vinculado a uma gleba de terra, e à família do senhor, para sempre; uma maneira de não ficar sem a mão de obra e de garantir a

produção de alimentos. De parte do camponês, garantir o sustento mínimo para si e para sua família. O servo tinha simultaneamente o direito de não ser negociado e retirado da propriedade, tal como um escravo poderia ser vendido, mas também não poderia mais sair desta. Os termos do trabalho, já vimos antes, eram severos: corveia, *chevage* e banalidades entre outras. Os descendentes de servos deveriam seguir sendo servos, ora por linha materna, ora por linha paterna.

Temos, portanto, duas camadas sociais básicas: de um lado, os proprietários de terras e dotados do poder político-militar que seriam os guerreiros e, de outro os clérigos e, finalmente, os encarregados de trabalhar nestas terras que ofereciam seu trabalho, geralmente de maneira servil. Franco Junior (1990, p. 30) nos diz que havia três tipos de relações sociais, duas horizontais (uma interna à camada dominante e outra interna à camada dominada) e uma vertical (entre as duas camadas). Na camada dominante as relações se davam através do contrato feudo-vassálico que definia as relações entre guerreiro e senhor.

2.6 Transformação do sistema

O feudalismo clássico existiu na região da antiga Gália, reino da França medieval, entre os séculos VIII ou IX até o século XII. No período das Cruzadas sofreu transformações e começou a ser alterado, inicialmente pelo crescimento demográfico e depois pelas suas consequências: o crescimento econômico, urbano e comercial. A produção de excedentes se fez necessária e o comércio alterou as relações entre senhores e servos. O golpe maior veio com a Peste Negra e a Guerra dos Cem Anos, que alteraram a oferta de mão de obra e geraram escassez na produção de alimentos. As relações servis persistiram de maneiras diferentes até a Revolução Francesa, mas o sistema feudal estava em processo de pulverização desde o século XV.



3

Igreja Medieval

3.1 Introdução



Igreja medieval é herdeira das relações entabuladas entre o Império Romano e a Igreja em formação em princípios do século quarto. Cerca de meio século de perseguições realizadas pelos imperadores entre 250 e 306, com uma breve interrupção no meio deste período, propiciou uma fase de aproximação, inicialmente sob o signo da tolerância religiosa durante o século quarto consolidando um pacto: os imperadores protegeram a Igreja e, com Teodósio I, o Grande, a Igreja se tornou a religião oficial do Império.

Os imperadores intervieram na Igreja e convocaram os concílios ecumênicos tais como Niceia (325), Constantinopla (381), Éfeso (431) e Calcedônia (451). No âmbito desses concílios se definiram os dogmas da Igreja: o conceito da Trindade¹ e a cristologia, ou seja, a definição do caráter humano e divino de Jesus, que é ao mesmo tempo o Filho (Deus) e também humano. Dessa forma, a proteção e o controle imperial propiciaram a consolidação de uma ortodoxia cristã que definiu o que era certo e o que não se aceitava na teologia cristã. Uma unidade de crença e uma hierarquia estavam sendo definidas. Para o Império, a unidade era condição *sine qua non*, pois a boa relação com Deus garantiria a continuidade de Roma e de seu poder. As divergências não seriam toleradas, e o Império ofereceria em troca a sua proteção e apoio.

Essa postura gerou também a intervenção dos imperadores em assuntos eclesiásticos. Durante o seu reinado, Constantino, o Grande, interveio nas discussões teológicas. Seu filho e um de seus herdeiros, Constâncio II, adotou a linha cristã ariana que negava o dogma trinitário e perseguiu os bispos e teólogos que adotavam esta linha. Alguns bispos adeptos da doutrina trinitária se opuseram e foram exilados, tal como o bispo Atanásio de Alexandria, que viveu exilado por cerca de uma década e meia. A doutrina trinitária prevaleceu e se consolidou com Teodósio, o Grande. As

1. O conceito da Trindade é um dos pilares do Cristianismo, constituindo-se em um dogma, pelo qual no Deus único há três “substâncias”: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Deus seria uno e trino a um só tempo, e não haveria uma hierarquia ou existência prévia de nenhum deles.



intervenções deste mesmo imperador geraram firmes reações do bispo de Milão, Ambrósio. Teodósio acabou aceitando as críticas e as punições e se penitenciou. Já o imperador bizantino Justiniano interveio radicalmente em assuntos religiosos e não aceitou oposição. Esta política de imperadores que intervêm em assuntos clericais é denominada cesaropapismo, ou seja, imperadores que atuam ou interferem em assuntos do papado.

A Igreja se tornava protegida e, ao mesmo tempo, efetivamente dominada pelo poder imperial. Essa proteção dinamizou o crescimento da Igreja que já era intenso antes da aproximação com o poder imperial e gerou ampla difusão e um intenso processo de evangelização, dentro dos limites imperiais e além destes. A expansão da Igreja é rápida, mas há evidências de que em muitos lugares ela não teria sido profunda. Em muitos lugares a conversão era superficial e se mesclavam crenças monoteístas e cristãs com inserções pagãs e politeístas. Como seria tal mistura religiosa possível?

O pesquisador Carlos Roberto Oliveira (1995) enfatiza que ocorre uma evangelização, por vezes superficial, que incorpora crenças pagãs, transforma deuses pagãos em santos da Igreja, num sincretismo² que esconde resquícios das religiões que em teoria estavam sendo substituídas. O papa Gregório Magno acentua a ocupação de espaços sagrados de outras religiões que devem ser purificados com água benta e depois transformados em igrejas, mantendo assim uma relação dos camponeses evangelizados com os antigos, e agora renovados, espaços sagrados.

Os autores divergem sobre as motivações da Igreja para incorporar essas apropriações: seria uma estratégia oriunda da cúpula religiosa que serviria para a conversão dos pagãos, ou seria a aceitação de uma tendência que teria emanado ao nível da religiosidade popular que, simplificando conceitos e crenças, realiza aproximações que facilitem as sínteses. Há a possibilidade de terem ocorrido ações na direção da Igreja, tal como a posição de Gregório Magno e também a síntese de conceitos, ocorrida no seio da religiosidade popular, seja no campo, seja nas cidades empobrecidas.

2. Sincretismo é a mescla de conceitos relacionados a duas ou mais vertentes espirituais/religiosas, criando, ora numa, ora noutra, conceitos e expressões religiosas provenientes de doutrinas por vezes opostas e conflitantes.

3.2 A liderança espiritual da Igreja

A Igreja primitiva foi liderada pelos apóstolos, que por sua vez delegaram aos bispos a posição de liderar a Igreja ao nível das cidades de porte médio do Império. A estrutura espacial foi delimitada pela divisão das províncias do Império Romano. O bispado seria uma diocese e coordenaria as cidades pequenas e as aldeias que circundavam essa unidade administrativa e religiosa.

Nas grandes cidades, foram criadas arquidioceses sob a liderança hierárquica de um arcebispo. No caso das grandes metrópoles, tais como Roma, Alexandria e Antioquia, que eram a um só tempo populosas e importantes, e também polos fundadores e propagadores do Cristianismo, originaram-se os metropolitanos ou patriarcas, que seriam os mais prestigiados líderes religiosos da cristandade. Após a fundação de Constantinopla, esta também foi elevada à condição de patriarcado, na condição de segunda Roma. Os patriarcas seriam a cúpula da Igreja, podendo ser considerados num total de quatro ou cinco: Roma, Antioquia, Alexandria, Constantinopla e, menos prestigiado e influente, o patriarcado de Jerusalém.

A construção de uma primazia ou superioridade do “bispo de Roma” não é imediata. A diocese teria sido fundada, de acordo a tradição, por Pedro, que seria o “líder” do grupo apostólico, nomeado por Jesus (Mateus c. 16, vers. 18). Fazendo uso de diversos outros versículos dos Evangelhos (tais como João c. 21, vers. 15-17; Lucas c. 22, vers. 32), os bispos de Roma foram gradualmente obtendo a primazia. Isso nem sempre era aceito pelos demais patriarcas, em especial o de Constantinopla que se considerava em condição semelhante ou próxima. Essas tensões não cessaram e no século XI causariam o Cisma do Oriente (1053), separando a Igreja em dois blocos: um no Ocidente medieval, sob a direção do Papado em Roma, e outro denominado ortodoxo grego, sob a liderança do patriarca de Constantinopla, no Império Bizantino e regiões próximas.

Desde o início o prestígio do patriarca de Roma era muito elevado. Damaso I (366-384) já insistia na aceitação da superioridade do pontífice romano, diante dos demais. Leão Magno (440-461) enfatizou a supremacia

papal do Ocidente, o que não era aceito de maneira universal. A intenção de trazer à Igreja uma hierarquia monárquica sempre existiu, mas não foi plenamente aceita, senão após cerca de cinco séculos de história.

Não se pode chamar o patriarca de Roma como o único Papa, antes do pontificado de Gregório, o Magno (590-604), e mesmo esta posição não é aceita como consenso. A liderança e a obra evangelizadora desse pontífice nos permitem aceitá-lo como um marco na construção do prestígio do pontificado romano, que definirá este como hegemônico no Ocidente medieval cristão. Assim optamos por aceitar uma posição de prestígio elevado e proeminência do patriarca romano no Ocidente tardo-antigo e medieval, mesmo se no Oriente houvesse oposição e discordância. Os patriarcas de Constantinopla geralmente se consideravam os segundos em honra e posição, mas relutavam em aceitar o patriarca romano como superior de maneira plena.

3.3 As relações entre o papado e os imperadores

Os imperadores romanos como já descrevemos no início deste texto, interferiam nas questões eclesiásticas, pois consideravam que as relações com Deus seriam vitais para a paz na terra. Ainda quando o paganismo era a base da religião imperial, os cultos e rituais eram vistos como uma questão fundamental para que a Roma (República ou Império) se mantivesse estável e não fosse invadida e derrotada por seus inimigos. A *pax deorum*³ dependia de os cultos serem corretamente realizados e os deuses saciados. A aproximação com o Cristianismo, que acaba por tornar-se a fé oficial, levou aos imperadores a missão de não só proteger, mas também ter “razões de estado”, para que os cultos fossem devidamente realizados e que o Deus, agora único, não punisse a sociedade e engendrasse a queda do Império.

3. A *pax deorum* dependia do culto público aos deuses cívicos da Roma republicana ou imperial; agradá-los para não os colocar contra o bem-estar da sociedade romana. As vitórias e a paz dependiam da vontade divina. Isso foi trasladado para o culto cristão. As heresias passaram a ser consideradas como uma ameaça à paz de Deus e risco de desequilíbrio à segurança do Estado romano.

As invasões bárbaras e a perda da parte ocidental do Império demandaram que Agostinho, bispo de Hipona (m. 430), tivesse que rever esses conceitos e dizer que haveria dois níveis, um da cidade terrena e outro da cidade divina: o que se via na terra era apenas um reflexo, um espelho de outro nível, superior e espiritual, que seria a Cidade de Deus, que dá nome à sua obra magna. Agostinho se baseou na concepção neoplatônica que concebia o mundo em níveis distintos, mesclados, mas diferentes: um nível mais elevado seria espiritual e seria o mundo das “ideias”, eterno e superior, onde os bens espirituais prevaleceriam e haveria a salvação da alma; outro nível mais terreno seria material ou carnal e seria apenas uma espécie de ilusão dos sentidos, um mundo formal e enganoso em que as pessoas poderiam se iludir e almejar prazeres e bens materiais ou sensoriais e perder a salvação da alma.

Nessa percepção, a queda e ascensão de impérios seria uma parte dessa visão material e efêmera da história. O bispo de Hipona concebeu a História universal baseado no texto sagrado. Seis dias da Criação seriam seis eras da História e o sétimo dia seria o tempo da Redenção, num juízo final. Para Agostinho e alguns de seus antecessores, e depois dele os seus analistas e seguidores, a sexta era teria começado com a Encarnação do Filho e terminaria com a segunda vinda de Cristo e o Juízo final. O sentido da História seria partir da Criação e se concluir na Redenção. Deus já definira, ao criar o mundo, qual seria o final do mesmo: a finalidade da História dependia de outros fatores, mas o principal deles seria o papel da esposa de Cristo na Terra, ou seja, a Igreja⁴.

Um dos papas que viveram na época de Agostinho de Hipona, o pontífice Gelásio, em 494 enviou uma longa correspondência ao imperador do Oriente, Anastásio, em que dizia que deveria haver uma separação entre os poderes, tendo em vista que a ingerência do poder imperial nos assuntos eclesiásticos era excessiva. Como todo poder viria de Deus, de acordo a afirmação de Paulo de Tarso, na Epístola aos Romanos (cap. 13), e quem

4. Muitos teólogos, denominados até esse período como PADRES DA IGREJA, concebiam um casal sagrado: o esposo seria Cristo e a esposa e sua representante única na Terra, seria a Igreja.

representava Deus na Terra seria o papa, este era o intermediário direto desse poder. Os erros e os pecados do próprio Imperador deveriam ser perdoados através das orações e pedidos do papa. Gelásio definiu o poder papal como sendo superior e Deus sendo o maior e verdadeiro governante: “[...] *sumus et verus Imperator* [...]”. Como a Igreja era a esposa de Cristo e sua representante na Terra, a ela caberia o papel de intermediar entre Deus e os humanos, e o poder que emanava de Deus era por ela outorgado aos governantes. Isso ainda ficou na “teoria”.

O papa Gregório Magno, no final do século sexto (seu pontificado foi de 590 a 604), também equacionou as relações de poder. O imperador seria para ele o governante universal e deveria ser acatado em questões temporais, ou seja, na política e no governo dos cidadãos, mas exclusivamente nas questões materiais, políticas e sociais. O governo dos assuntos espirituais caberia à Santa Igreja e aos seus representantes; nesse caso, especificamente, o Papa. Gregório consolidou a sua influência sob a maior parte dos reinos bárbaros e prosseguiu na obra de evangelização dos povos do Ocidente. Esse pontífice enviou missionários ao norte da Europa, ainda profundamente pagã, e estabeleceu contatos com os visigodos recém-convertidos ao cristianismo trinitário, que sugerimos denominar católico ou universal, para ser melhor compreendido pelos leitores. Estabeleceu vínculos com os monarcas germânicos que eram pagãos ou adeptos do cristianismo ariano e os incitou a conversão.

3.4 A construção da doutrina hierocrática

A Igreja não estava consolidada e seus passos tiveram de se dar sob a custódia e proteção dos governantes laicos. O pontífice romano agora denominado papa conseguiu obter bastante autonomia em relação aos imperadores bizantinos ou romano-orientais, mas ficou à mercê de povos que se instalaram na península itálica, tais como os lombardos, ainda não convertidos ao cristianismo.

Nesse contexto acontece a aproximação dos papas e dos reis francos. Como já relatamos no tema um, no reino franco estava ocorrendo a deterioração do poder da dinastia dos merovíngios. E a sucessão destes estava sendo almejada pelos mordomos (*maior domus*, um tipo de primeiro ministro) da

corde real. Um desses mordomos era Carlos Martel, vencedor de uma batalha contra os muçulmanos em Poitiers (753), que teria impedido a ocupação do sul da Gália (atual França) pelos infiéis. Mesmo sendo tal afirmação um exagero e podendo ser vista quase como um mito, em razão das pequenas proporções da pretensa “invasão” muçulmana, gerou prestígio à família cortesã. O filho e herdeiro de Martel foi Pepino, o Breve, que se fez consagrar como rei e acabou com a dinastia merovíngia. Para melhorar a sua condição e ser considerado legítimo, ele se aproximou da Igreja e ajudou o papa a se libertar dos lombardos. Em seguida concedeu ao papa um território como herança e com direitos a posse e domínio deste: o Patrimônio de São Pedro.

Em troca foi diversas vezes consagrado como rei, recriando-se nessa época o ritual de unção dos reis, à maneira bíblica, conforme sugerido na Hispânia visigótica por Isidoro de Sevilha (m. 636) e aplicado em alguns dos reis visigodos no século sétimo, como já descrevemos no primeiro tema. A aliança dos reis carolíngios e do papado será mantida e recriada de diversas maneiras através dos tempos. O sucessor de Pepino, o Breve, seu filho Carlos Magno, será coroado e ampliará o seu reino de modo nunca antes ocorrido entre os reinos germânicos. O papa articula a sua consagração como imperador e depois, através de diplomacia e cessão de territórios, o imperador bizantino acata e consolida esse acerto. Com a aceitação do imperador do Oriente e as bênçãos da Igreja, o imperador ocidental, nesse caso um rei franco, obtinha a legitimação de seu poder. Estava sendo criado o Império Germânico, no qual inicialmente os papas possuíam um papel secundário, mas que logo se definiu como uma parceria entre papas e imperadores. Enquanto o imperador era forte, tal como Carlos Magno e, de maneira menos intensa, seu filho Luis, o Piedoso, a Igreja cumpriu a função de legitimar o poder imperial, mas foi manipulada por este. Isso não agradava o clero, mas este preferia ser protegido pelos imperadores e manter a hegemonia religiosa.

Carlos Magno intervinha na escolha dos bispos, imiscuia-se nos assuntos eclesiásticos e era um imperador cesaropapista, que seria o chefe “de fato” da Igreja. Seu filho Luis já não teve a mesma condição, mas, ainda assim, governou a maior parte de seu reinado, sem dar atenção às queixas e protestos clericais.

LEGITIMIDADE

A legitimidade é o direito de ostentar um cargo político ou religioso, que pode ser obtido através de diversas formas. O autor Walter Ullman (2008) explica que o poder político tem duas formas principais de consolidação de sua legitimidade: a) a ascendente; b) a descendente. A primeira pode ser obtida de variadas maneiras, mas sempre emana de baixo para cima. Um dos exemplos é a eleição de um líder militar por uma assembleia de guerreiros, seja antes ou depois de uma conquista, seja no ensejo de consolidar uma posição. Também o poder político obtido em eleições de qualquer tipo, sob um sistema democrático ou controlado, é do tipo ascendente. A segunda forma de legitimação é a descendente e se embasa na recepção do poder por outorga de Deus ou dos deuses, através de seu(s) representante(s) na Terra.

A Igreja tinha o controle do saber, pois a maioria da população era iletrada. Entre os letrados, a maioria absoluta estava nos quadros clericais. Eram monges ou membros das camadas superiores do clero secular. Com isso a Igreja começava a criar elementos teóricos para consolidar seu domínio e justificar sua preeminência na sociedade. Um dos exemplos desse esforço para inverter a posição da Igreja foi a definição da condição de reis e imperadores por vontade divina. Essa construção legitimava as monarquias e o império, mas oferecia à Igreja o importante papel de sacralizar os governantes, visto que “todo poder vem de Deus” e a única intermediária legítima entre Deus e a humanidade seria a Igreja. Outro exemplo seria a construção de provas que legitimassem o controle do Ocidente Medieval pela Igreja, como herdeira do Império Romano, na parte ocidental deste. Trata-se do documento “Doação de Constantino”, que se acredita ter sido redigido no período carolíngio (século oitavo), mas se sugere ser um documento concedido pelo imperador Constantino, o Grande (ou seja, do século quarto). O documento relata que o Imperador foi acometido por uma grave doença de pele, que se supõe ser a lepra. O papa Silvestre recomenda que ele se banhe algumas vezes num rio (Tibre) e ele se cura. A gratidão do imperador é imensa: redige um documento, pelo qual concede a maior parte do Império Romano do Ocidente ao papa e aos seus sucessores, de maneira integral e pela eternidade. Em seguida Constantino parte para o Oriente e, como substituta de Roma, funda Constantinopla, que se torna um legado da Igreja. O que os reis carolíngios haviam feito de maneira parcial, criando o Patrimônio de São Pedro, era ampliado, de maneira retroativa. O documento não surtiu efeito no período carolíngio, mas na sequência dos fatos serviu como um dos argumentos para o processo de construção de uma doutrina hierocrática e a plenitude do poder, que adiante analisaremos.

3.5 A ordem de Cluny e a reforma da Igreja no Ocidente medieval

A maior e mais organizada ordem monástica do ocidente medieval era a ordem beneditina, criada no sexto século por Bento de Núrsia, na Itália. Os beneditinos terão muita importância na expansão e no prestígio da Igreja. Enfatizavam uma vida regrada pela oração, pelo trabalho e pelos estudos. Boa parte de seu tempo era dedicada a copiar livros e com isso os mosteiros beneditinos ajudaram a conservar e preservar obras de importância religiosa e cultural, inclusive do mundo clássico e que não se relacionavam com a religião. A ordem existe até hoje e mantém muitos de seus princípios e valores. No Brasil há diversos e prestigiados mosteiros de São Bento. Falaremos um pouco mais dela no tema cinco.

No seio do beneditismo surge o núcleo de um movimento que terá enorme importância na vida religiosa e cultural do Ocidente medieval. O duque Guilherme da Aquitânia e também conde palatino de Borgonha funda uma abadia em Cluny, na região borgonhesa, em 910. A partir dessa abadia se criará, nos séculos seguintes, uma ordem monástica que propunha reformas em diversos âmbitos da Igreja. Uma de suas alegações era a interferência dos laicos na escolha e na ordenação de cargos da alta hierarquia eclesiástica, tal como os de abades e de bispos. O movimento propunha que não se negociassem esses cargos, que eram cobiçados pelas famílias nobres e pelos reis e imperadores, visto trazerem, com o cargo, a posse de bens, terras e direitos pecuniários. O negócio com cargos e bens eclesiásticos foi denominado simonia. A nobreza se opunha a essa posição, pois impediria que os segundos filhos dos nobres pudessem ser ordenados – o intuito da nobreza era fortalecer o poder e as riquezas de uma família com a ordenação de alguns de seus membros como bispos e abades.

Os monges de Cluny também almejavam aclarar rigidamente a diferença entre leigos e clérigos, exigindo a castidade e a continência sexual dos clérigos. Até o ocasião em que o movimento se expande, percebemos que a castidade e o celibato eram exigidos apenas dos membros do clero regular (monges), mas não eram exigidos de padres, bispos e demais elementos do

clero secular. Tal exigência se relacionava com a anterior, pelo fato que se propunha a manter no seio da Igreja apenas clérigos, que se afastassem dos prazeres, da carnalidade, dos bens materiais e do poder político. O tema do desregramento e da conduta carnal dos clérigos era denominado nicolaísmo e enfatizava a castidade clerical.

A ordem de Cluny é considerada por muitos autores como um dos pilares da criação do caminho de Santiago e, por consequência, impulsor do processo lento e gradual da reconquista cristã na Península Ibérica. Os mosteiros de Cluny ou aqueles que se ligaram com essa ordem floresceram ao longo do caminho de Santiago e influenciaram a religiosidade, seja na Península Ibérica, seja no Ocidente medieval.

No âmbito da reforma cluniacense percebemos que, em poucas décadas, o prestígio da abadia propiciou a ascensão de alguns de seus elementos a cargos elevados e, depois de um século, começamos a encontrar papas eleitos que faziam parte do movimento. Estes papas quiseram alterar a forma de se eleger os papas e impedir que os imperadores interferissem na escolha dos papas e dos bispos do Império. A eleição passou a ser feita pela Cúria romana, um colegiado de cardeais que, a partir de 1059, passou a eleger os papas e ajudá-los a governar a Igreja.

Tal conflito se aguçou no pontificado de Gregório VII e o enfrentamento se deu entre ele e o jovem imperador Henrique. Este imperador, como muitos antes dele, concordava com várias das propostas reformistas, mas se opunha à perda de influência na escolha e eleição de bispos e abades, pois geraria fraqueza para o imperador. Cargos eclesiásticos eram fonte de poder e riquezas e não poder nomear seus ocupantes traria fragilidade ao supremo governante político. Alguns bispos tinham participação num colégio eleitoral que elegia os sucessores do imperador, ou seja, mesmo sendo clérigos, influenciavam na política.

O embate teve diversas alternativas. Inicialmente o papa excomungou o imperador e este se arrependeu indo a pé em pleno inverno ao palácio papal, em Canossa, pedir perdão. Depois o imperador volta atrás e destitui o papa e o manda exilar. Começa o que viria a ser chamado o conflito das Investiduras, para definir quem nomeava os bispos no Império.

O conflito gerou diversas situações, alternando as posições. O papa acabou sendo deposto e exilado, mas não tardam a existir dois papas, gerando o Cisma do Ocidente. Houve, então, simultaneamente, dois papas e até dois imperadores que se opunham. Isso só se resolverá no século seguinte, em 1122, com a concordata de Worms, na qual o papa sai em posição fortalecida e define a sua condição de efetivamente escolher os bispos, com a anuência posterior do imperador.

Em paralelo, a Igreja oriental estava se separando do Ocidente e criando a Igreja ortodoxa grega nesse mesmo período (1053). Essa separação prosseguirá até a contemporaneidade. Ironicamente a fragmentação da Igreja coincidiu com o período de seu maior prestígio. Entre os papas que sucederam a Gregório VII, estava Urbano II, que no concílio de Clermont proclamou aquela que viria a ser a primeira Cruzada (1095-1096).

3.6 O controle da sociedade, o controle do corpo e o controle das armas

A reforma cluniacense era um projeto amplo da Igreja que agora a florava com força e gerava amplas repercussões na sociedade. A Igreja concebia a sociedade cristã como o veículo que serviria de espaço para a segunda vinda de Jesus: a redenção dependia de que a sociedade alterasse seus comportamentos e fosse, para tanto, devidamente transformada. O corpo social deveria ser purificado, e o corpo individual também. Nos dois níveis dever-se-ia manter a “saúde pública” evitando que os vícios capitais, termo que significava pecados, os desvios de comportamento e as más condutas, impedissem a segunda vinda de Jesus.

Controlar os corpos era educar os leigos e controlá-los. A sexualidade era apenas e exclusivamente permitida aos leigos, mas apenas com fins reprodutivos. O prazer se torna ilícito. O corpo era sagrado e deveria ser um templo. E o mesmo se daria com a violência. Numa sociedade composta por sacerdotes (clero), trabalhadores (vilões, servos e outros) e nobreza guerreira, este último segmento deveria ser educado e desviado da pura e simples violência, para ser direcionado a causas mais “nobres”, justas e cristãs. O modelo de cavaleiro cristão se delinea e começa a ser elaborado.

Um cavaleiro cristão deveria defender os fracos e os indefesos, idosos, donzelas e crianças, e não os oprimir ou saquear. Deveria batalhar pela fé e pela verdade, mesmo se junto com isso houvesse proveito material, vantagens e saques. Uma das estratégias da Igreja foi o controle dos tempos e dos espaços permitidos para a guerra. Paz de Deus e trégua de Deus eram conceitos que criaram um calendário restritivo à luta armada: dias santos ou finais de semanas e muitas datas foram proibidas para exercitar a guerra e atacar seus adversários. Espaços como igrejas, mosteiros, cemitérios, orfanatos e escolas foram definidos como protegidos. E determinados setores da população não poderiam ser atingidos: clérigos, mulheres, crianças, pessoas idosas e, de uma maneira geral, os que não fossem *bellatores*. A ideia era impedir a violência gratuita e desenfreada contra populações indefesas, contra o patrimônio da Igreja e coagir os excessos. A teoria e a prática social nem sempre coincidem, mas há uma lenta e gradual imposição desses padrões, de forma relativa e parcial, pela Igreja no seio dos homens de armas e dos governantes.

A outra atitude foi exportar a violência para fora do sistema. Já que havia cavaleiros sedentos para lutar, conquistar ou saquear, ficaria melhor se o fizessem contra os inimigos da Cristandade: infiéis como os muçulmanos, pagãos na periferia da Europa e até, se preciso fosse, contra cismáticos e hereges.

Os séculos X a XII foram o palco dessas ideias e das transformações que atingiram todos os setores da sociedade. Surge aos poucos um estamento de guerreiros, oriundos da nobreza já existente ou egressos de outros segmentos sociais que ascendem à condição de *bellatores* e que, ao adquirirem a espada e sagração como escudeiros ou cavaleiros cristãos, recebem uma série de normas e atitudes como parâmetros comportamentais. A sagração do cavaleiro na Igreja tenta condicioná-lo a agir dentro de uma ampla gama de valores e atitudes cristãs: defender os fracos, tais como idosos, mulheres, crianças, inválidos; não ferir clérigos e nem usurpar bens eclesiásticos sob nenhuma hipótese; combater os inimigos da cristandade, os pagãos ou infiéis e, em particular, os hereges que contaminam a comunidade cristã.

O controle e o direcionamento da violência para “causas justas e sacralizadas” acabam por criar uma aparente justificativa para a guerra, que deixa de ser apenas violência e agora adquire o hábito de justa, de correta e desejada por Deus. Surgem ordens de monges cavaleiros, tais como os Hospitalários e os Templários que se direcionavam para o Oriente, no sentido das Cruzadas, ou as diversas ordens militares e religiosas criadas na Península Ibérica, tais com as ordens de Santiago, Calatrava, Cristo e Avis, entre outras. Monges cavaleiros se dedicam a combater os infiéis e a expandir a fé verdadeira, pela espada. Este exército sagrado será engajado na defesa da fé verdadeira e da sua expansão.

O tema das Cruzadas e da Reconquista será analisado no tema seis desta obra



3.7 A oposição: os imperadores, os cismas, a crítica, a hierocracia e as heresias

A Igreja no auge da hierocracia (séculos XII e XIII) teve que se confrontar com resistência e oposição de vários tipos. Os guerreiros não se tornaram subitamente dóceis e obedientes às normas clericais. Os reis e imperadores não se submeteram passivamente às ordens dos papas e de seus representantes. Tal oposição foi enfrentada com firmeza e, nesse confronto, se alternaram avanços e retrocessos.

Os imperadores, desde o conflito das Investiduras, que já analisamos acima, opuseram-se ao poder excessivo do papa e do episcopado nas questões políticas e no cotidiano da sociedade. Dois dos maiores opositores do papado foram Frederico Barbarossa (ou Barba Roxa), que veio a falecer no caminho para a terceira cruzada, e seu neto Frederico II, que viveu a maior parte de seu reinado no sul da Itália, numa corte na qual muçulmanos, normandos e judeus transitavam e atuavam com muita liberdade.

Outro exemplo de oposição imperial é o caso do imperador Luis II (Ludovico) da Baviera, que recebeu em sua corte e protegeu dois pensadores (filósofos e teólogos, efetivamente) que contestavam a ingerência dos papas no governo laico e nos temas não espirituais: o professor universitário italiano Marsílio de Pádua e o teólogo franciscano de origem britânica

Guilherme (William) Ockham. Ambos estavam vinculados às universidades e transitaram pela de Paris. Suas ideias foram consideradas heréticas e os dois foram convocados à corte papal para esclarecimentos. Cientes dos riscos, ambos – em momentos distintos, mas próximos – se refugiaram na corte imperial. Protegidos por reis e imperadores, esses e outros pensadores refletiram sobre o conceito, ainda embrionário nessa época, de separar o poder secular (político) do poder clerical (ou eclesiástico). Para a maioria deles a Igreja deveria apenas lidar com as questões espirituais e ser uma comunidade de fiéis, sem se intrometer no governo e nas questões seculares. Isso permitiria à Igreja ser pura e santa, não se corrompendo com temas profanos.

Esse tipo de crítica cresceu depois do ano Mil. Muitos esperavam a segunda vinda de Cristo. Na esteira desse evento não concretizado, muitas vertentes religiosas populares apareceram. Algumas delas se enquadraram no seio da Igreja. Já outras foram muito críticas e não aceitavam o poder da Igreja. Consideravam a Igreja muito rica para ser a verdadeira Igreja de Jesus e dos apóstolos, que eram gente humilde e espiritual, não identificada com a riqueza e a ostentação que viam na Igreja medieval. O modelo da pobreza apostólica gerou questionamentos: seria essa Igreja rica, dona de terras e repleta de ouro e riquezas a Igreja dos apóstolos?

Gárgulas na cobertura da catedral de Notre Dame de Paris



O misticismo e a religiosidade popular geraram alguns tipos de reação a essa situação: a) uma vertente de pobreza apostólica e de espiritualidade, que não questionou os dogmas e as crenças básicas da Igreja, apenas sua riqueza e ostentação, propondo um retorno aos valores originais ou primordiais da Igreja; b) uma crítica mais radical e dualista que definia essa Igreja como aquela das hostes do mal, por estar envolvida com os bens materiais, a carnalidade e a riqueza. Tal posição encampou a concepção de origem maniqueísta de que o mundo era o campo de uma luta entre o bem e o mal, o espírito e a matéria. Os dois grupos de uma maneira geral foram alocados pela Igreja no campo oposto e declarados como inimigos infiltrados no seio da Cristandade, ou seja, como hereges.

A primeira vertente teve duas expressões mais conhecidas e merecem ser analisadas: os valdenses, ou seja, os seguidores de Pedro Valdo, e os franciscanos, ou seja, os seguidores de Francisco de Assis. Uma foi considerada herética e a outra foi incorporada à Igreja e a defendeu com extremo empenho e dedicação. Vejamos ambas separadamente.

Valdésio de Lion, mais conhecido como Pedro de Valdo, era um rico homem de negócios na região de Lion (Lião/Lyon) no centro sul da atual França. Sua espiritualidade gerou nele uma crise existencial. Buscou a paz de espírito no modelo de pobreza apostólica. Entregou a metade de seus bens à sua esposa e filhos para não deixá-los à míngua. Com a outra metade traduziu trechos da Bíblia e da Patrística que se relacionavam com suas ideias e ideais para a língua local, para que os seus seguidores, conhecidos como os pobres de Lion, pudessem ter acesso a uma parte dos textos sagrados, que geralmente não eram lidos ou conhecidos por leigos, mas apenas recitados ou contados pelos clérigos. Tornou-se muito popular e o bispo o advertiu.

Em 1179, Valdésio (Valdo) reuniu uma delegação e foi a Roma demonstrar a sua pureza e sua submissão à Santa Sé. O papa os abençoou, mas advertiu que deveriam aceitar a hierarquia episcopal e se submeter ao bispo local. O que impediu essa inserção dos valdenses foi a questão das pregações públicas, um direito reservado a quem fosse clérigo. Há indicações também de que, para os valdenses, as mulheres, tal como em algumas comunidades cristãs primitivas, poderiam pregar. Não estamos certos deste item,

mas o bispo local não lhes deu permissão para pregar e o grupo entrou na marginalidade e foi declarado herético. Apesar das perseguições e de que alguns foram posteriormente julgados e condenados pelo Santo Ofício da Inquisição (que não existia na época de Valdo), os valdenses sobreviveram e existem até nossos dias.

A segunda vertente é bem conhecida. Francisco, nascido na cidade italiana de Assis, era o filho de um rico comerciante e também se sentiu iluminado por Deus a seguir a trilha dos apóstolos e viver em pobreza e simplicidade. Vivendo na época do papa Inocêncio III (pontífice entre 1198-1216), foi admitido como o líder de uma ordem monástica mendicante. Apesar de ter ideias semelhantes às de Valdo e dos valdenses, Francisco e seus seguidores se alinharam sob a hierarquia clerical e se submeteram ao papa. Habilmente conduzida ao seio da Igreja, a ordem franciscana se tornou um dos esteios da expansão e fortalecimento daquela. Admirados pela população e dotados de uma rara espiritualidade, converteram-se em baluarte do papado e da Cristandade.

Outro grupo de mendicantes será criado entre a virada do século XII para o XIII, também sob Inocêncio e em paralelo aos franciscanos, mas sendo desde seu início utilizado para a pregação, o combate as heresias e o ensino nas universidades. Seu fundador foi o hispânico Domingos de Guzman. Durante um trajeto terrestre entre a Península Ibérica e a Itália, o clérigo contatou com populações que haviam assumido o dualismo albigense (abaixo explicaremos) e iniciou uma longa tentativa de evangelizá-los, trazendo-os de volta ao Cristianismo católico. Seus esforços não redundaram em resultados notáveis, mas dirigiu-se ao papa Inocêncio III e solicitou a criação de uma nova ordem mendicante: os dominicanos. Estes serão célebres nos últimos séculos do Medievo, pois tiveram papel marcante no combate às heresias, no ensino universitário e na coordenação do Santo Ofício da Inquisição. Nos três casos, a defesa da Igreja e da ortodoxia eclesiástica era o tópico principal.

A heresia que mais abalou a Igreja medieval foi certamente a heresia albigense ou cátara. Essa heresia tinha algum tipo de relação com o dualismo maniqueísta oriundo do Oriente. No Império Romano o maniqueísmo de

origem oriental (persa) foi considerado uma heresia e perseguido, antes de o Cristianismo se consolidar como religião associada ao Império e se tornar dominante. Isso, portanto, nos séculos III e V. No período medieval uma nova onda de religiões maniqueístas vem de leste para oeste, vindo da Pérsia (maniqueísmo e mazdeísmo), passando pela Armênia (paulicianos) e chegando à península balcânica (bogomilos). Todas essas expressões religiosas eram dualistas, aceitando a existência de um deus bom (espiritual) em conflito com um deus mau (material, carnal). Um conflito cósmico no qual os humanos deveriam se inserir e ajudar a combater o mal e libertar os espíritos da carnalidade e da materialidade.

O dualismo maniqueísta chegou à Europa e acabou aparecendo no sul da França. Alguns autores não veem tal processo de expansão de leste para oeste e consideram que se trata de uma criação local. Na região conhecida como Languedoc (que abarca todo o sul da França, incluída a Provença e redondezas) havia muitas resistências à Igreja e um segmento clerical mal preparado e inconsistente para combater a “heresia”. Relutamos em denominar essas expressões religiosas como heresia, tendo em vista que essa era a ótica clerical, para definir os excluídos ou contaminados com o erro, sob a percepção oficial da Igreja.

Os albigenses se expandiram nessa região com facilidade, pois a maior parte da nobreza local era muito crítica ao poder da Igreja e ambicionava se apossar de suas riquezas. Por isso não reprimiam e nem reprendiam os ditos hereges. O rei francês não tinha poder de coerção na região devido à fragmentação feudal e ao poder dos grandes senhores locais. Esse terreno se revelou propício a certo crescimento do catarismo albigense. Os vizinhos cristãos católicos não achavam esta escolha religiosa estranha e conviviam em harmonia com as diferenças. Quando a Igreja percebeu a expansão do dualismo, este estava enraizado na região sul do reino da França.

O catarismo albigense fundamentava suas crenças no conceito de um mundo em que havia dois poderes: um deus bom completamente espiritual e, de outro lado, um deus mau que era o Criador do mundo material e físico. O Deus do Gênesis seria o Demiurgo, criador da materialidade e do mundo que percebemos pelos sentidos e que seria uma espécie de

macroprisão, local no qual os espíritos encarnados em corpos carnis eram enclausurados na microprisão do corpo. O dualismo almejava libertar os espíritos destas duas prisões: os corpos carnis e o mundo material. A Igreja e também os judeus que seguiam o Deus Criador do Gênesis eram seguidores do Demiurgo, do deus carnal e material. A riqueza e a ostentação da Igreja eram mais uma prova de tanto. O catarismo foi considerado pela liderança eclesiástica como muito perigoso e ameaçador, um ferrenho inimigo a ser combatido.

Com o fracasso da evangelização decidiu-se realizar uma expedição armada contra os albigenses do sul da França. O papa Alexandre III, já em 1179 conclamara a realização de uma cruzada. Isso se realizou apenas no pontificado de Inocêncio III (1198-1216) em 1208/1209. Numa primeira etapa os grandes senhores e o rei da França se omitiram de participar, mas a pequena e a média nobreza se engajaram em busca da salvação (havia a promessa de indulgências), de saque e do confisco de bens e propriedades da nobreza meridional e sua outorga aos nobres sem posses ou secundogênitos sem direitos a herança.

A cruzada alcançou o sul da França e batalhas foram travadas. Uma delas foi o cerco a Beziers, que originou uma versão polêmica e repetida através dos tempos, mesmo se não completamente comprovada. Diz-se que no interior da cidade cercada havia tanto os fiéis cristãos católicos quanto os considerados hereges cátaros albigenses. Os soldados, receosos de abater indiscriminadamente todos sem distinguir os que eram bons cristãos e os que eram heréticos, consultaram o legado papal, que não receou em dizer: “Entrem na cidade e não temam em chacinar a população. Deus recolherá os justos cristãos e deixará ao Diabo os pecadores heréticos”. A população foi massacrada de maneira ampla e sem piedade. A Cruzada teve sucesso parcial e alguns nobres do norte tomaram senhorios da nobreza do sul. Oficialmente se encerrou em 1213. A última fortaleza albigense denominada Montsegur veio a ser tomada somente em 1244.

O rei francês intervém e aproveita a repressão para se infiltrar no sul e reocupar os espaços concedidos aos senhores do Languedoc. Junto virá a Inquisição e a repressão aos albigenses se ordena e se sistematiza. A

Inquisição medieval foi entregue à ordem dominicana, que não permitiu que as manifestações, consideradas heréticas pela Igreja, progredissem e se espalhassem.

Outro espaço de combate às heresias foram as universidades medievais, nas quais os dominicanos, especialmente, mas também outros monges, beneditinos ou franciscanos, ensinavam a fé verdadeira e combatiam heresias e infiéis em suas leituras, escritos e debates. Analisaremos as universidades no penúltimo capítulo.

3.8 O papado entre o Cativoiro de Avignon e o Grande Cisma

A Igreja hegemônica e dominante consolidou seu poder e prestígio nos séculos XII e XIII sob as cruzadas e no impacto da superação do imperador pela Igreja na polêmica das Investiduras. Os pensadores eclesiásticos predominaram na defesa de um conceito denominado em latim de *plenitudo potestatis* e que traduziremos livremente por plenitude do poder. Embasada nas afirmações de Paulo de Tarso (Epístola aos Romanos) e na doutrina gelasiana (papa Gelásio define a separação dos poderes, v. acima), a Igreja definiu que se todo poder vem de Deus e se a Igreja é representante de Deus no mundo e a única que dialoga diretamente com a divindade, ela teria a legitimidade e a representatividade de se colocar acima do Império e dos reinos.

Essa concepção foi contestada por autores como João (Jean) de Paris, Guilherme de Ockham e Marsílio de Pádua, que já citamos. Essas teses que pretendiam definir diferentes espaços de atuação para o poder secular e para o poder eclesiástico concebiam a Igreja dedicada às questões espirituais e distante dos temas políticos. Marsílio, por exemplo, considerava a Igreja como um coletivo de fiéis, que ele denominava “corpo místico de Cristo”, e cuja formação fora coletiva (apóstolos) e embasada numa forma mais ampla e participativa e não numa Igreja monárquica. Tomava corpo uma concepção denominada conciliarista que apregoava que os bispos e cardeais deveriam dirigir a Igreja, lado a lado com os papas.

O conflito entre a Igreja hegemônica e os monarcas teve um momento de crise quando se confrontaram o papa Bonifácio VIII (pontificado entre 1294 e 1303) e o rei Felipe IV (reinou de 1285-1314), denominado o Belo. O papa enfatizou a sua plenitude do poder e sua condição superior em relação aos imperadores e reis, através de uma bula em 1302. O rei francês efetivamente desejava se apossar das cobranças de dízimos e taxas pela Igreja em território francês. O papa foi sequestrado e maltratado em Anagni e veio a morrer em 1303. O rei francês conseguiu que um bispo francês fosse eleito papa Clemente V (pontificado de 1305 a 1314) e este transferiu a Cúria para uma cidade no sul da França, denominada Avignon (Avinhão), na Provença. Com a nomeação de mais nove cardeais franceses, o papado se estabeleceu nesse local. Alguns autores denominam esse período como Cativo de Avignon, estabelecendo um paralelo com o Exílio da Babilônia pelos judeus conquistados pelos babilônios e a Igreja exilada pelo rei francês e mantida longe de Roma.

O papado permaneceu em Avignon entre 1309 e 1378. Em meio à Guerra dos Cem Anos, o papa Gregório XI retorna a Roma e, lá, vem a falecer. A população romana pressiona o colégio de Cardeais a eleger um novo papa, Urbano VI. Devido a atitudes arbitrárias desse grupo de cardeais, entre os quais os cardeais franceses, elege-se outro papa, Clemente VII, que retorna a Avignon. Começa o Grande Cisma da Igreja. Duas sedes e dois papas simultâneos. E os temas políticos se imbricam no Cisma. A França, Castela, Portugal, Escócia, Saboia, Aragão, Áustria, e Navarra apoiam Clemente e os papas que lhe sucederam em Avignon. De outro lado, a Inglaterra, o Império, Flandres, os estados escandinavos, a Hungria, a Boêmia, a Polônia e os estados italianos reconheciam Urbano e seus sucessores. Uma ampla e articulada propaganda dos dois lados estigmatiza o outro lado. Isso enfraqueceu ainda mais a Igreja. Muitos sugeriam a reforma da Igreja, sua moralização e o conciliarismo como saídas.

Uma tentativa de reunificação complicou mais o panorama. Um concílio reunido em Pisa em 1409 demite os dois papas e elege um novo: Alexandre V. Nenhum dos outros papas se considera demitido e por meia década teremos três papas. O imperador Sigismundo convoca o Concílio de

Constança (1414 a 1417), que demite os três postulantes e elege um único papa Martinho V (pontificado de 1417 a 1431). O Cisma gerou muita divisão e enfraqueceu o papado. A reforma não ocorrerá, pois os papas do século XV são monárquicos e muito próximos do estilo renascentista de viver e governar. Isso convergirá na maior crise da Igreja, que foi a Reforma Protestante. Este tema, no entanto, extrapola nossa periodização.



4

Império Bizantino
e Islã medieval

4.I O Império Bizantino entre a Roma Imperial e a cultura grega



A queda do Império Romano do ocidente com as invasões bárbaras gerou uma situação nova. Os invasores germânicos capturaram por algumas vezes Roma, a cidade formadora da república e capital do império no seu auge, o que abalou o prestígio imperial, mas não acabou com o Império. Este seguiu existindo no Oriente por cerca de um milênio, ora forte e poderoso, ora sob a pressão de inimigos poderosos; hostilizado pelos persas, depois por árabes muçulmanos, em seguida por cruzados desviados de sua missão e, por fim, sob a ameaça dos turcos islamizados. Estes tornaram os últimos séculos do Império Romano do Oriente um período difícil e no qual o risco de anexação e desaparecimento era constante e que finalmente se sucedeu com a tomada da capital imperial Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, e com a derrocada definitiva do Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino. Busquemos as origens desse Império Bizantino e conheçamos um pouco de sua longa história.

A cidade de Bizâncio era uma cidade fundada pelos gregos e, no início do século IV, foi refundada e ampliada pelo imperador Constantino, o Grande, nos anos que se seguiram à sua ascensão. A nova cidade recebeu o nome de Constantinopla e foi considerada uma nova Roma ou segunda Roma. Seu perímetro foi ampliado. A cidade ostentava a condição de segunda capital do império. A cristianização do Império Romano a tornou um dos patriarcados, junto com Roma, Antioquia, Alexandria e Jerusalém. Como a maior parte da riqueza do império vinha das províncias orientais, Constantinopla se tornou uma bela cidade com edifícios públicos e belas igrejas e espaços urbanizados.

O imperador Constantino governou desde o oriente e se estabeleceu na nova capital no final de seu reinado. Os demais imperadores transitavam pelo Ocidente, mas habitavam em Constantinopla. O imperador Teodósio, o Grande, cristianíssimo e muito respeitado, optou por dividir o império (395) em duas partes; o Império do Ocidente com capital em Roma ficou com seu



filho Honório e o Império do Oriente com capital em Constantinopla ficou com seu filho Arcádio (reinou de 395 a 408). Depois de 410, quando Roma foi saqueada pela primeira vez pelos visigodos, as muralhas da segunda Roma foram reformadas, por ordem de Teodósio II (408-450), neto do primeiro deste nome fazendo uso de técnicas e materiais que permitiram que fosse inexpugnável por terra, mesmo com o uso dos primeiros canhões no medievo. Em menos de um século o Império do Ocidente estava ocupado por exércitos de povos germânicos, denominados por muitos como bárbaros, visto serem considerados inferiores culturalmente, mesmo que militarmente prevalecessem. A data de 476 foi considerada como o marco historiográfico que demarca a queda do Império Romano do Ocidente. Já analisamos esse momento.

Algumas décadas depois ascendeu uma nova dinastia e o segundo imperador desta foi Justiniano (527-565), que foi um grande governante. Sua esposa Teodora foi uma personagem polêmica. O governo de Justiniano foi repleto de problemas, como a revolta Nika (532), que envolveu opositores políticos à nova dinastia, grupos de torcidas do hipódromo e a dissidência religiosa dos monofisitas, que não aceitavam a postura cristã ortodoxa de Justiniano. A cidade foi saqueada e uma parte de seus edifícios públicos queimados. O general Belisário reprimiu violentamente os revoltosos massacrando-os no hipódromo. Justiniano reconstruiu e ampliou as obras públicas, numa política de aprimoramento urbano e de remodelação das fortalezas militares.

As tentativas de homogeneizar o cristianismo no império não foram bem sucedidas: dissidências que a Igreja denominava heresias proliferaram: monofisitas, nestorianos, maniqueus seguiram existindo e até núcleos de paganismo ainda subsistiam. Os judeus foram hostilizados e muitas sinagogas foram destruídas por ordem imperial e muitas restrições a práticas judaicas foram decretadas.

No plano jurídico a obra legislativa do imperador foi magna. Recolheu, editou e compilou toda a legislação romana que já fora parcialmente recolhida e ordenada sob Teodósio, o Grande – o *Codex Teodosianus*. Uma obra imensa foi organizada coletando ainda mais obras jurídicas antigas, compilando, reordenando e legislando também. O amplo acervo jurídico coletado,

legislado e ordenado por Justiniano é a base legislativa do renascimento das leis imperiais nos séculos XII e XIII, embasando os estudos jurídicos nas universidades medievais e será a base da criação da *Lex* (lei) romana.

No plano político-militar o imperador alternou fraqueza e grandeza, vitória e humilhações. Acertou um pacto com os persas para se concentrar no seu projeto de restaurar o Império Romano e voltar a fazer do Mediterrâneo o *mare nostrum*. Os persas não assumiram plenamente seus compromissos e Justiniano teve que pagar tributos para recuperar espaços invadidos. Conseguiu conter os hunos e os eslavos que ameaçaram a região balcânica e a fronteira do Danúbio. Isso porque seu plano ambicionado era recuperar o Império Romano do Ocidente, ocupado pelos exércitos germânicos (identificados pelos romanos como bárbaros). Mesmo se estes reinos germânicos aceitassem uma espécie de vassalagem simbólica em relação ao imperador oriental, Justiniano almejava recuperar plenamente os territórios perdidos no século anterior.

Organizou um grande exército que foi liderado por seus dois generais, Belisário e Narses. O Império Oriental invadiu o norte da África e derrotou os vândalos, reocupando a África romana. Depois de um breve retrocesso ocupou as ilhas Baleares, a Sardenha e a Córsega, preparando o ataque à Itália. A luta contra os ostrogodos na Itália durou quase vinte anos e foi muito desgastante. Ao final os ostrogodos foram derrotados e o território italiano foi ocupado, mas o exército bizantino foi muito afetado pelas perdas humanas, o desgaste de uma longa guerra e os gastos. A terceira etapa foi intervir em lutas dinásticas dos visigodos na Península Ibérica (atual Espanha e Portugal). Os bizantinos ocuparam territórios na parte sul e sudeste do reino visigótico onde permaneceram por três quartos de século. Tomaram Córdoba, Valência, Cartagena, Málaga e Múrcia. Em 625 o rei visigodo Suintila os desalojou e retomou todas as cidades e territórios ocupados.

Mapa 1 – Império do Oriente e reconquista bizantina





Fonte: p. 74 e 75 (dupla) – Atlas Histórico Escolar

O Império Bizantino se tornou o nome mais conhecido do Império Romano do Oriente, pois o nome anterior de Constantinopla era Bizâncio. Não são sinônimos, mas se confundem e acabam significando, na prática, a mesma coisa. Os territórios reocupados por Justiniano no Ocidente foram gradualmente sendo perdidos. Muitos sinais dessa presença são encontrados na Itália, em especial na cidade imperial de Ravena, na qual há algumas belas igrejas bizantinas.

4.2 As polêmicas religiosas no Império Bizantino

O império Bizantino foi o palco de muitos conflitos religiosos. Ainda quando o império era unificado, na região oriental se confrontaram duas facções cristãs: uma aceitava a Trindade com três componentes sem hierarquia; já os seguidores de Ário, denominados posteriormente como arianos, consideravam uma hierarquia e que o Pai teria criado o Filho. Outra dissidência denominada macedonianismo estendia ao Espírito Santo essa condição. Prevaleceu a doutrina trinitária. No concílio de Niceia (325) o arianismo foi condenado, tendo sobrevivido ainda por um pouco mais de meio século. Tanto o arianismo quanto o macedonianismo foram considerados heréticos e condenados no concílio de Constantinopla (381). A doutrina da Trindade se torna hegemônica e nunca mais é contestada. O arianismo, que foi a religião oficial sob alguns imperadores, desaparece.

A outra polêmica que ocorre é a questão cristológica. Jesus Cristo, de acordo com a doutrina oficial da igreja, seria, em “uma só pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem”. Mas como explicar a mescla de duas naturezas distintas? Duas vertentes se opuseram com veemência a esse dogma.

Por um lado os seguidores de Nestório, denominados nestorianos, diziam que se tratava de duas pessoas: uma humana e outra divina. Questionou Maria como a “mãe de Deus” (*Theotókos*) e a considerou apenas como “mãe do homem Cristo” (*Christotókos*). O nestorianismo quebrava a unidade da pessoa em Cristo.

Em contraponto, o monofisismo surgiu querendo refutar Nestório. Um abade de nome Êutiques de Constantinopla, assim como também os discípulos de Cirilo enfatizaram apenas a natureza divina de Cristo e desconhecaram a natureza humana. Essa doutrina foi denominada como monofisismo, pois apregoava uma só natureza de Cristo.

Um concílio reunido em Éfeso (431) condenou Nestório e seus seguidores; outro concílio reunido anos mais tarde em Calcedônia (451) condenou o monofisismo. Os conflitos e polêmicas no império Bizantino não cessaram nesse momento, prosseguindo e se alternando. A polêmica iconoclasta que dividiu os seguidores e os opositores dos ícones ou imagens de santos e da Virgem dividiu a sociedade bizantina nos séculos VII a IX. E finalmente um conflito entre o papa e o patriarca de Constantinopla no século XI (1054) selou a separação da igreja bizantina, daí em diante denominada ortodoxa, da igreja católica romana liderada pelos papas em Roma. Tal cisma persistiu até nossos dias. O termo ortodoxo significaria reto e correto. E católico seria universal. Permanecem usos diferentes desses termos. As duas igrejas se julgam universais e corretas, vale dizer.

A separação motivará parcialmente o movimento das Cruzadas. Ainda ocorrerão novos problemas religiosos, mas não nos estenderemos em descrevê-los. A religiosidade no Oriente, em geral, e no Império Bizantino, em específico, era muito complexa e refinada. Discutia-se na rua, nos espaços públicos e privados e as polêmicas eram muitas vezes motivos de conflitos aguçados. Alguns geraram pequenas e médias guerras civis. Alguns dos grupos minoritários foram exilados ou fugiram para lugares ermos e mais seguros.

4.3 A luta entre bizantinos e persas: Heráclio x Cosroes

O Império Romano teve um longo e difícil confronto com reinos e impérios localizados no planalto iraniano (atual Irã, antiga Pérsia). Apesar de terem se alternado povos e dinastias, era sempre nesta região ou próximo dela, tal como na Mesopotâmia, que havia conflitos entre imperadores romanos ou bizantinos contra reis partas ou sassânidas, por exemplo.

O Império Bizantino se desgastara com a reconquista do Ocidente com Justiniano (século VI) e se via açoitado seguidamente pelos persas na fronteira oriental. Num desses conflitos, em 611, os persas atingem Antioquia. Em 614, Jerusalém é cercada e ocupada pelas tropas do rei Cosroes, que não tardam em tomar Alexandria e o Egito todo em 618-619. Em seguida se deslocam na direção de Constantinopla, atingem o mar de Mármara e sitiaram parcialmente a capital. O imperador Heráclio percebe o risco, conclama os seus súditos e os cristãos ocidentais a auxiliarem numa guerra santa contra o persa “bárbaro” e pagão.

A reação ocorre e Heráclio, numa desgastante e demorada campanha, vence o exército persa em 627 perto da cidade de Nínive, na Assíria, e persegue Cosroes até sua capital Ctesífon. Um tratado de paz é obtido e as províncias bizantinas são retomadas. Heráclio consegue reaver a Santa Cruz e a transporta de maneira simbólica como um troféu religioso e militar. A longa campanha exaurira as riquezas da maior parte do império, enfraquecera a sua força militar e tornara bizantinos e persas duas frágeis potências. Em 634, exércitos árabes islamizados irrompem na fronteira sul do império Bizantino e começam a invadi-lo.

4.4 A Arábia e seu isolamento: o período pré-islâmico

A península arábica é uma região desértica ampla e margeada a leste pelo golfo Pérsico, a oeste pelo mar Vermelho e a sul pelo oceano Índico. Escassamente povoada no norte e no centro da península devido à escassez de água. Nessas partes viviam tribos nômades, organizadas em clãs tribais e que subsistiam do pastoreio e de uma escassa coleta nos oásis da região. Já na parte sul da península há precipitação pluvial devido à proximidade do oceano Índico e o clima de monções. Alguns autores denominam essa região como Arábia verde ou Arábia feliz e coincide hoje com o Iêmen e o Aden. Devido a essa característica havia pequenos núcleos urbanos, alguns portos e conexões comerciais, seja com a África oriental, seja com a Índia, e através de caravanas terrestres com os Impérios Persa e Bizantino. Era uma

rota secundária e mais longa, mas que serviu muito no período das guerras entre Heráclio e Cosroes.

A região do Hedjaz é a parte ocidental da península Arábica. Sua importância era muito reduzida na antiguidade e seu isolamento era determinado por estar numa região desértica. O deserto arábico era uma extensa região erma com alguns pontos habitáveis, lugares nos quais havia fontes de água e oásis. Havia uma rota de caravanas que ligava o sul do Império Bizantino com o extremo sul da península e se estendia pelo interior de norte a sul, não muito longe do mar Vermelho. Nesse trecho havia uma cidade de porte pequeno que se localizava na metade dessa rota e se denominava Meca. As caravanas atingiam a cidade no trajeto norte-sul-norte e ali obtinham um lugar de descanso, água e alimentos. Um pequeno comércio ali se desenvolvia, entre habitantes da cidade e as tribos nômades. Mas havia outra interação entre os locais e os nômades: a peregrinação.

Meca era uma espécie de cidade santuário. Não era a única, mas era uma das mais importantes por estar bem localizada na rota de caravanas e próxima a uma parte das tribos nômades. No centro da cidade havia uma construção que cercava um enorme meteorito negro, considerado uma dádiva dos céus. O santuário era um ponto de confluência e agregação dessas tribos e nas capelas adjacentes havia inúmeras imagens de deuses tribais, gênios (*djiiins*) e protetores das tribos. Esse complexo religioso era denominado Caaba. Em um determinado período do ano as tribos se dirigiam ao santuário e ali cultuavam seus ídolos tribais e reverenciavam a pedra negra. Esse fluxo de pessoas revigorava o comércio local e gerava certo tipo de poder ao clã coraixita guardião da Caaba. Este grupo era amplo na cidade e estava envolvido seja no comércio, seja na prestação de serviços aos peregrinos, seja, até mesmo, no governo local. Uma parte dos coraixitas era rica e poderosa.

Havia inúmeras rivalidades tribais. Salientamos a dos habitantes de Meca com os habitantes do sul, os iemenitas. Estes, envolvidos no comércio, povoaram a localidade de Yatreb ou Yatrib, que viria a servir de refúgio a Maomé. Assim tentavam desviar as rotas de caravanas e obter vantagens materiais. Os habitantes de Meca se consideravam descendentes do

patriarca Abraão, através de seu filho Ismael, gerado com a concubina Agar (Genesis, cap. 16, vers. 15-16). Os iemenitas se consideravam descendentes de Abraão. Havia também rivalidades religiosas. No sul existiam pequenos templos que tentavam catalisar as tribos do sul e seus *djiins*, para obter vantagens nas peregrinações. A população era na sua maioria politeísta e animista. Algumas tribos haviam se convertido tanto ao judaísmo quanto ao cristianismo de vertente nestoriana.

A cultura nômade prevalecia em meio a algumas cidades de porte médio. O limite entre as duas culturas era tênue: uma não tinha a mesma visão que a outra em termos de bens e propriedades, por exemplo. As campanhas militares com finalidade de saque, obtenção de escravos e concubinas eram rotineiras. O estilo de vida beduíno valorizava a liberdade e a honra (com ênfase no controle da sexualidade feminina) e a solidariedade entre os membros do clã. A linhagem e a relação com a tribo e o clã superavam quaisquer outras lealdades e ligações.

As regras da hospitalidade eram sagradas e valiam até para inimigos que a solicitassem: dentro de certo perímetro e com certos códigos e atitudes, o inimigo poderia se alojar na tenda de um nômade beduíno, usufruir de sua comida e bebida, dormir e depois partir. Após determinado tempo e saindo do perímetro sagrado da hospitalidade, o hospedeiro poderia perseguir e executar o ex-hóspede. Uma atitude diversa da que temos nas comunidades sedentárias. A cultura e as tradições beduínas influenciaram na nova religião.

Os nômades se aliavam e se combatiam através de pactos e de declarações de guerra, seja pelo domínio dos oásis, seja por questões de honra e de alianças. A luta pelos poços e rebanhos levava a uma sequência de lutas e vinganças de sangue, que se repetiam em longos ciclos. Essa sociedade era muito desunida, pulverizada e, portanto, incapaz de se organizar como um estado, com um governo e um exército. Dessa forma, vivendo na periferia de dois grandes impérios, o bizantino e o persa, estava fadada a ser uma sociedade atrasada, fraca, desunida e sem expressão política e econômica. O fator geográfico aumentava essa tendência e acentuava essa fragilidade.

4.5 Maomé e sua trajetória: de caravaneiro a profeta

Maomé era membro de uma rama menor e desapaossada dos coraixitas. Atuou como mercador e transitou pelas rotas de caravanas, mas desconhecemos até onde chegou. Aparentemente pode ter chegado a Damasco, mas não há provas disso. Casou-se aos 25 anos com uma viúva rica, mais idosa do que ele, de nome Khadija. Há evidências, no seu discurso religioso, de que Maomé deva ter tido contato com judeus e cristãos e que estes tenham influenciado suas percepções espirituais. Aos quarenta anos começou a meditar, ouvir vozes e ter visões e profecias. Ele identificou-se como sendo o arcanjo Gabriel (*Jibril*). Relutou em contar às pessoas o que via e ouvia, mas sua esposa o incentivou.

A revelação recebida falava de um deus único, universal, onisciente e onipotente, diante de quem todos os seres humanos deveriam se submeter e venerar: a palavra Islã (*Islam*) significa precisamente “submissão”. Derivado desta expressão vem muçulmano (*muslim*), ou seja, aquele que se submete ao deus único e universal. Não existe uma religião maometana: pode se dizer muçulmana ou islâmica. O Islã foi criado a partir da revelação de Alá a seu profeta Maomé. E esta ocorreu na cidade de Meca.

4.6 Doutrinas do Islã: cinco pilares

O Islã é fundamentado em cinco pilares. São os princípios da religião e estão baseados nos ensinamentos de Maomé. Através desses pilares se organizam os ciclos diários, semanais e anuais da fé muçulmana. São estes:

- 1) Testemunho ou *Shahada*. Seria uma declaração que enfatiza a unidade de Deus (Alá), sua onipotência, onisciência; nega todas as formas de idolatria, politeísmo e o culto de outros deuses, mas aceita a existência de anjos e gênios, conciliando a nova religião com as crenças dos beduínos. Nega com veemência a trindade e a encarnação. Concebe Jesus e Moisés como profetas e plenamente humanos e os considera predecessores do

profeta perfeito Maomé, que também foi humano e mortal. Ainda assim Maomé é exaltado como superior. No credo muçulmano se recita “Alá é Alá e Maomé é seu Profeta”, ou seja, há um vínculo especial entre Deus e seu profeta. Alá é eterno, inato, onisciente e onipotente. Como sabe de tudo e nada lhe escapa, o fiel deve se entregar e servir a Deus, de todas as formas e em todos os momentos. Obedecendo e se submetendo a Deus (Alá) será recompensado e aceito no paraíso; caso contrário arderá nas chamas do inferno. O testemunho é parte fundamental das declarações de fé, incluídas no segundo pilar.

- 2) O segundo pilar é a oração (*Salat*) ou as cinco orações diárias. Nas cidades de maioria muçulmana é usual haver uma mesquita. Tradicionalmente no alto da torre da mesquita (minarete) se coloca um *muezzin* que chama os fiéis à reza, através de gritos e conclamações. Hoje isso é feito através de uma gravação com uma aparelhagem de som. As orações devem ser preferencialmente feitas em comunidade, mas não precisam ser feitas na mesquita, salvo nas sextas-feiras, dia sagrado de oração comunal. Nesse dia deve-se ir à mesquita e orar com seus correligionários. Nos outros dias pode se rezar numa praça, rua, no meio de um caminho, num mercado. O fiel coloca um tapete no chão e realiza diversos movimentos de prostração que simbolizam a submissão incondicional. Não é um pedido de benesses e favores a Alá. Exige-se uma pureza ritual. Na entrada de uma mesquita, ou próximo a ela, costuma haver um tanque ou reservatório de água, com torneiras e pequenos bancos nos quais o fiel faz as abluções. A ablução é uma limpeza ritual: lavam-se os membros superiores e inferiores e o rosto. Ao entrar na mesquita deve-se deixar os sapatos de fora e entrar descalço. Recomenda-se a modéstia, que seria estar com vestes limpas, recatadas e adequadas. E o que se denomina intenção: estar concentrado na oração e não se distrair com temas externos à devoção, como conversas ou reflexões sobre negócios, trabalho e problemas do cotidiano.

- 3) *Zakat* ou esmola. Tem certa correspondência com a *tzedaká* judaica ou a caridade cristã (dízimo e outras). Os fiéis que tenham condição social devem ajudar os pobres através de refeições, doações e ajudas diversas, inclusive empregando o pobre para que este possa se sustentar. O conceito de um coletivo islâmico, denominado *ummah*, uma espécie de nação não territorial, gera uma solidariedade entre fiéis, que se ajudam uns aos outros. Há um *zakat* obrigatório a todos os fiéis e formas de ajuda mútua adicionais.

- 4) *Ramadan* (Ramadã). É o mês de jejum, período de purificação e ascese para Alá. Esse mês é relacionado com o recebimento do Corão, ou Alcorão. Nele os fiéis se abstêm, desde o nascer até o pôr do sol de relações sexuais, de comer e beber, inclusive de água – postura difícil na maioria dos países islâmicos localizados próximos a desertos e/ou regiões quentes. Isso é mais acentuado quando o Ramadan ocorre num mês de verão, visto o calendário muçulmano ser lunar e se deslocar através do ano solar, ou seja, o mês do Ramadan se move através do calendário solar. Nesse período as refeições são feitas antes de o sol nascer e depois do pôr do sol, período este em que há refeições familiares com confraternizações.

- 5) *Hajj* (Hadj). É uma peregrinação feita pelos fiéis, pelo menos uma vez na vida, aos lugares sagrados do Islã. Maomé inicialmente direcionava as orações para Jerusalém, mas como os judeus não o aclamaram profeta, ele redirecionou as orações para Meca. Definiu o ponto de referência que norteia (*kibla* ou *qibla*) as orações nesse sentido e definiu a visita ao santuário no entorno da Caaba⁵, com os marcos da revelação de Alá como pontos de referência. O muçulmano saudável deve se dirigir a Meca no período de um mês do calendário destinado a essa visita. Há um roteiro de lugares e eventos que demarcam a peregrinação. No período medieval era uma difícil jornada, que poderia oferecer riscos e ameaças aos peregrinos, tal como ataques de cruzados no período dessas expedições. Na atualidade podem participar cerca de um a dois milhões de peregrinos a cada ano.

5. Caaba é um conjunto de lugares que ficam em Meca no qual se deu a Revelação de Alá a Maomé através do arcanjo Gabriel. A pedra negra, um meteorito escuro, é o centro da mesma.

4.7 A expansão do Islã: reflexões e análises

A expansão do Islã é um fenômeno histórico que gera explicações, reflexões e explicações múltiplas. Como habitantes de uma região periférica e primordialmente habitada por tribos nômades pouco desenvolvidas no plano cultural e tecnológico, conseguiram em algumas décadas se expandir e criar um vasto império. Os árabes muçulmanos liderados pelos sucessores de Maomé venceram o Império Bizantino e anexaram vastas regiões deste; já o Império Persa foi completamente anexado pelos exércitos muçulmanos. Como entender e explicar tais sucesso e a rapidez da conquista?

O Islã tradicional é adepto de que essa vitória foi obtida pela proteção de Alá e pela verdade da fé. Assim sendo, o sucesso se explicaria de uma maneira metafísica. Essa perspectiva religiosa não é suficiente para historiadores e se torna simplista para uma reflexão racional.

Uma das explicações mais aceitas é aquela que contextualiza o conflito anterior à conquista: persas e bizantinos combateram por quase trinta anos e exauriram suas forças. Os dois grandes e poderosos impérios estavam esfacelados ao final de um longo conflito. As elevadas cobranças de impostos para gerar recursos que financiassem os exércitos geraram oposições e muitas críticas de diversos setores sociais. Um fisco ostensivo gera oposições sociais em muitos setores.

E podemos agregar a isso um aspecto religioso e político. Como vimos, o Império Bizantino era palco de confrontos teológicos agudos e exacerbados. As dissidências religiosas eram muitas vezes reprimidas, pressionadas e até perseguidas. Alguns setores da sociedade se revoltaram contra tal repressão e muitas das minorias religiosas se exilaram, ora em lugares ermos do império, ora em periferias e até mesmo fora do espaço imperial.

Os judeus também foram vivamente oprimidos pelos imperadores. Justiniano e Heráclio perseguiram essa minoria em campanhas de conversão, geralmente pela pregação, mas por vezes com tentativas de conversão forçada. Mesmo sendo minoria, os judeus tinham presença importante nas cidades desenvolvidas.

Esse conjunto de fatores explica a fraqueza dos dois poderosos impérios. Já na perspectiva dos conquistadores podemos citar alguns pontos fortes. As estratégias militares dos invasores que tinham a cavalaria dotada dos renomados cavalos árabes. E também a coesão obtida por Maomé ao juntar um grupo heterogêneo nas origens das múltiplas tribos, mas coeso na nova fé e considerando-se representantes do Deus universal. Uma unidade que nem sempre serviu para manter os muçulmanos juntos, mas que, nesse período, sob a crença de que seus sucessos eram um reflexo do apoio e incentivo do Deus único, os manteve coesos.

E por fim a forma com que os conquistadores se relacionaram com as populações conquistadas. Sabendo-se minoritários demograficamente e compreendendo que as vitórias militares só se consolidariam e permaneceriam no tempo se a população dos impérios anteriores se sentisse bem tratada e em condições melhores que sob o domínio dos impérios, adotaram de maneira ampla e geral duas posturas fundamentais: plena e absoluta tolerância religiosa e diminuição da carga tributária dos novos súditos.

A tolerância às outras religiões era fundamentada numa leitura parcial dos escritos de Maomé. O profeta do Islã tinha duas posturas diferentes em relação aos infieis. No começo de sua pregação queria converter os cristãos e, principalmente, os judeus, sob a alegação de que ele era o terceiro e definitivo profeta. Estaria sucedendo Moisés e Jesus e fecharia o ciclo. Assim as revelações parciais feitas pelos dois se consolidariam na sua pessoa, na sua pregação e na sua vertente religiosa. Maomé não teve sucesso com os judeus de Medina (*Yatrib*) e nem conseguiu converter as tribos nômades que professavam o judaísmo.

Em virtude disso sua postura inicial foi respeitosa, tolerante e receptiva aos seguidores dos monoteísmos, que o antecederam. Cognominou os judeus e os cristãos como povos do Livro (*Ahl Al Kitab*), ou seja, parcialmente iluminados pela revelação. Exaltou suas religiões e estabeleceu uma pretensa ponte para convencê-los a se converterem ao Islã. Diante da recusa da maioria dos judeus e cristãos da Arábia a se converter, a sua postura se tornou mais áspera e radical e colocou, por exemplo, as tribos judaicas entre a opção de se converter ou morrer. Assim sendo Maomé teve duas posturas: uma tolerante e respeitosa, que exaltava as religiões do livro monoteístas e

reveladas, e uma segunda postura menos conhecida e bastante radical, que oferecia a morte aos que relutassem em se converter à nova religião.

Os sucessores de Maomé, denominados Califas, não optaram pela segunda via no período das conquistas. Estrategicamente escolheram o caminho da moderação, pois os exércitos invasores eram menos de dez por cento em relação aos povos dominados. Evitaram converter a força e não optaram por tal via, pelo menos nos três primeiros séculos, que denominaremos por Islã clássico. Foram tolerantes e permitiram que as populações judaicas e cristãs permanecessem em seus territórios, mantivessem uma grande parte de seus locais de culto e comemorassem as celebrações religiosas. E protegeram essas populações no campo religioso. O estatuto de tolerância denominou as comunidades protegidas como *dhimma*.

Havia algumas condições implícitas nessa tolerância: deviam usar certo tipo de vestuário, marca de sua inferioridade. Eram obrigados a pagar um imposto pessoal, cobrado de adultos infiéis, uma espécie de imposto *per capita* denominado *jizia*, que representava um sinal de reconhecimento da primazia do Islã e um resgate do serviço militar obrigatório aos fiéis muçulmanos. Muitos foram aproveitados em funções administrativas, mas não políticas, na economia e nas artes.

Os *dhimmis* não portavam armas, o que gerava uma situação de fraqueza. Muitos cristãos e alguns judeus se converteram ao Islã para obter direitos políticos e militares. Outros cristãos migraram para terras dominadas por poderes cristãos. Assim, com o passar do tempo, diminuíram as minorias cristãs sob o Islã, mas nunca desapareceram. Vale ressaltar que a condição jurídica e civil dos *dhimmis* sob o Islã era muitas vezes melhor que a de minorias sob a cristandade no mesmo período.

Há um mito historiográfico bastante difundido de que houve conversões forçadas. Isso não se fundamenta nos fatos, pelo menos no que tange a judeus e cristãos. No caso das religiões dualistas da Pérsia, alguns autores afirmam que houve sim perseguições e projetos de conversão forçadas. É o caso do zoroastrismo. Trata-se de uma religião não monoteísta e considerada fora do conceito de povos do Livro. Ainda assim não consideramos isso uma norma no Islã clássico em relação aos povos conquistados fora da Arábia.

Podemos afirmar sem receio que o Islã clássico era tolerante e não forçou a conversão da maioria dos povos conquistados, pelo menos até o século XI, o que se alterará na sequência dos fatos, mas não analisaremos tais situações.

4.8 O califado de Damasco e o califado de Bagdá

Os primeiros governantes muçulmanos eram do círculo de Maomé. Foram quatro califas denominados de *rashidun* ou bem guiados ou orientados. Organizaram os árabes e coordenaram a expansão do Islã com coesão e muito sucesso. Maomé não deixara claro como deveria ser a sua sucessão. Uma linha minoritária preferia reservar essa honra à família do Profeta. No caso, ao genro deste, Ali ibn Abi Talib, casado com a única filha de Maomé, Fátima. A linha majoritária compreendia que qualquer fiel, bem preparado e adequado, e desde que aceito pela maioria dos fiéis, poderia suceder. Uma espécie de assembleia tribal de guerreiros seria o colégio eleitoral.

Inicialmente o poder foi concedido a Abu Bakr, parceiro do Profeta desde o início. Em 634 o escolhido foi Omar (Umar), que consolidou um avanço militar derrotando bizantinos e tomando a Síria, Israel, o Egito, a Mesopotâmia e regiões diversas. Em cada lugar ocupado se colocavam fortalezas e guarnições militares e a tolerância religiosa estimulava a população a não se converter e nem emigrar. Umar foi severo com os fiéis e brando com os povos do Livro. O Império Bizantino foi fortemente abalado e ocupado parcialmente por Umar, mas sobreviveu.

O terceiro califa, Utman, venceu os persas e ocupou todo seu império. A riqueza dos saques e conquistas fluiu e ajudou a criar uma aristocracia rica e poderosa. Isso começou a gerar conflitos e separações. Tensões internas eram latentes.

Finalmente, Ali foi empossado como califa em 656. Os conflitos estavam estalando e um dos seus opositores, Moawia (Umawiya), coraixita, mas de outro ramo, contestou sua legitimidade. Uma guerra civil eclodiu e, em 661, Ali foi assassinado. O novo califa concentrou os poderes e criou uma dinastia com sucessão familiar. Transferiu a capital para Damasco e definiu o que viria ser o califado omíada de Damasco.

Mapa 2 – Expansão do Islão (Islã)



A oposição dos dois filhos de Ali, Hassan e Hussein, não bastou para impedi-lo. Uma guerra civil eclodiu. Não demorou para que Ali e, mais tarde, os seus dois filhos fossem mortos e seus seguidores os tornassem mártires. Uma divisão no seio do Islã se consolida. Os adversários de Moawia se definiram como um partido



ou facção, a *Shia*, termo do qual surgirá o xiismo. Hassan acabou aceitando a ascensão de Moawia, mas mesmo assim acabou sendo assassinado em 669. Quando Moawia morreu e seu filho e sucessor Yazid foi empossado em 680, os xiitas se revoltaram, sendo massacrados em Karbala, local onde Hussein foi martirizado.

O xiismo ampliou suas posições e se tornou uma vertente muçulmana que enfatiza mais o Corão que a Sunna, exalta o martírio e diverge em certos temas dos demais fiéis.

O califado sob a dinastia omíada cresceu e se expandiu até o norte da África e a Península Ibérica a oeste, e até a Ásia central e as margens do rio Indo ao leste. Inspirados no modelo bizantino de governo e usando a arquitetura bizantina como parâmetro de construções, o califado se tornou mais aceitável para os cristãos, ainda em maioria. Usaram da elite cristã para administrar os territórios recém-conquistados.

A dinastia estabeleceu o árabe como a língua oficial, criou unidades monetárias em prata (*dirhan*) e em ouro (*dinar*), uniformizou a administração e adotou posturas tolerantes com os povos dominados. O califado prosperou e se expandiu.

Os omíadas governaram o califado por cerca de um século (661-750), sendo derrubados do poder por uma revolta liderada por Abu Al Abas, que estabeleceu uma nova dinastia, denominada dinastia abássida. Os abássidas reformularam o califado e fundaram uma nova capital: Bagdá. Cidade planejada e urbanizada foi palco de muitas realizações culturais e religiosas.

Em Bagdá e no califado temos o encontro entre o Islã e o Oriente culto e refinado. Obras de filosofia grega foram vertidas para o árabe e refinadas polêmicas religiosas e filosóficas ocorreram no califado. Estabeleceram-se vertentes jurídico-religiosas que definiram um Islã mais complexo e sofisticado.

A literatura, em prosa e em verso prosperou. É muito conhecida a obra *As mil e uma noites*, que recolhe lendas orientais, persas e hindus e as imbuí de uma aura mais islâmica. A medicina, a astrologia, a álgebra, a geometria e as ciências naturais prosperaram numa época em que na Europa cristã ainda estava mergulhada no período das invasões e a maioria da população era iletrada.

A tradução de obras de filosofia – como as de Platão e de Aristóteles –, de medicina – como as obras de Galeno e Hipócrates – e de muitos outros campos do saber humanos foram formas de manter e mais tarde transmitir ao Ocidente tais saberes. Traduzidas antes do grego para o árabe, na Alta Idade

Média, e depois do árabe para o latim, na Idade Média central, foram uma preciosa transmissão cultural e científica que permitirá que a Europa se erga e se expanda pelo mundo afora.

Os abássidas governaram de maneira despótica e com muito brilho até meados do século X. A partir desse período sobreviveram sem muito brilho até 1258.

4.9 O Islã no Ocidente: a presença muçulmana na Hispânia

A dinastia omíada derrubada em 750 em Damasco sobreviveu no Ocidente. Um príncipe omíada conseguiu fugir ileso e se exilar na Península Ibérica. As tropas locais de origem síria e leais à dinastia reconheceram Abder Rahman como emir de Córdoba e criaram um emirado, teoricamente submisso aos califas abássidas de Bagdá. Adotando uma política independente e administrando um território rico e desenvolvido, os omíadas do ocidente acabaram por consolidar um novo califado. Emirado de Córdoba até 930 e califado a partir de então, desfez-se em 1031. Foi uma organização social e política que serviu de palco para interações culturais entre muçulmanos, judeus e cristãos. O califado serviu como espaço de passagem da cultura oriental para o Ocidente. Depois da queda do califado de Córdoba, os pequenos reinos que o sucederam também cumpriram esse papel cultural e científico. O Islã transmitiu ao Ocidente muito da cultura clássica que fora traduzida ao árabe no califado de Bagdá e nos séculos XII e XIII será vertida ao Latim e às novas línguas românicas. Isso ajudará os avanços em todas as áreas.

A transmissão da cultura clássica greco-romana do Oriente para o Ocidente é responsável pela tradução das obras do filósofo Aristóteles, já quase desconhecido no Ocidente. As suas obras geraram condições para o neoaristotelismo, que foi fundamental para a escolástica cristã nos séculos XII e XIII e teve influências diretas e indiretas em muitas das transformações sociais, culturais e mesmo políticas. Falaremos disso no penúltimo tema.



S

Cultura, arte e religião

5.1 A era das trevas?



era medieval teria sido uma era das trevas? Essa reflexão e essa discussão já travamos no tema primeiro e não a repetiremos. Neste tema tentaremos ilustrar algumas das múltiplas expressões culturais do medievo, e colocá-las no seu contexto, no qual oferece formas de entendimento da realidade, dos conceitos sociais e principalmente dos conceitos religiosos. É inevitável se despir dos preconceitos ao analisar a cultura, seja de qualquer povo, religião, região ou sociedade. Quando analisamos outra cultura ou expressão artística desta, não podemos nos utilizar de parâmetros de nossa sociedade ou época.

A era medieval é um período no qual a religião exerce um amplo controle social e define o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mal, a partir de pressupostos espirituais. Assim a arte e a cultura estão fortemente impregnadas desses conceitos.

Com a ascensão do Cristianismo à condição de religião oficial do Império Romano no período entre os imperadores Constantino e Teodósio (século IV da era comum), os padrões culturais greco-romanos, que definimos como clássicos, vão perdendo espaço e sendo excluídos ou adaptados às novas formas e estilos que se adequam à associação do Império e da Igreja.

Esse momento é também um momento de enfraquecimento das estruturas políticas (queda do Império e ascensão dos reinos bárbaros); de esvaziamento dos espaços urbanos e fluxo na direção dos espaços rurais; de empobrecimento da população e uma sensível queda no comércio, na circulação de moedas e na coleta de impostos; de uma queda demográfica que acentua a falta de mão de obra especializada e gera uma sociedade menos sofisticada.

Um dos múltiplos efeitos é a tendência ao empobrecimento cultural e o aumento vertiginoso do número de iletrados. O analfabetismo é um dado perceptível desde as últimas décadas do Império Romano do Ocidente. Os iletrados são uma ampla maioria e a capacidade de ler e escrever se torna um monopólio de uma elite. E dentro desse grupo a tendência é que sejam



normalmente clérigos: ora são membros do alto clero, bispos ou abades, ora são monges. Raros se tornam os leigos letrados, pelo menos no período inicial do medievo. A situação mudará apenas no final da era medieval, mas de forma lenta e gradual. Assim sendo podemos compreender a importância dos clérigos, na manutenção e na criação de expressões culturais e artísticas e o motivo de elas serem invariavelmente de cunho religioso. E os monges são claramente os que difundirão o conhecimento e as expressões culturais em seu tempo e preservarão os saberes para as gerações vindouras. O mosteiro é um bastião da fé, da religiosidade, mas também da cultura e das bibliotecas.

5.2 O monarquismo: a manutenção dos saberes e da cultura

O monaquismo surgiu no Oriente, mas sua expressão inicial era de monges isolados que se escondiam nos desertos e montanhas para rezar, meditar, se distanciar da sociedade materialista e carnal e se espiritualizar. Eram os eremitas ou anacoretas. Já no Ocidente há expressões do monaquismo que se dirigem à criação de comunidades de monges. Os monges agrupados em comunidades seriam os cenobitas. Também se denominam tais monges como clero regular, pois se associam através de uma regra. Os precursores desse movimento estavam preocupados com a crescente ignorância e o alto grau de analfabetismo, mas também com a manutenção e propagação da fé cristã verdadeira e oficial. No clero secular, os padres e presbíteros das paróquias eram geralmente analfabetos, ou semiletrados, quando muito.

Assim sendo, são fundados mosteiros, nos quais prevalecia uma **regra**, uma espécie de norma de admissão e de conduta. Os candidatos ao monacato deveriam passar por um período de observação, na condição de noviços. Após esse período eram avaliados pelos monges e, caso aprovados, se comprometiam a aceitar as normas de vida prescritas na **regra**. Em quase todas as regras se definiam alguns destes padrões: ser celibatário; não adquirir nem manter a posse de bens e riquezas materiais; aceitar a reclusão, ou seja, não sair do mosteiro, salvo com permissão do abade e com alguma finalidade; trabalhar uma parte da jornada; participar das orações

coletivas espalhadas pelo dia e pela noite; estudar ou atuar nas atividades religiosas/culturais, em particular na cópia de manuscritos de todos os tipos, no espaço denominado, em latim, de *scriptorium*, uma mescla de biblioteca com oficina de escrita.

Os monges ensinavam aos noviços a leitura e a escrita. Alguns aprofundavam esses saberes, já outros se tornavam apenas semiletrados, mas podiam ser copistas de manuscritos. Uns podiam ler e analisar obras de fundo religioso e até criar obras e reflexões devidamente analisadas por seus superiores e aprovadas se não tivessem objeções à interpretação ortodoxa, correta e oficial da Igreja. Assim o mosteiro se torna uma “ilha” de saber e de cultura, no Ocidente medieval, por mais de meio milênio.

Um dos fundadores de mosteiros foi Cassiodoro (490-581), que serviu na corte de Teodorico, o rei ostrogodo. Na fase final de sua vida fundou um mosteiro, numa propriedade de sua família, na costa sul da Itália, em um local denominado Vivário (*Vivarium*), que albergava monges regulares junto com monges eremitas. Ali organizou uma vasta biblioteca que preservou milhares de obras clássicas e cristãs, definindo um modelo de biblioteca monástica.

A regra que mais se propagou e se manteve até nossos dias foi a beneditina. Seu fundador foi Bento (Benedito) de Núrsia (480-547), que fundou a abadia de Monte Cassino, destruída na segunda guerra mundial e depois reconstruída. A regra beneditina se manteve através do medievo, tendo sofrido reformas e alterações sob Cluny e Clairvaux (Císter), mas sendo a mais importante pelo menos até o século XII. Perdeu espaço com o surgimento e expansão das ordens mendicantes (dominicanos e franciscanos), mas aparece até na história do Brasil, quando se fundam diversos mosteiros de São Bento, entre os quais o de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, com escolas, bibliotecas excelentes e claustros ativos até hoje.

Os monges, entre os quais se salientam os beneditinos, não difundiam livremente os saberes clássicos, a cultura greco-romana, pois esta poderia afetar as crenças da população e sugerir pensamentos anticristãos. As obras clássicas eram ainda assim preservadas e mantidas, seguidas vezes copiadas e escondidas em espaços restritos das bibliotecas monásticas.

Monges mais cultos e respeitados faziam uso de obras ditas pagãs, da cultura greco-romana, mas de forma seletiva. Percebendo a beleza das formas, o refinamento do estilo de tais escritos – sejam eles de pensadores e filósofos gregos, como Platão, sejam de retóricos romanos, como Cícero, sejam dos estoicos –, usavam trechos devidamente selecionados, mas descontextualizados. Recortavam um trecho de uma obra clássica, de modo que, retirado do corpo dessa obra, servisse para ilustrar um saber ou uma doutrina cristã. Era um corpo clássico com uma alma cristã. Até os jesuítas assim o fizeram na catequese de índios.

A cultura monástica nos contemplou com alguns pensadores e escritores notáveis. O primeiro deles transita entre os últimos anos do Império Romano do Ocidente e o início das invasões bárbaras. É Agostinho, bispo de Hipona (354-430), autor de uma vasta obra de cunho filosófico e religioso. Pretendia ser monge, mas teve de assumir o clero secular. Ressaltamos duas de suas obras mais notáveis: *As Confissões*, um escrito autobiográfico que relata sua descoberta do cristianismo e sua conversão; *Cidade de Deus*, que já comentamos no tema primeiro, um tratado de religião e filosofia que analisa o mundo, as relações de Deus com a Criação, a Revelação e o sentido da história. Esta obra se tornou um dos pilares do Cristianismo e base de uma filosofia da história: de onde viemos e para onde vamos.

Quatro premissas de sua obra: a primeira era a refutação do ceticismo, que considera que, mesmo que os sentidos possam nos enganar nos julgamentos que fazemos, o fato de pensarmos define a nossa existência, algo como o “penso, logo existo” de Descartes. A segunda premissa seria a negação do mal, pois Deus fez o mundo bom e, mesmo que possamos nos corromper e pecar, o mal é apenas o distanciamento do Criador, que é completamente bom e fez o mundo bom. Podemos fazer errado uso do mundo, ao nos distanciarmos de Deus, de sua revelação e de sua bondade. A terceira premissa é a Graça. Nesta, o ser humano é dotado de livre arbítrio, mas o que prevalece é a graça divina. O uso do livre arbítrio é precedido pelo dom da Graça, que Deus concede a uns e não concede a outros. E a quarta e última premissa é a Cidade de Deus, que é uma síntese entre o cristianismo e o neoplatonismo pagão, no que tange ao conceito de mundo das ideias. A cidade

divina é uma realidade transcendente que é refletida de maneira imperfeita na cidade dos homens, uma cópia imperfeita. Duas comunidades de humanos convivem lado a lado: de um lado, os que se dedicam a Deus e à busca da espiritualidade; de outro lado, os que se dedicam a si mesmos, à busca da materialidade e dos bens terrenos.

Consolida-se, neste último conceito, o sentido da História. Alguns seguirão a Igreja e seus ensinamentos e se salvarão no Juízo Final; já outros não seguirão e serão condenados ao inferno, no Juízo Final. As concepções de Agostinho demarcarão o medievo e a concepção de mundo da Cristandade Ocidental.

Outros autores se destacam nos primeiros séculos do medievo. São clérigos, geralmente monges, mas por vezes foram alçados à condição de bispos. São autores de alguns gêneros literários, dentre os quais destacamos: um gênero romano, outro cristão e um que é uma mescla dos dois e denominamos gênero enciclopédico.

No gênero romano encontramos obras de caráter histórico escritas para descrever tanto a expansão do Cristianismo e a conversão dos povos germânicos quanto para fortalecer as novas monarquias cristãs instauradas pelos invasores. Citamos a obra do bispo galo-romano Gregório de Tours, que descreve a formação do reino franco pelo rei Clóvis e seus sucessores; a obra do monge Beda, o Venerável (675-735), que descreve a conversão das Ilhas Britânicas ao Cristianismo; e a obra de Isidoro, bispo de Sevilha (570-636), de quem já falamos no tema primeiro, que descreve a história dos reinos germânicos na Península Ibérica com ênfase na presença visigoda e na construção da monarquia cristã.

No gênero cristão temos uma ampla profusão de obras biográficas de bispos e monges da Igreja. São obras que se pretendem exemplares, pois narram a vida de santos (hagiografia) e de líderes eclesiásticos, que seriam modelos de conduta cristã. Mesclam história com folclore e mitologia cristã. Servem para ilustrar as prédicas dos clérigos nas igrejas, tendo em vista que a maioria da população era iletrada. Os modelos de vida que prevalecem são claramente os modelos eclesiásticos, sendo os personagens exemplares os bispos e os santos, pois os únicos letrados que podem escrever, são os monges.

O último gênero é o enciclopédico, que visa preservar os saberes da cultura clássica de uma maneira cristã e de uma forma condensada. A enciclopédia medieval foi a coletânea *Etimologias*, de Isidoro de Sevilha, que, em verbetes temáticos inseridos em uma variedade de livros, e tendo como base as sete artes liberais romanas, explica todo o saber acumulado no mundo greco-romano. Contém uma mescla de ciências e conhecimentos empíricos com crenças e superstições. A obra de Beda, denominada *De natura rerum*, pretende ser uma obra científica que explica a ordem da natureza.

O período inicial do medievo, que alguns autores denominam a Primeira Idade Média, se encerra com a instalação do Império Carolíngio.

5.3 O Renascimento carolíngio

No contexto monástico podemos observar um breve momento de intensificação da preservação dos saberes eclesiásticos e, em grau menor, dos saberes clássicos: o reinado de Carlos Magno e de seu filho Luis, o Pio, no final do século VIII e início do século IX. O imperador Carlos, estimulado por seus conselheiros, todos eles membros da Igreja, objetivou elevar os saberes do estamento clerical. No intuito de que não se ensinasse a fé de maneira distorcida e querendo melhorar o nível dos clérigos, instalaram-se, com patrocínio imperial, escolas monásticas e uma escola palatina. Além da questão religiosa, é evidente que o imperador, que tinha centenas de funcionários clérigos, queria melhorar o nível deles.

Esse investimento na cultura se limitou ao alto clero e a alguns elementos da ordem monástica, não socializando os saberes com o baixo clero secular ou com a população laica. Um dos efeitos colaterais desse renascimento foi a preservação de diversos textos clássicos, que interessavam ao imperador, pois este se inspirava em modelos romanos, por exemplo em Julio Cesar, Virgílio e Tito Lívio, que ou antecederam a instalação do Império ou o exaltam. Houve, então, investimentos em copiar obras e uma forma de copiar mais prática foi criada: a caligrafia denominada minúscula carolíngia. Assim, os mosteiros ampliaram seus acervos.

Após o reinado dos dois referidos imperadores, o movimento perde força, a situação segue restringindo a cultura letrada aos mosteiros e os leigos ficam alijados do conhecimento.

Isso não impede o desenvolvimento, em paralelo, de uma cultura popular, que denominamos folclórica. Através de relatos orais transmitidos de pai para filho, os camponeses mantinham sua cultura e seus saberes, relatando tradições antigas, lendas e narrativas. A Igreja, no intuito de converter a população camponesa, lado a lado com a nobreza germânica, incorpora elementos folclóricos e os cristianiza. Um exemplo é a inserção de personagens pagãos, inclusive deuses, como santos da Igreja. Até mesmo os espaços sagrados dos antigos templos pagãos são reciclados: ora se derrubam suas estruturas e no mesmo local se reergue uma igreja, ora se aproveitam até mesmo os espaços sagrados, purificando-os com água benta e orações para exorcizar os demônios (leia-se: deuses pagãos) e os espaços se tornam puros e sacralizados.

Tal mistura de cristão e pagão é uma estratégia dos bispos e monges para evangelizar os povos autóctones ou os invasores germânicos.

5.4 A Idade Média central (séc. XI a XIII)

O final do período das invasões e a estabilização motivaram o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas, de modo a gerar mais alimentos, o que, por sua vez, propiciou o crescimento demográfico. Analisaremos esse assunto no tema seis (o último). Sucede-se, em paralelo, o aumento de riquezas, o renascimento urbano e comercial e o reaparecimento da circulação monetária. O reflexo de tudo isso é uma sucessão de manifestações culturais e artísticas que refletem os avanços sociais. Uma destas é a arte religiosa, que tem um notável avanço à época.

Há dois movimentos artísticos e religiosos que ocorrem nesse período e que geraram notáveis contribuições culturais e artísticas. A arte e a arquitetura são espaços de manifestação do sagrado e dos valores eclesiásticos, em todos os tempos. Isso é ainda mais intenso em um período em que a população é amplamente iletrada. A arquitetura e a decoração das igrejas são uma espécie de anúncio das verdades da fé e do destino dos justos e santos e do

triste destino dos descrentes e infiéis. As imagens podem fazer o analfabeto entender a mensagem. Uma espécie de “*outdoor*” da fé.

Para passar sua mensagem, a arte clerical deve incorporar elementos familiares, que tenham significado e sejam compreendidos para os que irão vê-los. Nas palavras de Hilário Franco (1996, p. 134):

Isso naturalmente ocorreu de maneiras e com intensidades diferentes, de acordo ao quadro histórico mais amplo. Entende-se assim o forte conteúdo eclesiástico da arte românica dos séculos XI-XII, que revela através de suas formas as estruturas sociais, políticas e econômicas do feudalismo, isto é, de um momento de solidez no domínio das relações sociais por parte do clero. Por outro lado, a arte gótica dos séculos XII-XV, ao revelar esteticamente as transformações pelas quais passava a sociedade feudo-clerical, abria mais espaço para abrigar manifestações culturais laicas.

Tentemos entender o que são esses dois movimentos arquitetônicos e artísticos. Uma breve explicação para ilustrar o românico e depois o gótico.

A arte românica é de base rural e está conectada com o campo e o feudalismo no seu auge. Insere temáticas agrárias e o folclore camponês mesclado com temas cristãos. Nas suas paredes e pórticos, a presença de elementos do bestiário medieval – animais reais ou imaginários, monstros que assustam e geram a sensação de culpa – impregna um ambiente de atemorização adequado aos camponeses ou nobres que viviam no campo. Não faltam altos-relevos de Juízo Final, como veremos em catedrais góticas, mas com a presença de pedras, plantas e monstros que são elementos simbólicos do imaginário rural. Como sempre, existe a intenção de demonstrar que não há salvação senão dentro da Igreja, mas com o uso de elementos compreensíveis aos fiéis.

As igrejas românicas também refletem as dificuldades técnicas lado a lado com o desejo de construir igrejas “fortalezas de Deus”, com poucas janelas, estrutura sólida, largas paredes e grossos pilares. Há pouca ostentação e luxo e uma arte mais contida. Esta foi sucedida, mesmo se em parte convivem e acontecem, lado a lado, pela arte gótica.

A arte gótica foi criada numa região que estava em pleno processo de urbanização. Seu ponto inicial é a região próxima a Paris, incluindo esta também. Denomina-se a região de Île-de-France (Ilha da França). Era uma região de passagem entre as cidades italianas e a região de Flandres, atuais Bélgica e Holanda. O comércio floresce nesse espaço e fomenta o crescimento urbano. Os burgueses se enriquecem e começam a se interessar por cultura.

As cidades se revelam um espaço de liberdades e de contestações. A Igreja precisa se confrontar com isso. A riqueza das cidades começa a gerar espaços para que os habitantes destas, que chamaremos genericamente de burgueses, começassem a se ilustrar mais. Aumentam os saberes na cidade e a oposição ao monopólio do conhecimento pelo estamento clerical. O gótico é uma arte religiosa, como tudo no medievo, mas não é uma arte exclusivamente eclesiástica. Os leigos apreciam a arte e podem ser inseridos nos projetos arquitetônicos, sendo patrocinadores das novas catedrais, sejam os burgueses, sejam os reis. A riqueza permite investir em arte e na construção de catedrais. Certa aura de pecado emanava do lucro, dos juros e da aquisição de riquezas. Isso fomentava o patrocínio de obras de caridade e catedrais.

A renovação espiritual deve agora encetar o diálogo entre fé e razão, tendo em conta a reaparição das obras de Aristóteles e o surgimento das universidades, das quais falaremos adiante. Uma nova percepção de Deus como a Luz estimula a inserção de vitrais que iluminem e embelezem o interior das catedrais. O culto à Virgem cresce tendo em vista a ênfase no lado humano de Cristo. As formas reais substituem gradualmente as simbólicas, mesmo que algumas prevalecessem ainda. Também temos monstros e seres estranhos na decoração das catedrais góticas, é fato. Basta ver os gárgulas no alto de muitas catedrais góticas.

O sentido da decoração dessas catedrais é enfatizado no início do medievo pelo papa Gregório Magno (540-604), que afirmou: “As obras de arte têm pleno direito a existirem, pois o seu fim não é serem adoradas pelos fiéis, mas sim ensinar os ignorantes. O que os doutos podem ler com a sua inteligência nos livros, os ignorantes veem-no com os seus olhos nos quadros”. A função estética, somada ao simbolismo gerado pelas imagens, oferece ao fiel uma reflexão. Mesmo iletrado, o “leitor das imagens” percebe o simbolismo na arte religiosa.

Relevo de Cristo em majestade, fachada ocidental da igreja de Santa Fé de Conques, França



Fonte: O melhor da Arte Românica 1 – G & Z Edições. Lisboa Portugal

O melhor exemplo é a cena do Juízo Final ilustrada nos portais das catedrais. O estilo e a apresentação podem variar, mas há alguns itens que se repetem. Como podemos ver nas imagens ao lado, em todos eles, no centro do pórtico, que é em forma de um semicírculo, está Jesus Cristo, de pé e em ação. Sua mão direita está alçada e se induz que ele esteja punindo os pecadores colocados à sua esquerda (e na imagem do lado direito), na parte inferior. Os pecadores estão sendo arrastados por pequenos demônios, ou julgados por uma balança que computa seus pecados e depois os atira ao inferno, que por vezes aparece como uma boca imensa e os devora. No lado direito de Cristo (na imagem do lado esquerdo) estão os justos e fiéis que seguiram seus ensinamentos. Estão protegidos por sua presença e sendo levados por seres angelicais. Veja na imagem ao lado o Cristo na catedral de Santa Fé de Conques, na França atual.

Em muitas dessas representações aparecem personagens como os patriarcas, profetas, evangelistas, santos e mártires da Igreja.

Além desses Juízos Finais, temos muitos outros simbolismos. Um deles é a inserção, na fachada principal das catedrais, de duas estátuas de mulheres. Uma, alocada à direita, é bela, altiva e ergue um estandarte de vitória. Ela simboliza a Igreja vencedora. Já no lado esquerdo aparece outra mulher, que está curvada e alquebrada, com os olhos vendados, mostrando que não enxerga a verdade, com seu estandarte rachado e com aparência de derrotada. Trata-se da sinagoga. Veja ambas, na entrada da catedral de Nossa Senhora da França (Notre Dame de France), a principal de Paris.

Afora as catedrais, as esculturas e baixos relevos nos pórticos, havia ainda diversos tipos de decoração. Sobreviveram milhares de ilustrações no corpo de livros, as denominadas miniaturas. Uma delas é esta página de uma Bíblia românica castelhana, originária da cidade de Burgos (atual Espanha), do século XII, ricamente decorada. São cenas do Velho Testamento com ênfase no pecado original, na parte superior da imagem, cena amplamente desenhada em inúmeras obras e espaços.

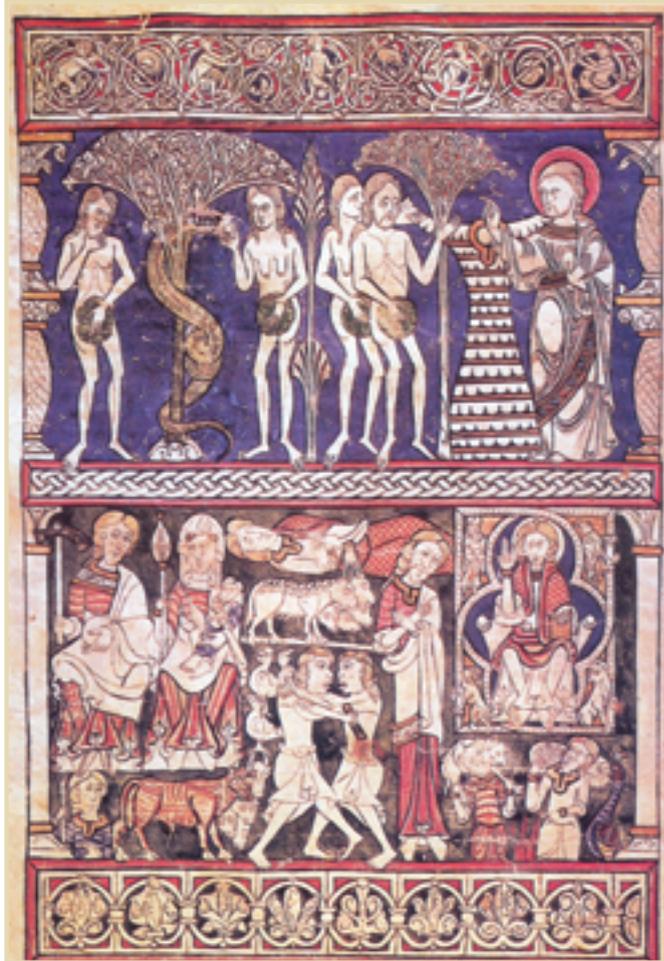
Imagem da Igreja na catedral de Notre Dame de France



Imagem da sinagoga na catedral de Notre Dame de France



Ilustração da Bíblia românica de Burgos



Fonte: O melhor da Arte Românica 2. G & Z Edições. Lisboa Portugal

5.5 A universidade medieval

O autor Jacques Le Goff escreveu uma obra, denominada *Os intelectuais na Idade Média*, em que reflete sobre as discussões e os atores sociais desse período. A Universidade de Paris é apenas uma entre muitas que surgem no século XIII. O fenômeno começara no século XII com as escolas urbanas. O crescimento das cidades era acelerado e a necessidade de quadros intelectuais, administrativos e clericais bem preparados gerava uma demanda crescente.

A dependência e o controle da igreja ainda eram muito fortes no século XIII, o que impedia alguns avanços, mas já em 1179, no terceiro Concílio de Latrão, a Igreja começava a admitir a existência das escolas, futuras universidades. E por todo o Ocidente medieval foram abertas. Na Península Ibérica teremos Salamanca, que até hoje é uma cidade universitária; em Portugal surgirá Coimbra. Há dezenas de outras universidades medievais que existem até hoje. O que estudavam? Como estava organizado o saber?

Na base dos estudos estavam a sete artes liberais. O *Trivium*, composto por Gramática, Retórica e Lógica; o *Quadrivium*, composto geralmente por Aritmética, Geometria, Música e Astronomia (podendo haver pequenas variações). Essa composição remontava à cultura clássica e seguiu sendo usada por todo o medievo.

Na sequência dos estudos havia três especializações principais: a Teologia, o Direito e a Medicina. A evolução e a nova complexidade da sociedade exigiram que tais estudos se aprimorassem. Buscaram-se elementos da cultura greco-romana. Como resgatar esses saberes? Uma parte deles havia sobrevivido em bibliotecas dos mosteiros, mas era insuficiente para o avanço dos estudos.

Um dos fatores que mais estimularam os estudos foi o contato com as obras clássicas, geralmente através das relações com o Islã, com o Império Bizantino e com os judeus. No Oriente, as obras dos filósofos gregos haviam sido proibidas e banidas pelo imperador Justiniano, que mandou fechar a escola de Atenas (século VI) e baniu os seus professores. Uma parte destes se alojara na Pérsia e, quando os muçulmanos conquistam a Pérsia e partes substanciais do Império Oriental, são recebidos e tratados com deferência pelos califas. Já relatamos isso na descrição dos Califados. As obras de filosofia serão traduzidas do grego antigo para o árabe. Escolas filosóficas, como a de Bagdá, serão palco de polêmicas filosófico-religiosas entre o Islã e a sabedoria clássica. Em sua versão na língua árabe serão trazidas para o Ocidente medieval.

Em Palermo (na Sicília) e em Toledo e Múrcia (parte do reino de Castela, na Península Ibérica), serão vertidas para o latim e introduzidas no Ocidente medieval. São as traduções das obras de Aristóteles que fomentarão novas reflexões e forçarão a Igreja a estimular debates e diálogos, ora tensos, ora complexos, entre a religião e o neoaristotelismo que fluía e gerava questionamentos.

A medicina medieval foi ampliada. Apareceram obras de Galeno e de Hipócrates que foram traduzidas ao latim. Inicialmente eram médicos judeus e muçulmanos, mas no final do medievo havia uma multidão de médicos cristãos. Os ensinamentos de judeus e muçulmanos foram adquiridos e aplicados. As restrições da Igreja aos estudos de anatomia humana impediram alguns dos avanços.

O renascimento do direito romano se deu com a importação de mestres bizantinos que ainda mantinham os estudos de direito romano. Tais estudos eram de interesse dos imperadores germânicos no seu confronto com o papado. Buscavam justificar a legitimidade de seu poder, embasados no direito romano, e diminuir a forte pressão da Igreja, que considerava que, “se todo poder vem de Deus” e se a “Igreja é a noiva e representante de Cristo na terra”, por consequência, o papa está acima dos governantes, inclusive o Imperador germânico. Os monarcas, entre os quais os reis da França e da Inglaterra, fizeram também uso dos juristas para ampliar seu poder e sua legitimidade.

As universidades foram palco de conflitos diversos. Salientemos dois deles: com os hereges e com os averroístas. Este último grupo era influenciado pelo neoaristotelismo radical, que se baseava no pensamento do filósofo muçulmano Averroes. A forte presença de professores originários da ordem mendicante dominicana nos quadros das universidades reflete esses conflitos.

Os dominicanos surgiram no início do século XIII e sua inserção nas universidades foi imediata. Letrados e extremamente cultos, foram vistos pelos seus críticos como sendo *domini canni*, ou seja, os “cães do Senhor”, por sua postura em defesa do papado e do cristianismo oficial, diante de críticos e opositores. Logo foram inseridos na Inquisição medieval que combatia os hereges albigenses.

5.6 A literatura medieval

Há uma variedade de expressões literárias que surgem a partir do século XI-XII. A maior parte da literatura em língua latina é erudita: crônicas, hagiografias e poesias de cunho clássico. Uma parte menor da literatura latina é popular, da qual se sobressaem os goliardos, um movimento de contestação

do poder eclesiástico que surgiu entre os estudantes pobres das universidades, mas que aparentemente tinha elementos de nível social elevado e até clérigos. Escreveram obras satíricas, burlescas e até eróticas.

Já as obras escritas em línguas neolatinas arcaicas, que denominaremos literatura vernácula, eram de vários gêneros. Um deles é a canção de gesta, narrativa épica escrita em verso e que exalta a junção do cristão e do feudal. A sua primeira e mais famosa obra é a canção de Rolando (*Chanson de Roland*), que descreve os feitos e a morte em combate do primo de Carlos Magno, de nome Rolando. Lançada em 1100, exalta os cavaleiros cristãos e a cristianização da cavalaria. O herói que morre lutando pela sua fé é um modelo para as cruzadas que se iniciavam.

Em contraponto com as canções de gesta, temos a matéria da Bretanha, constituída por um conjunto de lendas e contos folclóricos de origem celta. Pode ser dividida em três grandes ciclos: o primeiro gira em torno do lendário rei Arthur e os cavaleiros da Távola Redonda; não tarda a ocorrer uma clericalização e apropriação do tema e dos personagens para inserir o Santo Graal e o casto Galaad. O segundo ciclo é focado no amor, puro para os leigos e adúltero para a Igreja, entre Tristão e Isolda. O terceiro reunia narrativas rimadas sobre o tema da cavalaria.

Outro gênero eram os *fabliaux*, contos cômicos escritos em verso, de caráter satírico e repletos de obscenidade e grosserias. Escritos em vernáculo, eram facilmente transmitidos e propagados. Ironizavam as instituições, a Igreja e a sociedade feudo-clerical.

Mais um gênero que mesclava o laico com o clerical era a poesia amorosa trovadoresca, que exaltava uma relação de amor espiritual, introvertendo o erotismo. Era a submissão do poeta à “sua senhora”, transferindo para o campo amoroso a relação feudo-vassálica, com claro paralelismo ao culto da Nossa Senhora que se expandia nessa época. Era um amor espiritual com a inserção da relação de vassalagem. O poeta servia e respeitava sua senhora, tal como o cavaleiro ao seu suserano.

Há estudiosos, baseados em algumas poesias trovadorescas, que contestam essa interpretação e aludem a um desejo geralmente reprimido do cavaleiro-jogral em relação à esposa de seu senhor, mas que podia

eventualmente ameaçar a fidelidade conjugal da dama, numa época em que a Igreja institucionalizava o casamento como sacramento e pretendia controlar a sociedade no campo das relações carnavais.

Já na sequência do medievo podemos citar duas obras de suma importância escritas em linguagem vernacular e que podem ser consideradas como precursoras do Renascimento italiano, mesmo que situadas e ambientadas no medievo. Uma delas é a *Divina Comédia*, de autoria de Dante Alighieri, escrita entre 1307 e 1321, mas associada ao século anterior no espírito. A obra é um relato imaginário de uma viagem do autor a três espaços sobrenaturais: o inferno, o purgatório e o paraíso, locais nos quais ele encontra e dialoga com muitos personagens, políticos, santos, teólogos, burgueses de sua época, e a partir desses diálogos tece reflexões e críticas sociais. A escrita em linguagem vernacular mais vulgar é concebida pelo autor para que todos que a leiam possam entendê-la. É a laicização da cultura e uma ponte para a criação do italiano.

Outra obra que define as mudanças culturais é a obra *Decameron*, de Giovanni Boccaccio (n. 1313), também florentino como Dante e leitor da *Divina Comédia*, cujo título alguns creem ter sido dado por Boccaccio. *Decameron* é de um realismo incomum no medievo. Descreve a sociedade italiana do século XIII e mostra a hipocrisia, a perda de valores e a falsa religiosidade. Não se exime de mostrar a carnalidade e as relações promíscuas de clérigos, nobres e todo tipo de leigos.

As línguas nacionais começam a obter sua formatação. Das obras de Dante e Boccaccio começa a florescer o italiano. O mesmo se dará em Portugal com a literatura que gestará o português arcaico derivando-se do latim, mas passando pelo castelhano e pelo galego (língua da Galícia, região noroeste da Espanha atual).

Nas cortes de reis da Península Ibérica, a partir do reinado de Afonso X de Leão e Castela, aparecem os poetas trovadores que compõem poemas no idioma galego-português, influenciados pelo trovadorismo provençal. O movimento ganha força na corte de Afonso III de Portugal e na de seu filho e herdeiro D. Dinis. Não só eram mecenas das artes, como também poetas. Ao compor tais poesias, os trovadores começam a dimensionar uma língua

nova. Na sequência, surge uma literatura em prosa: lendas e narrativas de cavalaria tanto no modelo franco (estilo *Chanson de Roland*) quanto no bretão (inspirado na Távola Redonda). Há evidências não aceitas por muitos críticos de que a obra *Amadis de Gaula*, autor desconhecido, seja uma criação ibérica.

E foram também redigidas muitas crônicas de nobres e monarcas, entre as quais se sobressaem as do cronista Fernão Lopes, autor de inúmeras narrativas da vida de reis portugueses e senhor de um estilo que já começa a definir uma nova língua: o português.

5.7 Reflexões finais

A amplitude da arte medieval é enorme. Expressa de maneiras diversas a espiritualidade e a busca de Deus e suas expressões. Nas catedrais há uma relação entre o homem e o Deus, superior e imenso. Não existe proporcionalidade, nem a preocupação com o cotidiano humano. Os temas religiosos prevalecem de maneira ampla: cenas dos textos sagrados, muitos dos momentos da vida de Jesus, a vida dos santos e de homens exemplares. O homem comum está ausente.

Lentamente a arte começa a expressar a vida e os temas humanos, seja na literatura, seja na pintura. Numa primeira etapa de transição aparece o cotidiano do cavaleiro, seus feitos e sua bravura. Em seguida o burguês, que pode financiar o pagamento de um artista que retrate a si e a sua família. Não tarda a aparecer o dia a dia de labuta do camponês. O homem comum começa a aparecer, lenta e timidamente.

Essa transição se dá especialmente na literatura e na pintura. A arte das catedrais mantém-se distante de temas profanos e humanos.

A arte renascentista, que virá na sequência, inspira-se em temas clássicos: mitologia greco-romana, expressões plásticas do corpo e da beleza física de atletas, deuses e personagens. Isso sem deixar de retratar madonas (Virgem Maria) e o menino Jesus, mas com expressões mais humanas e em situações mais rotineiras. O corpo reaparece parcialmente e o homem readquire feições mais cotidianas.

A sociedade medieval seria uma era de trevas?



6

O ocidente medieval entre a
expansão, retração e renovação

6.1 Os saberes e os poderes



Um dos temas interessantes do medievo é a interação entre os clérigos e os cavaleiros. Na maior parte do medievo eram poucas as pessoas letradas, aquelas que sabiam ler e escrever. Esses saberes e técnicas de aquisição do saber eram praticamente um monopólio do estamento clerical. No tema quinto já analisamos parcialmente essa temática. No tema terceiro estudamos a Igreja e percebemos como esta objetivou o controle social e o direcionamento da violência para fora do sistema social, para fins que servissem à Cristandade, não lesassem a população não militarizada, seja o clero (*oratores*), sejam os trabalhadores (*laboratores*), e não atingissem os fiéis em geral e, em específico, os fragilizados: idosos, crianças e mulheres. Os clérigos objetivaram externalizar a guerra, no sentido militar, e internalizar nas mentes dos fiéis a luta contra os pecados capitais, contra os desejos e tentações da luxúria, da gula, do poder e da riqueza. Um grande campo de batalha era ordenado pelos detentores do saber para canalizar a violência contra o Diabo e seus aliados: infiéis, hereges, pecadores e opositores da Igreja.

6.2 As Cruzadas

O conceito de guerra sagrada não é novo. Na sua origem, o conceito da luta do homem contra as tentações e desejos, contra os pecados (na expressão da época, “vícios”) criava na sociedade cristã a sensação de que havia uma luta cósmica, entre o Bem e o Mal, entre Deus e o Diabo. Nas palavras de Hilário Franco Junior, na obra *Idade Média: nascimento do ocidente*, há três conceitos-chave para compreender o medievo: o contratualismo, o simbolismo e o belicismo. Falamos um pouco disso nos temas anteriores. O belicismo é o conceito-chave para entendermos as Cruzadas e a Reconquista ibérica. A luta se travava em alguns níveis: um é terreno e imediato, visível e material, nos campos de batalha. Outro é no âmbito do simbolismo, mais transcendental e espiritual: a Cristandade seria o exército do bem e



os infiéis, tanto os muçulmanos quanto os judeus, seriam o seu oposto, o campo do erro e do mal.

A sociedade cristã no ocidente medieval estava numa fase de crescimento e aumento demográfico. As invasões de povos tinham atenuado e mesmo se acomodado. Ocorreria uma melhoria na produção agrícola com um relativo aumento na oferta de alimentos. Isso estabilizara um pouco o sistema, mas a demanda por mais terras cultiváveis era forte.

A diminuição da mortandade causada pelas guerras, pelas invasões e pela fome gerara mais gente sem terras. Os filhos de nobres que não herdavam buscavam formas de subsistir: casamentos com herdeiras de bens imóveis; conquistas de novas terras; e, derivados disso, o saque e o botim também. Há mais candidatos à posse das terras do que terras disponíveis. E no tema da mão de obra para cultivar as terras, as novas condições começam a gerar excedentes de trabalhadores, pois a própria estrutura do sistema feudal não absorvia mais novos braços.

Sobram guerreiros e sobram trabalhadores. A incapacidade de integrá-los começa a propiciar o aumento da violência. Bandos de guerreiros, acompanhados por filhos de camponeses que foram ejetados de suas terras, pela falta de condição de absorvê-los. A liderança clerical se apercebe do problema e tenta controlar a violência com as regras que alinhamos no tema terceiro: Paz de Deus e Trégua de Deus. O objetivo era reduzir os dias e limitar os espaços nos quais é permitida a guerra. Assim, além de tentar minimizar os tempos e locais de combate, ainda intentava controlar a violência da nobreza, sacralizar a cavalaria inculcando-lhe rituais e ideais de justiça e fé. Aos poucos essa estratégia traz resultados, mas não é suficiente. Urge canalizar a violência para fora do sistema.

Outro aspecto que nos auxilia a entender o movimento das Cruzadas é o costume da peregrinação. Essa tradição existia desde o Baixo Império. Havia locais considerados sagrados e adequados para serem visitados e cultuados: túmulos de santos e mártires da cristandade, ou dos apóstolos, mas principalmente os lugares pelos quais Jesus passou e foi sepultado. Os fiéis que residiam no continente europeu afluíam para os lugares sagrados relacionados com os primórdios do cristianismo: Nazaré, Belém, Jerusalém e demais localidades,

nas quais Jesus vivera e onde se supõe que estejam enterrados seus restos mortais. Destacam-se o denominado Santo Sepulcro, que seria a tumba de Jesus, e a Via Dolorosa, que é o trajeto percorrido por ele entre seu julgamento e sua crucifixão. Esse trajeto era em muitos períodos perigoso e inóspito.

A peregrinação era o mais alto grau de penitência, e aos criminosos e pecadores de todos os tipos se recomendava realizá-la como forma de obter o perdão divino. Fiéis em geral almejavam também peregrinar para se alcançar mais alto nos degraus da espiritualidade. Esse movimento recebeu um estímulo para crescer com a cristianização do reino da Hungria, que abriu um caminho mais seguro. E uma rede de mosteiros foi criada oferecendo hospedaria aos peregrinos, por volta do ano 1000.

No aspecto do conceito de guerra santa, temos que refletir que se tratava de algo pouco espiritual e que se contradizia com a postura pregadora, pacífica e cordata dos primeiros cristãos. Essa postura foi formatada aos poucos e bastante influenciada pela definição feita por Agostinho, bispo de Hipona, no começo do século V, que criara a figura da guerra justa. Seria esta uma guerra defensiva ou permitida, caso fosse para reparar um mal feito anteriormente, e justificada, pois estaria fazendo justiça diante de um erro. Como Agostinho combatera diversas heresias, considerava que o combate aos hereges renitentes, que se recusavam a aceitar as pregações evangélicas da Igreja, era justificado.

O conceito não abarcaria infiéis, visto o herege ser alguém batizado e que já teria feito parte da comunidade cristã, mas o termo foi estrategicamente alargado para conter a luta contra os infiéis. O papa João VIII, em 878, estimulou esta percepção ao afirmar que haveria recompensas celestes aos defensores da fé. O conceito de guerra santa estava sendo moldado.

Entre as motivações imediatas havia um franco avanço de muçulmanos nos espaços da Cristandade. A Península Ibérica, que denominamos Hispânia, fora ocupada por invasores muçulmanos desde 711 e era espaço de conflitos entre cristãos e muçulmanos, como veremos neste capítulo, mais adiante. No leste, o Império Bizantino tinha sido parcialmente derrotado e perdera muitos territórios ao que viria ser o califado de Damasco (tema 4). O império se reorganiza, consegue conter os avanços dos muçulmanos e,

mesmo sem recuperar os territórios perdidos, se mantém e estabiliza. Até o início do século XI, os bizantinos, mesmo com o território diminuído, superaram os adversários. Alguns povos tentam invadir o império e são contidos.

No século XI, nas décadas anteriores às Cruzadas, um novo elemento havia aparecido e prenunciava-se como ameaçador ao Império Bizantino e ao cristianismo: recém-convertidos ao Islã, os turcos seldjúcidas, seguidores de um islamismo radical, haviam conquistado largos territórios e ocupado partes da Pérsia, da Síria e da Ásia Menor. Avançaram na direção de Constantinopla e derrotaram um exército bizantino em Manzikert em 1071. Ocuparam a maior parte da Anatólia e conseguiram se apoderar de Jerusalém em 1078. Atemorizados, os bizantinos pedem ajuda ao papa e aos governantes cristãos do Ocidente. O papa Gregório VII considera a possibilidade de reunificar a Igreja tendo em vista o cisma de 1054, que separava ortodoxos do Oriente e católicos do Ocidente. No entanto, fragilizado com o conflito das Investiduras, nada faz para ajudar.

Novo apelo é feito pelo imperador Aleixo Comeno ao papa Urbano, que concebe o gesto que foi interpretado pela historiografia oficial como sendo o estalar do movimento das Cruzadas. Convoca um concílio eclesiástico na localidade de Clermont-Ferrand (no sul da atual França) em 1095. Nesse momento há rumores não comprováveis de que os turcos molestavam os peregrinos, impedindo o livre acesso aos lugares sagrados. Essa notícia ajuda a criar certo apoio. O imperador, em conflito com o papa, não era um aliado viável, daí a razão da escolha do local do concílio no reino da França. O papa declara a decisão plenamente endossada pelos cardeais e bispos presentes de realizar uma cruzada.

As Cruzadas pretenderam libertar a Terra Santa e tomar posse dos lugares sagrados do cristianismo, tal como o Santo Sepulcro, que, desde a derrocada dos bizantinos diante dos muçulmanos, estavam sob o controle de governantes islâmicos. A pregação começou na França e atingiu o Império, mas em forma de uma cruzada popular. O pregador conhecido como Pedro, o Eremita, liderou um amplo grupo de elementos, a maioria das camadas pobres. Muito misticismo e religiosidade popular geraram um grupo inicial

que, após saquear e cometer atos de violência no caminho, acabou sendo dizimado facilmente pelos turcos na Ásia Menor.

Houve também uma cruzada denominada germânica, misturando nobres decaídos e elementos populares que hostilizavam os judeus, entrando nas cidades, saqueando e intimando os judeus a se converterem à força. A maioria desses judeus opta pelo autossacrifício, imola sua família e se mata. Estimam-se cerca de seis mil vítimas judaicas no período da cruzada germânica. O pretexto desses cruzados era que havia infiéis no seio da cristandade e se deveria purificar a sociedade antes de combater os outros inimigos da cruz no Oriente. Os movimentos populares são vistos pelo imperador, pelos reis e pela nobreza com muita cautela.

A primeira cruzada oficial organizada pela Igreja teve a presença e a liderança de grandes nobres. Nem o imperador, nem os reis a apoiaram ou participaram dela. A maior parte era francesa. Cruzaram pelo continente a Europa e chegaram a Constantinopla (1097). Um choque cultural ocorreu entre os refinados bizantinos e os grosseiros ocidentais. O imperador, preocupado, logo os envia para Anatólia. Os cruzados são bem-sucedidos no aspecto militar. Vencem os turcos e ocupam Antioquia (1097) e Jerusalém (1099). A tomada de Jerusalém é feita com extrema violência: não são poupadas as populações civis, sejam mulheres e crianças, sejam clérigos de qualquer denominação. Judeus, muçulmanos, cristãos orientais são igualmente chacinados sem mercê. O conceito de Paz de Deus apregoado pelos monges de Cluny não vale aqui.

O autor Amin Malouf, na obra *As cruzadas vistas pelos árabes*, descreve as crônicas das cruzadas através do olhar de muçulmanos. Estes definem os cristãos em dois grupos: os *Rum*, termo derivado de romanos, que qualifica os bizantinos, pois mesmo sendo adversários eram civilizados e éticos; e os *Franj*, termo derivado de francos, que equivaleria aos cruzados vindos do reino franco ou da França, que eram violentos, selvagens e sem nenhuma ética guerreira. É muito interessante perceber que esse contraste traz percepções diferentes de dois grupos cristãos, ou seja, não classifica a alteridade (o outro) pela religião apenas, mas pela forma de se relacionar com os demais seres humanos.

Nessa época e no Oriente latino, surgiram as ordens militares religiosas que se ampliariam e surgiriam em outros locais da Cristandade, tal como na Península Ibérica. As ordens surgidas no oriente foram várias, mas salientaremos duas: os Templários e os Hospitalários. Pretendiam proteger o caminho de peregrinação e os lugares santos, acolher os peregrinos e enfrentar os infieis muçulmanos. As ordens crescerão e se fortalecerão tanto numericamente como financeiramente, perdendo aos poucos os seus objetivos.

A ocupação dos reinos não se manteve e há avanços e retrocessos na presença cristã no Mediterrâneo oriental. A segunda cruzada fracassa e, na esteira desta, Jerusalém é tomada por Saladino, o sultão do Egito, após a derrota cruzada em 1187. A terceira cruzada mobiliza o imperador Frederico I (Barba Ruiva ou Barbarossa), que morre no trajeto, o rei da França, Felipe II Augusto, e o rei inglês Ricardo Coração de Leão. Saladino consegue resistir e faz um acordo de livre circulação de peregrinos aos lugares santos, mas não perde a soberania da região.

A quarta cruzada é um exemplo de desvio de objetivos e desvirtuamento do sentido religioso. Mobilizada pelo papa Inocêncio III, é utilizada pelos venezianos como expedição contra Constantinopla, tendo em vista que os cruzados não tinham como pagar o transporte à Terra Santa e os venezianos haviam perdido o monopólio comercial dentro do Império Bizantino, que o cedera aos genoveses. Assim, por duas vezes Constantinopla é tomada e saqueada. Estabelecem-se dois impérios orientais: o Latino, na prática dominado pelos venezianos, e o Grego. Isso se deu por meio século, até que foram novamente unificados, seguindo enfraquecidos e correndo sempre o risco de ocupação pelos turcos.

As demais cruzadas seguiram fracassando. O rei francês Luis IX, denominado São Luís, foi líder de duas expedições cruzadas. Uma é a sétima (1248-1254), dirigida a Damietta no Egito, que é tomada (1249). Em seguida o monarca é capturado em Mansurah (1250) e teve que ser trocado pela cidade antes conquistada, entregue como resgate. A oitava cruzada liderada pelo mesmo rei Luís IX terminou com a sua morte por disenteria antes de realizar o cerco de Túnis (1270). Os cruzados serão expulsos da última fortaleza na Terra Santa, em 1291, com a tomada de Acre (Ako), e permanecerão apenas na ilha de Chipre, por mais algum tempo.

A obsessão pela cruzada não desapareceu e muitas vezes houve planos de retomar a região denominada Terra Santa. Em alguns concílios e nas ideias de muitos pensadores e líderes cristãos aparece um projeto cruzadístico. Trata-se de um ideal que demarcou a maneira de pensar e de agir do cristão europeu e seguiu justificando uma superioridade deste em relação aos infieis, não cristãos e não europeus.

Vale ressaltar que houve movimentos e projetos militares de expansão e de conversão, seja no Báltico, seja na direção leste, que foram denominados como cruzadas. Por razões de espaço, optamos por enfatizar apenas as Cruzadas do Oriente e a Reconquista da Península Ibérica, por suas íntimas relações com a formação da América Latina e com o Brasil.

6.3 A reconquista cristã na Península Ibérica

A ocupação do espaço peninsular se dera pela invasão de 711. Um exército misto de árabes e de populações berberes islamizadas, provenientes do norte da África, penetra na Península Ibérica e gradualmente ocupa a maior parte do espaço.

Os cristãos só conseguem manter a autonomia nos espaços localizados no extremo norte e noroeste, nas Astúrias e na Galícia. Segundo uma tradição cristã, ocorre uma batalha nessa região entre um exército muçulmano e um exército cristão liderado por um personagem mítico denominado Pelágio, em 718, numa localidade denominada Covadonga. Não há evidências históricas dessa narrativa, mas a tradição estabeleceu esse momento como o início de um movimento de reconquista cristã, considerando Pelágio como o fundador de um reino denominado Astúrias, que se estabeleceu efetivamente alguns anos mais tarde em torno da capital Oviedo.

Inicialmente a ocupação islâmica se dá sob o controle do califado de Damasco, ocupado pela dinastia omíada. Com a derrubada dessa dinastia, um príncipe omíada, Abder Rahman I, consegue fugir do massacre da família real e busca abrigo inicialmente no norte da África e de maneira definitiva na Hispânia. Desembarca com suas tropas, e uma parte dos funcionários e do exército local mantém lealdade à dinastia. Cria-se então o emirado omíada de Córdoba (755), que vai ter dificuldades diversas com oponentes

internos (muçulmanos leais a Bagdá, ou seja, à nova dinastia abássida, ou simplesmente os que não se submetem) e externos.

No governo de Abder Rahman III (912-961) a situação se estabiliza e os omíadas consolidam o *status* de califado. Administra um estado pacificado, rico e organizado. Reforma e amplia a mesquita de Córdoba, que se torna o maior santuário do Ocidente. Funda e constrói uma capital administrativa próxima a Córdoba, que se denomina Medina Al-Azhara e é descrita como um local de rara beleza e organização. O califado é poderoso e os reinos cristãos localizados ao norte do rio Douro são impotentes para enfrentá-lo.

O reino das Astúrias conseguiu pelo menos ocupar partes do território norte e nordeste e fundar castelos e pequenas cidades, na fronteira do rio Douro. Os avanços eram contidos pelo califado que, ciclicamente, fazia expedições de apresamento de escravos e de botim. A força do califado se manteve inalterada por cerca de um século. No final desse período atingiu seu auge com o governo de um regente que se alcunhava Al Mansur (o Vitorioso) e que saqueou o santuário de Santiago de Compostela. A sua morte em 1002 apressou o final do Califado omíada que, em meio a lutas pelo poder, se desfez, deixando a Hispânia muçulmana fragmentada em múltiplos reinos denominados taifas. As taifas eram desunidas e assim se tornaram mais fáceis de combater pelos reinos cristãos.

Os reinos cristãos eram vários e se uniam e dividiam muitas vezes. Para efeitos de simplificação, dividimos em quatro blocos: 1) O reino de Navarra, incrustado entre a França e a Hispânia, tendo parte de seu território nos Pirineus. Parte de sua existência englobava outros reinos que foram se separando. Tem muita relação com a construção do caminho de Santiago de Compostela. 2) Na região da Catalunha, o condado de Barcelona, tendo como origem a ocupação franca sob Carlos Magno e seu filho Luis, separou-se de seus vínculos franceses e aos poucos se uniu com Aragão. O reino de Aragão se vinculou a Navarra, mas se tornou autônomo e, através de longos conflitos, foi lentamente ocupando o vale do rio Ebro, com ajuda de expedições cruzadas. 3) Na região central sobressai-se a marca de Castela, ligada aos reis de Leão e que mais tarde se tornará um condado e finalmente reino. O reino de Castela acabará se unindo ao reino de Leão e se tornando a maior

força cristã na luta com os reinos muçulmanos. 4) Tardamente, uma parte do reino de Leão se separará, inicialmente denominando-se condado portugalense e posteriormente reino de Portugal.

O reino de Navarra terá importância na consolidação do caminho de Santiago, mas no movimento da reconquista ficará isolado entre a Península Ibérica e o reino da França, não sendo mentor de avanços militares. Os demais blocos de reinos serão protagonistas de lentos e graduais avanços do norte para o sul da Península.

Os avanços iniciais foram estimulados pela Igreja, que conclamou exércitos franceses em expedições que podem ser denominadas cruzadas, visto que algumas tinham bulas papais convocando-as ou apoiando-as. A região central dos Pirineus e o vale do Ebro eram seu objetivo. A tomada e a perda da fortaleza de Barbastro em Aragão, em 1064, é uma cruzada que antecede a primeira cruzada em quase trinta anos. O avanço nessa região foi lento e gradual e só se intensificou no século XIII. O mesmo ocorreu em relação ao litoral mediterrâneo.

Castela e Leão, ora unidos, ora separados, foram mais efetivos na primeira fase de avanços. Um exemplo é Afonso VI, que tomou e reteve a ex-capital visigótica Toledo em 1085. Seu avanço para o sul foi contido no ano seguinte, pela aparição de exércitos provenientes do norte da África. Tais contingentes eram enviados por uma dinastia marroquina que era seguidora de uma tendência muçulmana radical e que não permitiu desde então que cristãos e judeus permanecessem sob os domínios do Islã, a menos que se convertessem. Essa postura intolerante exacerbou o conflito e aumentou a belicosidade e a propaganda, feita pelos dois lados, de que se tratava de uma guerra santa.

Lado a lado temos a figura histórica de El Cid, que lutou ora ao lado de Afonso VI, ora servindo o emir de Zaragoza (muçulmano), ora, após a morte deste, atuando como guerreiro independente e tomando a cidade de Valência, ali criando uma espécie de principado livre. El Cid se tornou uma espécie de símbolo de guerreiro cristão, mas obviamente não sempre alinhado com sua identidade religiosa e muito mais disposto a usufruir das benesses da guerra.

Afonso VII (1126-1157) avançou para o sul e ocupou Castela Nova e começou a avançar para Serra Morena. Fundou a ordem monástica militar de Calatrava e enfrentou uma nova dinastia marroquina, a dos Almoades, que

acabou vencendo o rei castelhano em Alarcos (1195). Um pequeno recuo cristão foi realizado.

Os reis da Península se unem e apelam à cruzada, pregada e preparada durante seis anos na Itália, Provença e reino de França. Os reinos ibéricos criam uma coalizão liderada por Castela: Navarra, Leão, Aragão e Portugal se aliam em um raro consenso diante do perigo almôade. Após a retomada de Calatrava, os europeus se retiram e permanecem apenas as tropas dos reinos ibéricos. É travada a batalha decisiva de Las Navas de Tolosa em 1212, que é um marco definidor. A vitória cristã será decisiva e permitirá avanços graduais no restante do século XIII de todos os reinos cristãos para o sul.

Na parte oriental da Península já ocorrera na metade do século XII a união dos reinos de Aragão (que se separa de Navarra) e a Catalunha (antigo condado de Barcelona) sob uma só dinastia. Estes dois reinos têm características diferentes: Aragão era mais tradicional e focado no continente; Catalunha tinha uma predisposição à navegação e ao mar e uma burguesia ativa e empreendedora. Após a vitória de Las Navas de Tolosa, as duas entidades unidas direcionam as suas energias a um projeto comum: a expulsão dos muçulmanos do Mediterrâneo ocidental (denominado mar Tirreno). O rei Jaime I, o Conquistador, se alia a Gênova e Pisa e ataca e conquista as ilhas Baleares, tomando Maiorca, um centro comercial e marítimo importante. Em seguida em, 1237, organiza uma expedição e toma Valência, porto e enclave importante. Seus sucessores seguirão no projeto de expansão e ocuparão a Sicília em 1282. Aragão se torna uma potência mediterrânea e afasta boa parte do poder islâmico dessa região.

Na parte central da Península o avanço castelhano-leonês foi realizado por um rei que ascende ao trono unido de Leão e Castela: Fernando III, depois canonizado. Ele e seu filho e sucessor Afonso X lançar-se-ão numa campanha militar que gradualmente ocupa Córdoba (1236), Sevilha (1246) e a maior parte da região central da Andaluzia. Na Andaluzia (sul da Península) apenas persistem muçulmanos no poder no reino de Granada. Este submeter-se-á a Castela, na forma de uma vassalagem. Por vezes ainda haverá conflitos, até que, no final do século XV, os reis católicos Fernando e Isabel realizem uma campanha e conquistem Granada.

Mapa 2 – A Península Ibérica



Na parte ocidental Portugal é o último reino a aparecer e se consolidar. O rei Afonso VI, o mesmo que conquistou Toledo em 1086, tinha ajuda de dois nobres borgonheses aos quais dotou de territórios e ofereceu a cada um uma filha para se casar. Henrique de Borgonha era um deles e se casou com uma filha natural (bastarda) do rei Afonso, de nome Teresa. Recebeu um condado que tinha a cidade do Porto como centro político: o condado Portugalense. O filho dessa união, Afonso Henriques, dissociou-se da coroa de Castela e combateu castelhanos e muçulmanos vencendo-os parcialmente. Em 1143 o papa reconheceu a legitimidade de Afonso Henriques como rei de Portugal.

O jovem monarca aproveitou a passagem de uma frota cruzada com alemães, ingleses e flamengos que ia na direção da Terra Santa no intuito de se incorporar à Segunda Cruzada. O rei obteve ajuda deles para capturar a cidade de Lisboa e a transformou em sua capital.

O avanço do século XIII foi fundamental para os objetivos de reconquistar a Península Ibérica. Apesar das divisões de reinos e dos conflitos



entre reinos cristãos, houve certa coesão. Como faltava gente, seja para combater, seja para colonizar, organizaram-se projetos diversos. Um deles foi a distribuição de terras a colonos que vinham do outro lado dos Pirineus, do reino da França e de outros reinos. O termo para essa distribuição seria *repartimientos*. Em razão da necessidade de colonos os reis aceitavam até criminosos que eram anistiados, desde que se estabelecessem e permanecessem nos espaços fronteiriços.

As terras ao sul do rio Douro foram concedidas a camponeses vindos do norte: Galícia e Astúrias. Já na região do vale do rio Ebro a carência de mão de obra fez estimular “francos”, termo genérico para denominar imigrantes do reino da França, mas também italianos, flamengos, alemães e ingleses, por exemplo. A rota do caminho de Santiago ajudou a trazer peregrinos que acabaram ficando de forma definitiva em Aragão e Navarra. Muitas cidades foram ampliadas com bairros inteiros de “francos”, tendo sido criada nessa época a expressão zona franca, ou seja, um espaço e um grupo isento parcialmente ou completamente de impostos.

As abadias serviram também para colonizar. Um exemplo é a abadia cisterciense de Alcobaça, em Portugal, fundada em 1153. Muitas mais foram construídas e utilizadas como forma de ocupação de espaços e colonização em todos os reinos ibéricos.

Para ocupar e manter militarmente os espaços fronteiriços foram construídas estradas, fortalezas e cidades muradas para abrigar os colonos. Foram criadas Ordens Militares religiosas, que cuidavam de muitas fortalezas e apoiavam os reis nas batalhas e controle das conquistas. Entre as ordens podemos citar Aviz (1147), em Portugal apenas; Alcântara (1156) e Calatrava (1158), em Castela; e Santiago (1160), em Portugal e em Castela. Essas organizações monástico-militares eram fortemente influenciadas pela Regra Cisterciense, tal como as ordens dos Templários e Hospitalários, que vimos antes e que também estavam presentes nos reinos ibéricos.

As novas terras conquistadas não eram necessariamente despovoadas de muçulmanos e de judeus. Os judeus foram estimulados a participar da colonização e receberam terras e direitos de comerciar e povoar as cidades fronteiriças. Já com os muçulmanos houve atitudes variadas. Muitas vezes eram retirados das cidades, mas permaneciam no campo. A exceção foi Múrcia, na costa mediterrânea, na qual os muçulmanos permaneceram e foi um centro de difusão cultural.

O rei Afonso X, o Sábio (1252-1284), rei de Castela e filho do rei Fernando III ascendeu ao poder num período em que os cristãos estavam em predomínio e era visível que a Península tendia a ser tomada pelos reinos cristãos. Ele compreendeu que o saber em diversas áreas do conhecimento teria muitos avanços se os sábios muçulmanos fossem cooptados. Criou em Múrcia uma escola de filosofia, das três religiões monoteístas. Era bem articulado nas relações com judeus e muçulmanos: fundou em Sevilha uma escola, para estudo de línguas, e um *Studium Generale*, uma espécie de universidade. Mandou fazer traduções diversas do árabe para o latim. Traduziu o Corão, o Talmud, textos relacionados com as duas outras religiões, literatura, poesia, ciências e outros saberes.

Essa interação e trocas culturais foram interpretadas por historiadores de maneiras distintas: uns pensam que era um período de tolerância

religiosa; outros, de diálogo e de convivência e ricas trocas culturais; outros ainda consideram que se trata de uma fachada de intercâmbios que permitia aos cristãos estudarem melhor seus “inimigos” para combatê-los. Alguns historiadores entendem que o modelo social ideal e idealizado da Espanha seria esse de diálogo e convivência, no qual foi moldada a Espanha moderna e contemporânea. Num século como o anterior (século XX), em que se sucederam momentos de democracia e de ditadura, tais discussões eram muito ideológicas.

Uma Espanha “pura” e plenamente cristã moldada nos campos batalha da Reconquista refletia um ideal que se adequava ao período da ditadura franquista: os cristãos medievais venceram os infiéis muçulmanos e ejetaram os judeus deicidas e traidores. Já nos anos 1930 o general Franco, com ajuda da Igreja, venceu e expulsou os republicanos e seus aliados socialistas, anarquistas e comunistas, inimigos da Igreja, do bem e da verdade. Paralelos que levaram a algumas escritas da História: uma exaltando o heroísmo cristão e a luta de 700 anos; outra exaltando o diálogo e a convivência. Ambas ideológicas e geralmente radicais.

6.4 O renascimento urbano e comercial

As cidades no Império Romano eram desenvolvidas e populosas, até o período do Baixo Império. Ocorre então um lento, mas contínuo fluxo de migrações para o campo, pois as cidades já não tinham como propiciar locais de trabalho, condições de vida e alimentos para os habitantes. As cidades ficaram esvaziadas no período das invasões e no estabelecimento dos reinos bárbaros. Uma segunda vaga de invasões (nórdicos/vikings, húngaros e sarracenos/muçulmanos) se sucedeu, mas não alterou muito o panorama. Esse processo se manteve enquanto houve instabilidade devido às invasões e o fluxo de crescimento demográfico era baixo. Não havendo excedentes de população, não ocorreram mudanças sociais notáveis.

No século X começa lentamente uma mudança. Cessam as invasões e não ocorrem guerras de porte notável. Os avanços agrícolas geram uma melhoria na produção de alimentos: arado de ferro, rodízio entre três campos em três

anos, sendo que um deles descansa a cada ano, por exemplo. Um excedente de alimentos que impulsiona a venda deles fora dos feudos. Os séculos XI e XII mostram um crescimento demográfico bastante grande, gerando excedentes populacionais. Isso explica em parte os movimentos das cruzadas e a reconquista (também denominada cruzadas do ocidente), pois ocorria um aumento de população. Tal excedente não consegue ser inserido no sistema feudal, fechado e pouco influenciado pelas oscilações do mercado, por ser autossuficiente. Os números do crescimento são difíceis de serem averiguados com precisão, mas a arqueologia e a documentação existente permitem uma avaliação razoável.

O autor Jônatas Batista Neto (1989) compara o crescimento da população no continente europeu inteiro através de uma estatística possivelmente não absoluta, mas que fornece uma noção relativa das alterações. Eis a variação: 67 milhões no ano 200, 27 milhões no ano 700, 73 milhões em 1347 (um ano antes de a Peste Negra se espalhar), e 45 milhões em 1400. Essa estatística exemplifica que há uma queda demográfica acentuada no período das invasões e um crescimento entre o ano 1000 e a Peste Negra (1348). Após esta data há um refluxo súbito que se segue por uma lenta e gradual retomada. Os valores diminuem quando pensamos apenas na Europa ocidental.

Os excedentes populacionais podem ser absorvidos pelo clero. Já que os clérigos são gradualmente proibidos de casar e devem manter a castidade, precisam preencher seus quadros com novos membros egressos dos outros estamentos (não usamos o termo classes nesse período) sociais. Filhos de camponeses que não têm terras para cultivar ou de artesãos que não têm mercado para trabalhar podem ingressar no clero secular (tornarem-se padres) ou no regular (aceitarem uma regra e tornarem-se monge). No caso dos filhos de nobres que não recebiam herança, era habitual que o segundo filho homem se tornasse clérigo, mas devido à condição superior se tornaria um bispo ou um abade de mosteiro ou, ainda, seria nomeado para um cargo eclesiástico médio ou superior. Isso aumentava o poder da família, pois nesses cargos havia riqueza e poder. Essa foi uma das queixas da ordem de Cluny, contra a simonia, na assim denominada reforma gregoriana.

O clero não absorve a maior parte do excedente populacional. Há alguns fenômenos que ocorrem neste período e devem ser analisados. A primeira válvula de escape já analisamos no tema da Igreja: bandos de desocupados começam a guerrear e saquear a Europa. O movimento de Cluny direciona a sociedade para gerar controles da violência interna (Paz de Deus e Trégua de Deus). E por outro lado direciona para fora da Cristandade a mesma violência, sugerindo guerras com intuítos sacralizados contra infiéis. Expandir a Cristandade, evangelizar e converter os infiéis, mas também, se necessário, aniquilá-los em Cruzadas e guerras em defesa da fé e da Igreja.

A outra válvula de escape é pacífica e se organiza de maneira espontânea por alguns setores dos excedentes populacionais marginalizados. Grupos de pessoas, muitas vezes incentivados por nobres, clérigos ou pelo rei do país criam ou renovam cidades semiabandonadas e vazias. Um fluxo, por vezes lento, mas contínuo entre 900 e 1347, vai criando novas cidades ou reativando algumas já existentes, porém decaídas. Artesãos e comerciantes se organizam em agremiações e sociedades, definem regras e condições para ingresso nelas. Geralmente essas associações eram denominadas guildas. O crescimento urbano é muito intenso. As cidades voltam a ser um lugar de geração de riquezas, produtos manufaturados e de distribuição de produtos agrícolas.

As cidades eram inicialmente pertencentes aos reis ou a nobres. Os habitantes delas vão lentamente obtendo direitos e autonomia. Muitas vezes juntam dinheiro para comprar estes direitos que são outorgados pelos reis e nobres através de uma carta. Na Península Ibérica na Reconquista, reis fundam cidades e outorgam direitos através de uma carta para atrair populações e repovoar espaços. Assim as cidades vão se tornando espaços de maior liberdade e autonomia municipal.

As cidades eram quase todas amuralhadas e mal urbanizadas. Ruas estreitas, sem esgotos e sem fornecimento público de água. O lixo e os detritos deixavam um cheiro invariavelmente ruim. As condições sanitárias eram precárias e, sendo um espaço pequeno e amuralhado, as pessoas viviam apertadas em espaços pequenos. As muralhas continham o crescimento, mas com a criação de bairros fora das muralhas a cidade se

expandia. Inicialmente iam para fora os marginalizados: leprosos, prostitutas, judeus e demais. Com o passar do tempo se criavam bairros externos e muitas vezes uma segunda muralha que expandia a cidade.

O comércio renascia nessas pequenas e médias cidades. Entre o final do Império Romano e o ano Mil, o comércio era escasso: só se comerciavam gêneros indispensáveis, como metais e sal, ou mão de obra escrava. Por volta do ano Mil começa a aparecer um novo comércio. Os mentores iniciais eram as cidades italianas: Veneza, Pisa e Gênova. O caso de Veneza era mais marcante e pioneiro. Fazia comércio triangular no Mediterrâneo oriental com apoio bizantino e numa região limítrofe entre a Cristandade e o Islã. Extraía sal no mar Adriático e negociava escravos, metais e madeira com Alexandria. Recebia pagamento em metal nobre: ouro do Sudão. Daí os venezianos rumavam para Constantinopla, ponto final da rota comercial que vinha do extremo Oriente, obtinham especiarias e seda e retornavam a Veneza, de onde comerciavam com o resto da Europa.

As cidades de Genova e Pisa se aliaram com Aragão (vimos antes neste trecho) e liberaram o Mar Tirreno/Mediterrâneo ocidental. Foram ajudados pela ocupação da Sicília pelos normandos que se converteram ao cristianismo. A isso se somaram os avanços das Cruzadas que fizeram muitas vezes uso das naves das cidades italianas. O comércio na região do Mediterrâneo foi intenso até os portugueses descobrirem uma nova rota para as Índias, contornando a África.

Os normandos (também chamados vikings) tiveram um papel pioneiro nas navegações fora do Mediterrâneo. Saíram do mar Báltico e ora atacaram, ora comerciaram, ora faziam as duas coisas. Chegaram à França e obtiveram o ducado da Normandia; à Península Ibérica, onde saquearam Sevilha; conquistaram a Sicília e o sul da Itália; criaram um reino normando eslavo em Kiev (atual Ucrânia); navegaram em mar aberto no Atlântico norte chegando à Islândia, Groelândia e Terra Nova (região do atual Canadá). Assim sendo, descobriram a América cinco séculos antes de Colombo. A coragem e a ousadia desses guerreiros desbravadores geraram encontros culturais e trocas comerciais.

Na região de Flandres (atuais Bélgica e Holanda) havia um crescente artesanato têxtil. Adquiriam a lã inglesa e preparavam tecidos rústicos que eram vendidos na região e nas cercanias. Uma parte chegava à Itália e lá era refinada e tingida gerando tecidos de qualidade e roupas de luxo. As cidades flamengas como Gand, Ypres, Bruges, Lille e Douai eram populosas e repletas de artesãos. E como a região se conecta com o território alemão (Império Germânico) pelos rios Reno e Mosa, tinha a possibilidade de fazer comércio fluvial. Além disso, pelo mar Báltico atingia Lubeck e dali, em rotas continentais, até a cidade de Novgorod (atual Rússia). Um imenso trajeto que gerava na parte norte da Europa um comércio internacional. Comerciam-se ali produtos primários como mel, peles, cereais e madeira, lado a lado com manufaturados.

Esse comércio e a cobiça do poderoso rei dinamarquês fizeram com que uma liga de cerca de setenta cidades surgisse com o duplo objetivo: controlar e assegurar a paz no mar Báltico e ampliar e desenvolver o comércio nessa mesma região. Assim, algum tempo depois das cidades italianas, os alemães e flamengos conseguiram ampliar e expandir o comércio internacional no norte da Europa. E como essas duas regiões interagiam?

Tal conexão foi feita no meio do caminho entre Flandres e Itália, na região da Champanhe, na qual se criaram as feiras no século XI. Em 1050 já se tem notícias de que em Troyes e Provins, por exemplo, havia feiras comerciais para intercambiar produtos provenientes da Itália e do Mediterrâneo com produtos originários de Flandres e do Báltico. Vendia-se de tudo e havia gente de inúmeros locais que aparecia nas feiras. Surgiram feiras em novos espaços.

Mapa 3 – Comércio medieval na Europa Central



Fonte: p. 82 – Atlas Histórico Escolar – MEC

O último fenômeno que optamos por descrever é o reaparecimento da moeda. Moedas de metais nobres haviam desaparecido de circulação no final do Império Romano do Ocidente. Nobres e reis poderosos as tinham, mas não as colocavam em circulação. Assim os negócios eram dificultados, pois sem moedas podiam-se efetuar apenas trocas de mercadorias. Cunhar moedas era um direito do imperador ou de reis. Isso também dificultava.

A ausência de ouro fez com que se privilegiasse a prata, já que havia jazidas deste metal na Europa, que logo foram exploradas, e se começou a cunhar moedas de prata. Gradualmente apareceram moedas de ouro, fazendo uso de ouro africano, do Sudão ou do Senegal, que vinha através de trocas comerciais dos venezianos ou florentinos. Surge o florim de ouro emitido por Florença e depois o ducado de ouro cunhado pelos venezianos. O florim se tornou um padrão por algum tempo, ajudando nos negócios e nos pagamentos.

A diversidade de tipos de moedas era um entrave para o comércio. Surge a função de especialista em tipos de moedas que as trocava ou adquiria. Havendo em circulação moedas múltiplas, o conhecimento das equivalências era uma função vital e antecipava os bancos. Estes não tardam a surgir: os Peruzzi no século XIV e depois os Médici no XV predominaram em Florença e estenderam seus negócios por toda Europa. No século XVI os Fuggers no Império eram muito poderosos e riquíssimos.

A Igreja via com muito receio o comércio e ainda mais os juros bancários, sem os quais não haveria negócios. Inicialmente os judeus eram os únicos que faziam empréstimos a juros. Tal negócio era chamado de usura. O prestamista judeu era considerado um aliado do Diabo, visto que juros eram, na percepção da Igreja, um pecado. Tomás de Aquino, célebre teólogo e filósofo escolástico, dizia que “dinheiro não procria dinheiro” (em latim: *munus non parit munus*), ou seja, o tempo a Deus pertence e não se pode ganhar dinheiro lucrando com um dom que é divino.

O comércio e o artesanato geraram avanços de certos setores sociais. Servos ejetados dos feudos puderam ter novas oportunidades e criar pequenos *ateliers* de trabalho nas novas cidades. Com o passar do tempo, os que chegaram antes regulamentaram as profissões e criaram uma espécie de sindicato, denominado guilda, que seria uma associação de comerciantes

ou artesãos, em cada um dos setores produtivos: tecelões, alfaiates, sapateiros, marceneiros, vidraceiros, ferreiros e muitos outros. Os comerciantes internacionais e locais também se especializaram e ocuparam os espaços, criando uma espécie de reserva de mercado. Os associados nas guildas se autodenominavam mestres (especialistas numa atividade) e criaram muitas dificuldades para que novos artesãos pudessem ingressar nelas. Criaram formas de serem sucedidos exclusivamente por filhos ou aparentados.

Os que vieram depois da consolidação das guildas eram obrigados a se ofertar como mão de obra barata e servirem como aprendizes, aos mestres. Isso gerou nas cidades tensões sociais e conflitos em certos momentos. Uma divisão social hierarquizava grupos de habitantes nas cidades, que originalmente eram um espaço de liberdade e poucas diferenças sociais. O governo das cidades passa a ser controlado pelos mais ricos e poderosos, para evitar a alteração das regras sociais e econômicas e manter sua riqueza e poder.

6.5 A Peste Negra e a crise do sistema

Os séculos XII e XIII foram de expansão tanto demográfica, urbana e comercial quanto militar da Cristandade ocidental. A expansão foi geralmente desordenada e gerou efeitos em médio prazo. Muitas florestas foram desbastadas para abrir novos campos de cultivo e ampliar a produção de alimentos. Como hoje sabemos, tais ações podem gerar desequilíbrio da natureza e efeitos danosos ao clima. O século XIV apresentou as consequências dessa expansão.

No começo desse século houve uma interrupção na criação de novos arroteamentos, ou seja, de novos campos de cultivo. A população crescia em ritmo elevado e não se planejou um aumento na produção de alimentos. Juntou-se a isso um período de chuvas violentas que iniciaram entre 1315 e 1317. As colheitas foram afetadas e começou a ocorrer fome. Por consequência da fome e da má alimentação, vieram a ocorrer epidemias. Ainda eram regionais e de porte pequeno, mas sua continuidade através da primeira metade do século XIV fez com que o crescimento demográfico cessasse e a mortandade se intensificasse. As condições dos camponeses em várias regiões eram de relativa desnutrição e debilidade. O cenário piorou com a

eclosão da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre os reinos de França e da Inglaterra. Adiante comentaremos brevemente esse conflito.

O autor Jônatas Batista Neto (1989) explica que a peste se trata de uma doença infecciosa e se propaga através de ratos negros e pulgões. Apresenta três aspectos principais no ser humano: a peste bubônica, quando aparecem nos contaminados os bubões, ou seja, inchaços de cor escura, geralmente na virilha e/ou nas axilas; a septicêmica, em que o bacilo passa rapidamente para corrente sanguínea; e a pulmonar, que é mais comum nos países nórdicos e no inverno e se manifesta como uma pneumonia.

As pestes são descritas desde que se escreve história, por exemplo, a peste de Atenas na guerra com Esparta, descrita por Tucídides, historiador grego. Há descrições mais antigas em todo o mundo antigo. Doenças contagiosas se espalham mais em sociedades urbanas nas quais haja circulação de pessoas. No contexto da Cristandade ocidental as condições de crescimento e urbanização eram propícias à expansão rápida e violenta da Peste. A epidemia do século XIV começou na China entre 1333 e 1334. Comerciantes que traziam a seda e as especiarias ao Ocidente também trouxeram a peste até Caffa (1346), uma colônia genovesa no Mar Negro. Daí foi levada para Constantinopla. Navios de comerciantes trouxeram a doença à Itália: Messina, Gênova, Pisa e Veneza. Em seguida aparece em Florença, quando é descrita por Boccaccio. Daí se espalhou por todo o continente. Chegou à Inglaterra, aos países nórdicos, e daí até a Islândia e a Groelândia. Por ter sido uma epidemia em alguns continentes, podemos considerá-la uma pandemia.

A peste cessou provisoriamente, mas seguiu ciclicamente assolando a Europa de maneira mais branda, geralmente regionalmente, durante os séculos XVI e XVII. Só arrefeceu no século XVIII, pois se adotaram medidas de higiene, saneamento e outras políticas públicas.

A culpa da peste foi explicada por parte do clero como sendo resultado do pecado da sociedade. As minorias foram acusadas de envenenamento de poços, em alguns lugares, tendo havido massacres de judeus, muçulmanos (na Península Ibérica) e leprosos. O nível populacional atingiu seu patamar mais baixo em 1440. A recuperação só se deu partir de 1470, sendo assim um século de desequilíbrio e retração.

6.6 Guerra dos Cem Anos

Outro aspecto da crise foi uma prolongada guerra entre os reinos da França e da Inglaterra que durou, com intervalos e tréguas temporárias, por mais de cem anos (1337-1453). A Inglaterra tinha sido conquistada pelo duque da Normandia, vassalo do rei da França, em 1066. Desde então o rei inglês era vassalo do rei da França e mantinha algum tipo de posse no continente. Após acordos, o último território francês sob domínio da coroa inglesa era a Gasconha. As lealdades e as jurisdições eram muito confusas e geravam conflito. Outra questão era a pirataria. O tema de maior importância era Flandres (atual Bélgica e Holanda), região muito desenvolvida e vassala do reino francês, mas que comerciava intensamente com a Inglaterra, fornecedora da lã para os manufaturados flamengos. Os interesses dos dois reinos eram conflitantes em Flandres.

O motivo oficial da guerra foi a sucessão do trono francês: morre o rei Carlos IV, em 1328, e não há sucessores em linha masculina na dinastia dos Capetos, que governava a França desde 987. Assumiu o trono um primo do monarca falecido, Filipe VI (1328-1350), que cria a dinastia dos Valois. O rei inglês Eduardo III, que ainda estava na menoridade, era filho de Eduardo II (1307-1327), casado com Isabel, irmã do último rei Capeto. Ambos estavam no mesmo nível de parentesco. Isso motivou que, alguns anos depois, Eduardo III denunciasse a coroação.

A guerra acaba sendo declarada e terá duas vitórias inglesas, mesmo a Inglaterra sendo menos povoada que a França: Crècy (1346), Poitiers (1356), na qual o rei francês cai prisioneiro. A derrota fragorosa deixa o reino da França enfraquecido e submetido pelo tratado de Bretigny (1360). Os franceses se recuperam com Carlos V (1364-1380) e seu comandante Bertrand Duguesclin, evitando grandes batalhas e tomando posições, recuperando a iniciativa e muitas terras perdidas. Com a morte de diversos protagonistas, assina-se novo tratado em 1396.

Uma nova rodada de batalhas acontece no começo do século XV: entram novos elementos, como os borgonheses, que se aliam contra o rei francês e se tornam uma terceira força. Os franceses são fragorosamente derrotados

pelos ingleses aliados aos borgonheses na batalha de Azincourt (1415). O poder dos borgonheses cresce e o do rei da França decai. O herdeiro do trono francês, intitulado Delfim era Carlos, depois Carlos VII. O reino estava dividido em três partes: a parte norte sob os ingleses, incluída Paris; a Champanhe estava ocupada pelos borgonheses; o rei da França dominava o vale do Loire e o sul, menos a Gasconha, que seguia com os ingleses. Enfraquecido, o delfim Carlos só consegue sobreviver e se tornar rei devido à aparição de Joana D'Arc, que propicia a sua coroação e posterior vitória, mesmo tendo sido capturada e sentenciada por ingleses e borgonheses à fogueira, sendo queimada em Ruão (Rouen) em 1431. Carlos VII não se esforça para salvá-la, mas consegue se fortalecer e vencer a guerra lentamente, tomando praças fortes. Faz um tratado em separado com os borgonheses, que haviam se desentendido com os ingleses: tratado de Arras (1435). Os avanços franceses seguem entre 1435 e 1453. Aos ingleses sobrarão apenas o porto de Calais, que a França recuperará somente em 1558.

A Guerra dos Cem Anos alterou os modelos de guerra. Aparecem técnicas novas: os longos arcos usados pelos ingleses. A maior novidade foi a artilharia e as armas de fogo, que foram evoluindo durante os anos da guerra e geraram alterações na cavalaria pesada e nas suas armaduras. O reino da França cria um exército nacional e passa a não depender apenas da nobreza.

6.7 A expansão marítima e colonial portuguesa

Em Portugal, no século XV, amplia-se um antigo projeto marítimo que expande a presença portuguesa no Atlântico norte. As ilhas atlânticas como Açores, Madeira, Canárias (depois perdidas para os espanhóis) e Cabo Verde são ocupadas e colonizadas. Portugal começa a criar feitorias nas costas africanas, acaba encontrando a passagem marítima para as Índias e descobrindo o Brasil.

Essa temática, no entanto, deixaremos para outros livros e disciplinas.



Considerações finais



Esperamos que este estudo sintetizado do período, assim denominado medieval, possa servir como uma reflexão inicial sobre as percepções, saberes e a cultura de uma era de construção de inúmeros conhecimentos, técnicas e cultura que embasam a contemporaneidade.

Era das Trevas? Vemos em nosso cotidiano conflitos políticos, religiosos, étnicos de todos os tipos e formas que podem ser comparados, com o devido distanciamento, para evitar anacronismos, com crenças e preconceitos do medieval. As trevas estão no nosso cotidiano: na violência urbana, nas guerras que massacram populações civis aos milhares e por vezes milhões de seres humanos, na fome e na miséria que grassa no “terceiro mundo”.

A tendência a qualificar o Outro como um ser negativo e valorizar grupos sociais inteiros como inferiores já foi bastante estudada. De uma forma geral, tendemos a hipervalorizar certos períodos da História como sendo melhores e superiores e a desvalorizar outros com estereótipos e preconceitos, considerando-os como uma era de Trevas.

O medieval legou muitos saberes, arte e cultura, técnicas que depois foram aprimoradas e atingiram um grau de complexidade elevado. Mas

tudo começou com os andares inferiores da História e chegou aos andares superiores graças ao esforço criativo dos operários que ergueram a base. Apesar da nostalgia da era clássica que legou a cultura greco-romana, esta só chegou a nós através da transmissão parcial pelos monges copistas, outra pelos tradutores, também pela reelaboração das leis romanas e da filosofia nas universidades medievais, pela habilidade dos artesãos que ergueram as catedrais românicas e góticas, pelos comerciantes que cruzaram os mares e aproximaram civilizações distantes e pelos exploradores que uniram a Europa com os demais continentes.

Reflitam sobre os usos de termos: bárbaros diante de civilizados; cristãos diante de muçulmanos; a civilização diante da barbárie; o bem diante do mal; a verdade diante do erro e do desvio da fé. Todas essas discussões e essas ponderações – que buscam a plena verdade e a excelência de certos grupos, povos e raças diante de outros inferiores e falsos – estão no nosso cotidiano. Estudar o medievo pode e deve servir para refletir sobre a nossa realidade, ajudar no diálogo com a alteridade, a diversidade e a convivência entre seres humanos diferentes. Esperamos que este estudo tenha ajudado a refletir sobre um período rico em saberes, experiências e trocas culturais.





Referências

BATISTA NETO, Jônatas. **História da baixa idade média**. São Paulo: Ática, 1989.

FRANCO Jr., Hilário. **Idade média**: o nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Feudalismo**: uma sociedade, religiosa, guerreira e camponesa. São Paulo: Moderna, 1999.

HEERS, Jacques. **História medieval**. São Paulo: DIFEL, 1974.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na idade média**. 4. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995

LOYN, Henry R. **Dicionário da idade média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MALOUF, Amin. **As cruzadas vistas pelos árabes**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELERO MONEO, Marisa. **O melhor da arte gótica 1 e 2**. Lisboa: G & Z edições, s.d.

NOGUEIRA, Carlos Roberto. Ruptura e Permanência: A Cristianização dos Povos Bárbaros. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n.29, p. 47-56, 1995.

ULLMANN, Walter. **Law and society in the Middle Ages**: an introduction to the sources of medieval political ideas. Cambridge: Cambridge University, 2008.





ISBN 978-85-63765-09-3



www.neaad.ufes.br
(27) 4009 2208

